ANA LOLE • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

ESCRITOS SOBRE GÊNERO, POLÍTICA E LUTAS FEMINISTAS

mórula
EDITORIAL

ANA LOLE • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

ESCRITOS SOBRE GÊNERO, POLÍTICA E LUTAS FEMINISTAS

mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto, Lia Rocha,
Manoel Ricardo de Lima, Márcia Leite, Mauro Iasi e Virgínia Fontes

IMAGEM (CAPA)
"Dança de roda", de Cândido Portinari. Direito de reprodução
gentilmente cedido por João Candido Portinari.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza – CRB 7/6439

L829e

Lole, Ana
Escritos sobre gênero, política e lutas feministas [recurso eletrônico]
/ Ana Lole, Carla Cristina Lima de Almeida. – 1. ed. – Rio de Janeiro:
Mórula, 2025.
recurso digital; 1.8 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-6128-128-7 (recurso eletrônico)

1. Feminismo. 2. Mulheres – Atividades políticas. 3. Discriminação
de sexo contra as mulheres. 4. Livros eletrônicos. I. Almeida, Carla
Cristina Lima de. II. Título.

25-99219.0

CDD: 305.42
CDU: 316.346.2-055.2

Rua Teotônio Regadas 26 sala 103
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
morulaeditorial morula_editorial

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

8 Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos?

26 Corpo, ciência e política na perspectiva de gênero, sexualidade, raça e classe

47 Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social

73 Familismo, feminilização e racialização das políticas sociais no Brasil

96 Gênero, saúde e pandemia: um debate feminista

115 Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas

147 Educação popular nas lutas libertárias contemporâneas

172 SOBRE AS AUTORAS

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne sete ensaios escritos ao longo do tempo, em diferentes contextos e com propósitos distintos. Nesse sentido, ele tem uma intenção memorialista porque registra não apenas nossa produção, mas também expressa as questões que se apresentavam para nós naquele momento e os recursos que utilizamos para dialogar com elas. À primeira vista, leitoras e leitores poderão perceber certas repetições ou sobreposições, porém estas são meramente aparentes já que cada trabalho se propôs a avançar um pouco mais, colocando-se em movimento. Os capítulos "Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social" e "Familismo, feminilização e racialização das políticas sociais no Brasil" ilustram bem isso, na medida que partimos do mesmo ponto que foi indagar as políticas públicas quanto ao seu enfrentamento da dominação de gênero, porém no último trabalho a articulação entre gênero e raça aprofundou ainda mais o entendimento dos dilemas colocados. Nossa proposta foi reunir textos que abordam a temática de gênero na perspectiva política, que remete tanto a aspectos das políticas públicas quanto às pautas e aos modos de resistência feministas.

Os artigos que compõem este livro discutem os desafios dos estudos de gênero na atualidade focalizando o âmbito das pesquisas e das estratégias políticas no que tange à construção de práticas emancipatórias. Buscam desvelar as relações de poder que permeiam os conhecimentos sobre o corpo, evidenciando sua centralidade para o entendimento social, político e subjetivo do mundo. Afirmamos que o corpo tem sido central para as estratégias de poder e moralização de alguns segmentos lidos sob as marcas de gênero, sexualidades, raça e classe. Por meio do corpo, expressam-se diferenças e desigualdades da vida em sociedade. Apesar de na sociedade moderna capitalista se verificar as marcas do controle social, buscamos observar o corpo também na sua potencialidade de resenhar o mundo e de produzir resistências e inventividade.

Examinamos os efeitos da proteção social brasileira para as relações de gênero desenhadas a partir da década de 1980. Buscamos evidenciar os dilemas e paradoxos que permeiam as lutas e análises feministas em torno da conquista de direitos das mulheres à igualdade social, na medida em que questionam a diferença entre homens e mulheres como fundamento da realidade social, porém necessitam da "mulher" como identidade para a articulação de suas lutas.

Neste contexto, problematizamos algumas políticas e programas formulados no campo da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos, da educação e da assistência social, bem como a trajetória das lutas feministas. Argumentamos que o "familismo" e a "feminilização", junto com a "racialização" das políticas, reatualizam tradicionalismos nas relações de gênero e reiteram violências raciais no âmbito das ações de proteção social, especialmente no que tange à produção de cuidados. Apontamos, também, desafios para a construção de políticas de gênero que articulem os sujeitos nas suas dimensões de gênero, sexualidades, classe, raça/etnia entre outras.

Encerramos o livro com uma reflexão sobre o caráter emancipatório da educação popular, entendida como uma prática contra-hegemônica que se vincula às lutas contra as desigualdades de classe, de gênero, de sexualidade e de raça. Para isso, recorremos ao pensamento de três importantes intelectuais fundamentais: Antonio Gramsci, Paulo Freire e bell hooks. Suas contribuições destacam o papel da educação, no seu sentido amplo, na construção da práxis libertadora. A partir dos estudos de bell hooks foi possível observar a necessidade de reconhecer a complexidade e a diversidade dos sistemas de dominação, de modo que as salas de aula e as práticas educativas em geral sejam lugares de expressão das vozes dos sujeitos em suas interseccionalidades.

As lutas sociais contemporâneas demandam um aprofundamento das condições objetivas e subjetivas em seus diversos marcadores sociais, tornando-se fundamentais para o engajamento político dos sujeitos na construção da história. Esperamos que "*Escritos sobre gênero, política e lutas feministas*" possa contribuir para essas batalhas.

GÊNERO, IDENTIDADE E POLÍTICA: E AGORA, AONDE VAMOS?[1]

Introdução

Neste artigo, refletimos sobre alguns desafios que envolvem as pesquisas que trabalham com o gênero, os quais se relacionam à trajetória dos estudos na área, bem como aos debates contemporâneos acerca do conceito e dos rumos políticos que a envolvem. A primeira lição que aprendemos nos estudos de gênero é que este é um campo de intensos debates, calorosas discussões e com perspectivas teóricas e filosóficas bastante variadas. Então, aquilo que para um público "externo" parece unitário é, de fato, extremamente diversificado.

Os estudos de gênero trazem para a arena política o debate entre igualdade e diferença, o que, situado no contexto do mundo moderno, nos remete à pluralidade acerca do estatuto das identidades sociais no jogo político. Esse cenário torna mais aguda a necessidade de refletir sobre os projetos societários e sua articulação com os valores da igualdade e da diferença. Se as individualidades são autorreferenciadas,

1 Publicado originalmente em *Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 79-94, jul./dez. 2014. Disponível em: **https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7179**. Acesso em: 13 mai. 2025.

elas podem ignorar o conjunto da sociedade. Resgatar os valores da diferença não pode nos levar ao retorno do naturalismo, e sim nos remeter à perspectiva de emancipação.

Scott (2005, p. 12) nos alerta para o fato de "que os debates atuais sobre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo tomam forma polarizada". Partindo desse pressuposto, as contradições da construção do gênero são também as contradições na concepção histórica de igualdade. Os recentes debates teóricos e políticos sobre as estratégias de luta contra a desigualdade contribuíram para apresentar os estorvos da oposição identidade-diferença, na qual ficou preso o princípio de igualdade. No Brasil, o processo implementado de garantia de direitos revelou debilidades, localizadas no modelo privatista em que vem se sustentando, apesar da ampla presença da sociedade civil organizada e de inúmeros mecanismos de controle social. O princípio da universalidade se vê ameaçado por uma noção de cidadania diferenciada que se espraia em direção a minorias de todos os tipos, que justifica qualidades diferentes de acessos a serviços e a direitos. A diferença é vista com desconfiança, acusada de provocar um enfraquecimento e fragmentação dos modos de fazer política e de seus resultados.

Assim, ainda que recorrente na literatura do gênero, o estudo desse tema continua pertinente, tendo em vista a necessidade de formular respostas as dicotomias e oposições que dificultam a construção da política numa perspectiva emancipatória. A persistência da desigualdade, apesar das políticas sociais antidiscriminatórias e de inclusão, e sua capacidade de se revestir de formas novas e inéditas, orientam a reflexão feminista ao reexame crítico das categorias e das ferramentas conceituais com as quais compreendemos a desigualdade dos sexos (Varikas, 2009a).

A ideia de utilizar esse tipo de linguagem (filmes) em estudos acadêmicos tem sido experimentada em várias áreas, tais como História,

Antropologia, Educação, além de, naturalmente, a Comunicação. Todavia, no Serviço Social estudos sobre mídia e cinema não são recorrentes, o que torna relevante explorar esse viés de investigação não apenas por seu ineditismo como também pela diversificação do modo de observar processos sociais, políticos e culturais que atravessam as relações entre Estado e sociedade.

Ao tratarem o cinema como documento, os estudiosos inscrevem-no na perspectiva de que documento é monumento. Isto é, "resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias". (Esteves, 2007, p. 73). Desse modo, o cinema pode ser percebido como uma forma de exibição do social ou do poder político através da imagem, do rito, de certa "estilização da vida" (Esteves, 2007, p. 17).

Neste estudo, seguimos com o pensamento de Aumont (2004, p. 98-99 *apud* Esteves, 2007, p. 59), ao dizer que: "em um filme [...] a sociedade não é propriamente mostrada, mas sim encenada: em outras palavras, o filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real".

Assim, a pesquisa do cinema e o cinema como pesquisa alargam nossas possibilidades de compreensão das relações sociais e talvez se tornem tão atrativos pelas razões que Xavier tão bem localiza:

> O modernismo nos legou este imperativo de *desautomatização da percepção e de ampliação de repertório como tarefa da arte, recuperação de uma sensibilidade* amortecida pelo investimento prático em que o cotidiano se faz o lugar do hábito, da *percepção* que está *instrumentada* por uma interação com o mundo marcada pelo cumprimento de *certas finalidades*, das mesmas finalidades a cada novo dia (Xavier, 2008, p. 17, grifos nossos)

Aonde vamos?

Não poderia ser melhor a inspiração vinda do filme lançado em 2011, da diretora e atriz Nadine Labaki, intitulado *E agora, aonde vamos?*, uma coprodução França, Líbano, Egito, Itália.

Num vilarejo libanês, cristãos e muçulmanos convivem pacificamente, isolados do resto do mundo, graças ao colapso providencial de uma ponte. Mas de vez em quando os ecos da guerra, que recomeçou no país, chegam a eles por meio de uma televisão improvisada, e as mulheres se reúnem em segredo para encontrar um modo de dissuadir os homens de quebrarem essa tênue possibilidade de diálogo que se instaura entre os dois grupos. Nessa pequena comunidade, vivem juntos cristãos e muçulmanos que se conhecem desde criança e gerenciam pacificamente seus negócios na sombra de uma mesquita e de uma igreja. O pequeno cemitério do vilarejo, dividido inexoravelmente em dois setores, está repleto de sepulturas de maridos, filhos e pais que as mulheres de ambos os lados já estão cansadas de visitar para renovar as flores e limpar as fotos de lembrança. Juntamente com outras mulheres do vilarejo, inventam de tudo para distrair os seus homens e evitar que se matem uns aos outros pelo ódio religioso, pela vingança ou simplesmente para defender seu orgulho.

Nessa fábula contemporânea, encontramos elementos férteis que nos ajudam a pensar nossa experiência como sujeitos individuais e coletivos, aspectos que domina(ra)m os dilemas e tensões no campo dos estudos de mulher e de gênero através dos tempos.

A história das mulheres e de como suas experiências constituíram-se em novas narrativas do mundo, ensejando práticas políticas, institucionais, pessoais e de outros idiomas, é recheada de cenas como as do filme. Há negociações, manobras arriscadas (como as que aparecem quando manipulam os artifícios femininos para barganharem a paz dos homens), gestão do cotidiano e de suas dores,

articulando o biográfico e o histórico; tal como na clássica formulação tão nossa conhecida: "o pessoal é político".

Os estudos de gênero em distintos campos disciplinares não cessam de mostrar registros de como as mulheres teciam no cotidiano e nas sombras, seja no espaço público, seja no privado, formas de luta na garantia de seus interesses pessoais e coletivos. Uma importante contribuição desses estudos tem sido revelar a falácia da separação das esferas pública e privada, bem como as lacunas deixadas por um tipo de conhecimento que rejeita tal articulação. Costa (2002, p. 302) salientou no âmbito dos estudos sobre proteção social que "a teoria das esferas separadas esconde as conexões entre a história das mulheres e a política, e acoberta os significados políticos das relações de gênero e das práticas protecionistas".

Além de alijar as mulheres da política, outro efeito é despolitizar o conjunto das ações, expectativas e interesses que movem as mulheres na vida social. Se por um lado as mulheres, enquanto grupo coletivo, ensejam o reconhecimento social e político, por outro, é pertinente indagar a própria constituição do termo mulher como identidade do sujeito. Nesse ponto, nossa reflexão encaminha-se diretamente para o cenário contemporâneo, no qual as identidades estão abertas à construção, pensamento que provoca uma fissura e favorece a problematização da categoria gênero.

Butler (2003), ao discutir o "sujeito" do feminismo, pondera que o gênero se relaciona com outras modalidades discursivas raciais, classistas, étnicas, religiosas, sexuais, o que nem sempre tornou a sua constituição coerente e consistente. Assim, a política fundamentada no aspecto identitário porta "um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade" (Butler, 2003, p. 29).

Notadamente nos colocamos diante de uma reflexão que problematiza a um só tempo a constituição dos sujeitos e as estratégias coletivas de luta política. Trata-se de um debate que provoca reações,

receios de que o "problema do sujeito" redunde na fragmentação e na fuga da perspectiva universalista que as políticas emancipatórias buscam alcançar.

O problema da identidade

Certamente, para enfrentar os diferentes etnocentrismos que nos povoam é necessário um trabalho de ruptura. Uma delas diz respeito à metáfora da "sororidade", sobre a qual Costa (2009) pôs-se a analisar, mediante as indicações de Kristeva, a partir das experiências das mulheres no Rio de Janeiro promovidas no âmbito do que ficou conhecido como feminismo para a saúde.

> Sob a simbologia da "sororidade", conceberam-se conceitos sobre processos identitários "naturalmente" vividos pelas mulheres em suas relações entre si, moldados por sentimentos e sensibilidades inclusive das mulheres feministas de diferentes tempos forjados, sobretudo, na experiência da maternidade vista como "igual" para todas (Costa, 2009, p. 21).

O que está posto aqui é a ideia de um "pluralismo de mulheres", crítica acentuada pelas feministas francesas, que suspeitaram da "sororidade" como fundamento intrínseco do gênero — problematização que foi, entretanto, pouco acionada nos debates no Brasil dos anos de 1980, como salienta Costa (2009). Nesse período, ao contrário, o ideal de "sororidade" é patente nos trabalhos e nas bases que fundamentam as principais iniciativas de políticas públicas voltadas para as mulheres na saúde, mas, não somente nesse campo, tendo em vista que se espraiava como elo de articulação de um sujeito individual, biográfico e coletivo, político: mulher.

Em pesquisa realizada entre final da década de 1970 e meados de 1980, Kofes (2001) produziu um trabalho dissonante para o período em termos da analítica das mulheres. *Mulher, Mulheres*, defendida como tese de doutorado em 1991 e publicada dez anos depois, expunha uma etnografia da relação social entre patroas e empregadas domésticas. Além das inúmeras contribuições conceituais formuladas pela autora, tomando nota de revisões teóricas em torno do "doméstico", dois aspectos fundamentais emergem desse trabalho.

Em resenha publicada na Revista Brasileira de Ciências Sociais, Simões (2002) situa uma importante contribuição do estudo, que, dentre outros aspectos, dá visibilidade aos debates internos nos estudos feministas.

> Na construção do objeto e da abordagem, Kofes parte da crítica às discussões feministas de inspiração marxista na década de 1970, que buscavam explicar o trabalho doméstico assalariado a partir das noções de modo de produção doméstico, trabalho produtivo e improdutivo, e exército industrial de reserva. Embora tais conceituações sublinhassem o papel dos serviços domésticos na reprodução social mais ampla, elas permaneciam presas a distinções dualistas entre setores "centrais" e "periféricos", "estratégicos" e "intersticiais", relegando a família e o trabalho doméstico ao segundo termo de cada uma dessas polaridades e dissolvendo no personalismo e na afetividade a complexidade das relações sociais no interior da casa (Simões, 2002, p. 150).

Diante desse quadro, o trabalho de Kofes expõe alternativas interpretativas que entrelaçam os produtos da desigualdade à estrutura do parentesco e da família nas sociedades modernas. Desse modo, como afirma Simões (2002, p. 150), "relações de classe e trabalho

são também sobrecodificadas pelas relações familiares e marcadas pelas distinções de gênero". Esse aspecto, entretanto, constitui até hoje um dos elementos desafiadores nos estudos de gênero.

O segundo aspecto a ressaltar dessa obra vem corroborar aquilo que outras autoras (Costa, 2009; Debert, 2005) sinalizaram. Ao lançar o foco do estudo sobre a relação **entre** as mulheres, Kofes diz que pensar que "as experiências femininas se singularizam exclusiva e necessariamente em contraposição a um suposto polo fixo contrário, o 'masculino'" (Simões, 2002, p. 151), é invisibilizar as diferentes formas e situações nas quais o agenciamento das identidades se processa.

Kofes (2001) está preocupada em mostrar que do encontro entre mulheres não nasce "naturalmente" nem necessariamente uma identidade comum. Portanto, gênero tem de ser analisado em sua pluralidade e diversidade, não se constituindo desse modo numa categoria natural referente a uma identidade autocontida e estável, edificada a partir da essencialização do corpo.

Esses argumentos põem em dúvida o edifício da construção dos sujeitos coletivos baseado em uma identidade não problemática, coesa, imutável e solidária. E mais ainda, essa reflexão nos dirige ao segundo ponto desta discussão, inspirada no filme de Labaki: estamos diante de uma *fantasia* das identidades?

Bauman propõe que as identidades hoje somente existem em processo de contínua renegociação. Diz o pensador:

> A formação da identidade, ou, mais corretamente, sua reformação, tornou-se tarefa vitalícia, jamais completada. Em nenhum momento da vida a identidade é "final". Sempre estará pendente uma tarefa de reajuste, uma vez que nem as condições de vida nem os conjuntos de oportunidades e ameaças cessam de mudar (Bauman, 2011, p. 20).

No âmbito do gênero, esse debate fertilizou um conjunto de reflexões que, ao propor "a noção de sujeito como lugar de subjetividades múltiplas e potencialmente contraditórias" (Moore, 2000, p. 23), assumiu que a tarefa fundamental dos estudos de gênero constitui identificar os processos, as situações, os contextos onde as diferenças são formuladas. Mais do que pensar o gênero como descrição de pessoas, sujeitos empíricos, deve-se pensá-lo como processos mediante os quais as identidades são negociadas e que fundamentam as práticas institucionais e sociais, ou seja, o gênero constitui-se como um idioma para se falar de processos e relações, mais do que o que um sujeito é (Strathern, 2006).

Evidencia-se no debate contemporâneo da área um esforço de pensar "gênero de maneira não identitária" (Piscitelli, 2005). O *problema* seria depreender daí um modo de fazer política capaz de responder aos dilemas da desigualdade tal como se expressam no âmbito das hierarquias de gênero.

Fugindo dos esquemas que acentuam gênero como definição do que alguém é, resta lidar com a pluralidade que atravessa as experiências dos sujeitos, sendo a tônica no debate atual a ideia de interseccionalidade, em que diferentes marcadores sociais se entrecruzam e potencializam a produção de distinções, diferenças, identidades. Cabe destacar que isso requer a produção de um conhecimento situado e contextualizado. É preciso ainda esclarecer a noção de "experiência", a qual reflete não uma realidade objetiva prévia, mas, como retrata Varikas acerca dos estudos da história:

> [...] os numerosos escritos que essas mulheres deixaram, tratando não somente do que era ou deveria ser uma mulher, ou uma operária, ou uma cidadã, mas também das maneiras como elas mesmas viveram e interpretaram sua existência de mulher, de operária ou de não cidadã (Varikas, 1994, p. 82).

A resolução proposta pelas mulheres do filme — *E agora, aonde vamos?* — joga exatamente com essa consciência de que as identidades podem ser manipuladas, acionadas, invertidas sendo, portanto, uma ficção em mãos carregadas de intencionalidades. A eficácia dessa operação em quem assiste — nos parece — é expor o ridículo e o cômico, senão o trágico, da crença de que identidades étnicas, religiosas, de gênero, raciais e outras tantas possam efetivamente falar do que um sujeito é e agrupar práticas de segregação, poder, exclusão.

Cena do filme *E agora, aonde vamos?* (Labaki, 2011).

Mas, resta ainda indagar: quais são as consequências políticas desse jogo e dessa fragmentação?

Mulheres e feminismos: uma pista para trilhar

Na perspectiva de que estamos em um campo altamente diversificado, Debert (2005) apresenta três aspectos que poderiam dar um substrato comum aos diferentes feminismos.

Em primeiro lugar, encontramos um elo "(n)a defesa da igualdade ou (n)a oposição às formas de hierarquia entre os sexos [...] seja na defesa do direito à igualdade ou do direito à diferença". O segundo aspecto é "o reconhecimento que a condição da mulher é socialmente construída e, portanto, possível de ser contestada e redefinida"; e, por último, "a identificação das mulheres como grupo social oprimido e a luta pela libertação da condição de opressão" (Debert, 2005, p. 54-55).

Entretanto, nenhum desses três eixos dá ao feminismo um caráter coeso. É preciso mencionar as profundas rupturas trazidas à tona pela experiência das mulheres negras e lésbicas que colocam em xeque os limites e os pressupostos em que se funda a construção de "um coletivo de mulheres". Esse aspecto, associado à teoria feminista da desconstrução, abalou nossas certezas em torno do sujeito "mulheres", ou melhor, como afirma Debert (2005, p. 66), "alimentou a suspensão da categoria mulher iniciada pela exigência de diferenciação política dos movimentos sociais".

Em seu artigo "Onda, rizoma e 'sororidade' como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX)" Costa (2009, p. 12) aponta as questões a problematizar nas produções sobre mulheres e feminismos, sugerindo a necessidade de "voltar o foco das investigações para indícios e resistência e contrarresistência femininas". Endossa, assim, a necessidade de refinar o olhar para as experiências tornadas invisíveis que atuam na construção da história.

Grande parte dessa "invisibilidade" ocorre em função dos instrumentos e categorias de análise que utilizamos, em geral bastante

enviesadas. Esse, aliás, tem sido um dos dilemas que acompanham o casamento feminismo e estudos de gênero/mulheres ao longo do tempo, visto que o pressuposto da opressão feminina, da dominação masculina ou do patriarcado carregou os estudos do período de um conjunto de ideias que, se não paralisavam, tornavam inoperantes as pesquisas realizadas, posto que não importassem as equações, todas chegavam aos mesmos resultados.

Temos o dilema entre produzir pesquisas sofisticadas, que apostam na contextualização e produção de conhecimentos situados, e o desconforto que estas geram ao desmontar, ao menos em parte, o edifício sólido do debate feminista. Como desenrolar a luta política em face da "experiência das mulheres"?

Butler buscará equacionar esse problema assumindo a crítica ao sujeito universal, ao invés de se desvencilhar dela, como parte da tarefa política.

> Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade — isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político (Butler, 2003, p. 23).

Todavia, o dilema da construção política de sociedades mais igualitárias e emancipatórias expõe o que Scott chamou de "paradoxo da igualdade", cujas tensões sugerem tratamento igual para os iguais, e diferenciado se a situação das pessoas envolvidas for essencialmente distinta. A autora defende que as melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença). Scott (2005, p. 14) afirma que "igualdade e diferença não são opostos, mas

conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão". Nesse sentido, torna-se possível pensar em uma cidadania universal e não diferenciada.

É importante observar que a noção de cidadania, historicamente, se desenvolveu como sinônimo de universalidade. A noção de "cidadania para todos", entretanto, diante das desigualdades colocadas pela sociedade de classes, vem traduzindo dilemas de longa duração na construção de um sistema universal de proteção social. Dessa forma, verifica-se que programas com base nas diferenças tendem a ampliar desigualdades ou, até mesmo, a discriminação por classes, gêneros, raças, etnias e gerações. A noção de diferença faz com que grupos distintos, em suas lutas específicas, acabem se distanciando do conceito de cidadania universal.

Nessa lógica, a articulação entre totalidade e particularismo-universalismo resolveria essa tensão ao recuperar a totalidade como síntese das particularidades e não negação destas, como ocorre comumente na apreensão desse conceito de um ângulo mais ortodoxo. O binômio universalismo-particularismo faz parte de uma configuração política moderna, em que, segundo Varikas (2009b, p. 267), em vez de "um processo sempre aberto às particularidades que o compõem, o universal tendeu a se identificar com o mais forte, rejeitando o fraco como particular e até mesmo como particularismo".

Assim, o problema que as políticas contemporâneas parecem expressar pode ser percebido nos seguintes termos:

> O paradoxo da diferença, entre os séculos XIX e XX, estará na ideologia das esferas separadas e formulará políticas diferencialistas, "próprias" às mulheres, esmaecendo as de cunho universalista e, portanto, igualitário. Nesse mesmo tempo, são muitos os sinais da marcha que sublinha o ideal da equidade em geral e dos gêneros, em especial, essa última, hoje, mais viva que nunca entre nós (Costa, 2010, p. 215).

Considerações finais

Estão postos o desafio e a necessidade de operar com esse debate nas pesquisas e nas ações políticas e profissionais. Como o gênero, concebido dessa forma, ajuda a pensar os sujeitos de nossas pesquisas? Como desvela os processos e contextos onde se tecem e dinamizam as diferenças? Desenhar políticas públicas e formular direitos sociais... com qual perspectiva?

No ponto de vista político feminista, desessencializar o conceito "mulher" (e "homem" também) e problematizar concepções como "universalidade da dominação masculina" reacendem as críticas que apontam para o distanciamento entre as reflexões teóricas fundadas nessa perspectiva e o movimento político (Piscitelli, 2005).

Nessa direção, Debert (2005) acredita que "a diferença possa fazer a diferença política", em vez de enfraquecê-la. Trata-se de pensar a diversidade não como esvaziamento do agenciamento do grupo, do coletivo, mas como outra experiência, nova, a lidar com os desafios contemporâneos.

No âmbito do Serviço Social, esse debate torna-se relevante, considerando-se que a atuação profissional do ponto de vista acadêmico, interventivo e político envolve um conjunto de relações de desigualdades e hierarquias marcadas por classe, gênero, sexualidade, raça/etnia, entre outros aspectos. Desse modo, a análise das diferentes perspectivas que têm orientado o horizonte das lutas por direitos sociais no campo do gênero possibilita uma maior fundamentação de nossas ações.

Nesse sentido, o texto buscou evidenciar os dilemas de uma perspectiva que toma a construção do gênero e das identidades atribuídas socialmente de modo essencializado, natural e autorreferente. Defende uma visão que considera o gênero não como aquilo que um sujeito é, mas como processos sociais, culturais e políticos mediante

os quais as identidades são continuamente produzidas. Este artigo propôs uma articulação entre identidade e diferença, particularidade e universalidade que fomente as lutas emancipatórias dos sujeitos em distintas situações de opressão no contexto societário atual. Desse modo, as diferenças não significam fragmentação, ao contrário, permitem a construção criativa de engajamentos políticos coletivos mais significativos.

Em *E agora aonde vamos?* as mulheres dançam, tomam a diferença não como desunião, mas como força ... elas se veem diferentes? Em que medida? Até onde? Diferenças não são abissais...

Cena do filme *E agora, aonde vamos?* (LABAKI, 2011).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Suely Gomes. O paradoxo da diferença: "verdadeiro, falso e fictício". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 210-218, jan./jun. 2010.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e "sororidade" como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 01-29, jul./dez. 2009.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, p. 301-323, 2º sem. 2002.

DEBERT, Guita. Os estudos de Gênero na Unicamp. In: MORAES, Menrietta L. (org.). *Gênero nas fronteiras do Sul*. Campinas: PAGU/Unicamp, 2005. p. 66-74.

ESTEVES, Flávia Cópio. *"Sob" Sentidos do Político*: história, gênero e poder no cinema de Ana Carolina (Mar de Rosas, Das Tripas Coração e Sonho de Valsa, 1977-1986). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres*: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 14, p. 13-44, 2000.

PISCITELLI, Adriana. As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org.). *Gênero nas fronteiras do Sul*. Campinas: PAGU/Unicamp, 2005. p. 143-163.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. Mulheres, diferenças e desigualdades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 149-153, jun. 2002.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Villalobos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, p. 63-84, 1994.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. In: HIRATA, Helena *et al*. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009a. p. 116-122.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. In: HIRATA, Helena *et al*. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009b. p. 266-271.

XAVIER, Ismail. Um Cinema que "Educa" é um Cinema que (nos) Faz Pensar. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.13-20, jan./jun. 2008.

FILME

E AGORA, AONDE VAMOS?. [Ou Halla La Weyn? / Et maintenant on va où?]. Roteiro: Rodney Al Haddid, Jihad Hojeily, Nadine Labaki e Sam Mounier, com a colaboração de Thomas Bidegain; Direção: Nadine Labaki; Produção: Les Films des Tournelles, Pathé, Les Films de Beyrouth, United Artistic Group, Prima TV, France 2 Cinéma. DVD Europa Filmes. França / Líbano / Egipto / Itália, 2011. 1 DVD (110 min.): color.

CORPO, CIÊNCIA E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E CLASSE[1]

Introdução

O texto explora o modo como o corpo ascende na sociedade capitalista moderna. Evidenciamos, a partir desse contexto, a aparência de neutralidade científica e de invisibilidade atribuída aos corpos que desvela em seu procedimento o quanto a classificação e a hierarquização estão na chave das definições das políticas de vida e de morte nos Estados modernos. Por meio dessa relação, emerge a divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho, que expressa desigualdades de classe, gênero, sexualidades, raça-etnia, territorialidades, entre outras dimensões da vida social. Cabe mencionar, em acordo com Nogueira e Passos (2020), que o conceito de divisão sociossexual e racial do trabalho visa ampliar a discussão sobre divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho traz à luz o modo como homens e mulheres estão envolvidos em relações sociais específicas

1 Publicado originalmente em *Argumentum*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 112-124, jan./abr. 2023. Disponível em: **https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38985**. Acesso em: 13 mai. 2025.

que atribuem não apenas distinções, mas sobretudo valorações com prejuízo para as mulheres. Tais relações ganham materialidade na divisão social do trabalho, que passa a ser compreendida como divisão sexual do trabalho. Nogueira e Passos (2020) consideram que as relações desiguais, hierarquizadas e de exploração operam em várias dimensões desde o gênero, sexualidade, raça, etnia, questões geracionais, etc. Desse modo, o conceito de divisão sociossexual e racial do trabalho visa articular todas essas dimensões.

Esse debate nos remete ainda às contribuições do conceito de interseccionalidades, formulado por feministas negras estadunidenses (Collins e Bilge, 2021; Davis, 2016; Lorde, 2019; hooks[2], 2019), e também presente nas formulações do feminismo negro brasileiro, ainda que não necessariamente sob essa denominação (Gonzalez, 2018; Bairros, 1995; Carneiro, 2019; Akotirene, 2019). Por meio dessa formulação, buscavam evidenciar as desigualdades e opressões que atingiam mulheres negras de formas específicas em relação às situações vivenciadas pelas mulheres brancas. Mostravam, com isso, que o entrecruzamento de diferentes marcadores sociais, como raça, sexualidade e classe, fazia a diferença na abordagem dos fenômenos sociais e eram cruciais no estabelecimento das formas de resistências e lutas feministas.

Num segundo momento, buscamos analisar de que modo políticas públicas em diferentes setores se tornam o encontro entre normatização da vida privada por meio da moralização dos corpos — baseadas em ideais "familistas", "higienistas" e "eugenistas" — e a disputa pelo reconhecimento e efetivação de direitos.

2 O nome da autora bell hooks será mantido em minúsculo pois a mesma, como posicionamento político e em homenagem a sua avó, assina e requer suas referências como tal.

O corpo é, portanto, lugar político onde se expressam questões éticas complexas para o trabalho do Serviço Social. Em meio ao neoconservadorismo e neofascismo na atual conjuntura, a emersão de políticas antigênero e contrárias à livre expressão da sexualidade são importantes indicadores das forças reacionárias que atacam as possibilidades de conquista da emancipação humana.

Maquinações sobre corpos e sujeitos em meio à racionalidade moderna

Para Orlandi (2004), quando Espinosa proferiu a frase "o fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo", no livro Ética III, apresentou um "susto" na tradição do pensamento filosófico ao enunciar pela primeira vez a ideia do corpo como algo que se impõe. Com o advento da sociedade capitalista moderna, o corpo é tratado como estrito objeto da ciência, passa a ser definido por suas funções e por ser produto da ação de outros corpos que o afetam. E para falar dele serão organizados muitos saberes especializados, a partir de uma linha de raciocínio que o aborda a partir de suas propriedades, características e funções específicas.

A dissecação dos corpos, de acordo com Le Breton (2003, p. 17), é o processo que concretiza a separação do homem com seu corpo, "empreendimento iconoclasta dos primeiros anatomistas que rasgam os limites da pele para levar a dissecção a seu termo no desmantelamento do sujeito". Entretanto, como alerta Duarte (1999), o fisicalismo decorrente da separação corpo e alma do modelo cartesiano é uma teoria da pessoa, visto que a consideração da corporalidade em si é uma dimensão do humano. Isso ocorre porque, nesse modelo, se há separação corpo e alma, há também união, a ideia da experiência do corpo como meu. Em suma, o corpo fala de um sujeito.

Esse mesmo corpo, objeto da ciência, é alvo de curiosidades e investigações, mas é sobretudo tomado como uma máquina, "uma máquina maravilhosa". Le Breton (2003, p. 19) interpreta essa ideia como ambígua, pois "não se compara a máquina ao corpo, mas o corpo à máquina", de modo que ele ganha valor na medida em que se acopla ou se subordina à máquina. A metáfora mecanicista serve à nascente sociedade industrial e evidencia a falibilidade do corpo humano, que deve ser corrigido, consertado, transfigurado. O corpo é apenas um invólucro mecânico, pois a essência do homem reside no pensamento. O corpo envelhece, pode sofrer danos irreparáveis, é uma coleção de órgãos e funções potencialmente substituíveis.

Essa noção antecipa muito de nossas experiências contemporâneas com o corpo, tendo em vista as intensas interferências nele produzidas pela tecnociência. Organismos híbridos, como os *cyborgs* (Haraway, 2019), próteses e diversas formas de reposição do corpo humano têm sido tratados na perspectiva da perfectibilidade, posto que a máquina é estável, fixa, igual e potencializa as capacidades físicas e de sobrevivência. Basta pensarmos nas diversas terapias e tecnologias médicas, como transplante de órgãos, hemodiálises, marca-passos, terapias hormonais, tecnologias reprodutivas, entre outras. A ideia de perfectibilidade também está presente nas demandas de mulheres por cirurgias plásticas[3], evidenciando que o modelo de corpo perfeito, segundo um padrão estético dado (branco, cisgênero, hetero, europeu), constringe diretamente as mulheres. A perfectibilidade como um valor atinge o coração da sociedade moderna com

3 A Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica (ISAPS) contabilizou que 13,1% das cirurgias plásticas realizadas no mundo em 2019 ocorreram no Brasil, e a maioria dos procedimentos acontecem em mulheres na faixa etária dos 35 aos 50 anos. Disponível em: **https://www.terra.com.br/noticias/segundo-dados-brasileiros-lideram-ranking-de-realizacao-de-cirurgias-plasticas,6569851c337fc38888230ab371c00558bp3sdhiz.html**. Acesso em: 30 jan. 2023.

seus ideais de progresso e evolução da espécie, marca da superioridade humana em relação à natureza.

Problematizar o corpo, questionando sua função na sociedade capitalista moderna, tem sido uma importante estratégia para a produção de rupturas com normas sociais em torno dos sujeitos marcados por gênero e sexualidade. Estes legados se fundamentam na ideia de que natureza e cultura seriam coisas distintas, mas que a cultura resultaria de certas definições dadas pela natureza, por exemplo, a definição sexual que marcaria nossos corpos.

Particularmente no contexto da saúde, predominam visões biomédicas do corpo, acentuam-se leituras que estabelecem dicotomias entre natureza e cultura, como aponta Laqueur (2011, p. 18): "na lente epistemológica do Iluminismo, [...] o mundo físico — o corpo — aparece como 'real', enquanto seus significados culturais são epifenômenos". Além desse aspecto, é importante mencionar as contribuições das teses do autor para elucidar as construções sociais dos corpos na perspectiva de gênero e sexualidade. Laqueur evidencia em suas pesquisas que a ciência moderna participou da invenção do sexo, configurando uma lógica que reforça a heterossexualidade e cisgeneridade como padrões naturais. No século II d.C., as mulheres eram consideradas homens em essência, pois seus corpos seriam incompletos pela ausência de um calor vital, responsável pelos seus órgãos não terem se desenvolvido "plenamente" em direção ao meio externo. A partir do século XVII, os discursos sobre o corpo passam a evidenciar a natureza contrastante, diferencialista e complementar entre os sexos, binariamente descritos como masculino e feminino. Essa lógica é responsável pelos fundamentos que naturalizam hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres na sociedade moderna.

Martin (2006), a partir de uma perspectiva feminista sobre a ciência, evidencia que as categorias científicas de descrição médica do corpo não são neutras. Martin (2006) articula as formas de se

falar do corpo a eventos sociais mais amplos, como o nascimento do capitalismo, cuja etapa de industrialização fornece metáforas importantes para os modelos científicos que falam do corpo[4].

Segundo Martin (2006), nas descrições médicas dos corpos há uma expansão das metáforas da produção para os domínios da reprodução. Além dessas descrições serem baseadas no sistema produtivo, articulam hierarquias de poder na definição das diferenças, capacidades e possibilidades dos sujeitos que convergem para a ideia de que estão sempre demarcados pelo binarismo — homem e mulher. Questões como intersexualidade e transexualidade são desconsideradas, incomodam porque apontam a insuficiência da descrição dos corpos num enquadramento binário e dicotômico, ou seja, duvidam que classificações como "masculino" e "feminino" sejam capazes de expressar as diversas dimensões dos sujeitos.

A racionalidade científica moderna, que cinde ao meio corpo e razão, também opera por esquemas classificatórios binários, contribuindo, no plano do gênero e da sexualidade, para a fundamentação da ordem cisheteronormativa. Corpos que escapam a essa "disciplina" são submetidos a regimes de invisibilização, considerados "menos humanos" e não raro expostos a práticas de destruição. Como afirma Butler (2017, p.22), "há um resto de 'vida' — suspenso e espectral — que ilustra e perturba cada instância normativa da vida". E nada garante que essas vidas fora do "enquadramento", para usar um termo da autora, consideradas precárias serão protegidas ou terão garantidas suas condições de sobrevivência e prosperidade.

4 O surgimento da cesariana foi festejado no discurso médico como a melhor forma de produzir bebês perfeitos; assim como a palavra utilizada para designar o nascimento é "trabalho de parto", referência à atividade laboral. Descrições sobre a menopausa que lembram a metáfora do corpo como um pequeno negócio, ou sobre o órgão masculino, cujos espermatozoides teriam capacidade inesgotável de produção.

Queremos mostrar que o corpo, a sexualidade e o gênero fazem parte de um fenômeno social e histórico. Como afirma Weeks (1999, p.38), "a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com o nosso corpo físico". Estudiosos buscaram mostrar as relações corpo-mundo de muitos modos. Para Marcel Mauss, por exemplo, as atividades corriqueiras como andar, sentar, comer, higienizar-se, relacionar-se sexualmente, dormir são exercidas de formas tão diversas quanto são as culturas e não derivam exclusivamente de necessidades fixas da anatomia e fisiologia. Merleau-Ponty, ao chamar a atenção para o corpo vivido, acentua que ele estaria "em circuito" com o mundo, pois é "naturalmente incompleto". Nietzsche diz que toda cultura é um modo de criar determinados corpos (García, 2008).

A sociedade moderna capitalista, em seu "elogio à liberdade individual", opera com base numa hierarquização que oprime e explora determinados corpos, colocando em curso desigualdades a partir de divisões sociossexuais, raciais e étnicas. Nos argumentos de Varikas (2014), nota-se a relevância do corpo como referência para a definição dos "párias". Cor da pele, sexo, odores são alguns indicadores de como o corpo opera como importante descritor de hierarquização social e de desigualdades.

> A 'lenda da sujeira', 'o odor acre dos judeus que provoca náuseas nos cristãos', o 'odor de lupanar' que arrasta cada mulher que atravessa as fronteiras da hierarquia de gênero, 'o odor penetrante do negro, sobretudo no verão', a que se refere o proclamador alemão do darwinismo social, Alfred Ploetz, ou ainda o 'odor' de alguns bairros de Paris, fustigados por um de nossos presidentes da República, certamente são preconceitos, mas operam como verdadeiras linhas de demarcação entre o puro e o impuro, suscitando práticas de segregação e estigmatização (Varikas, 2014, p. 80).

O corpo funciona como instância onde se localiza a regulação das relações sociais e exercício do poder. Essa operação é invisibilizada, como vimos demonstrando, no discurso técnico-científico que investe nesses corpos sob a aparência de neutralidade, promovendo uma separação entre aquilo que ocorre na realidade física e o conjunto da existência dos sujeitos. Paradoxalmente, na vida comum esses corpos são apreendidos muito rapidamente como pertencentes a algum lugar social — são corpos de mulheres, negros, *gays*, transexuais, crianças, jovens e velhos, pobres, migrantes —, mesmo quando isso não precise ser diretamente enunciado. Associadas a essa apreensão das vidas corporificadas, são definidas relações de poder sobre aquilo que um corpo pode e o valor que ele tem.

No exercício de pensar como essas maquinações sobre os corpos invadem o campo das políticas públicas, nos valemos do estudo de De Zordo (2004, p. 15) ao analisar "o racismo implícito na aplicação dos primeiros programas de 'planejamento familiar', os conflitos relativos à representação do gênero e os conflitos de classe [que] se inter-relacionam e têm que ser lidos em conjunto para se ter uma visão de uma realidade tão complexa".

A autora se refere a corpos marcados por gênero, sexualidade, classe e raça para os quais se dirigem prioritariamente certas práticas e tecnologias de gestão da vida, da saúde e da doença, que articulam representações de gênero e sexualidade nem sempre possíveis de se realizar. Esse é o caso dos jovens do sexo masculino que veem longe o acesso ao trabalho e à titulação de provedores exclusivos das famílias que virão a constituir. Além de gênero, sexualidade e raça, o deslocamento dos corpos da periferia aos centros onde se localizam serviços e saberes atrai novos tipos de desigualdades, aquelas que empurram de volta para a periferia homens cisgêneros ou trans, lésbicas, travestis e mulheres trans, entre outros.

Poderíamos também articular outros marcadores de diferença e desigualdades, como o capacitismo que envolve uma série de restrições de direitos de pessoas com deficiências. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade é importante instrumento de aprofundamento crítico dos efeitos de relações sociais baseadas na exploração, dominação e opressão, como é o caso das sociedades capitalistas modernas. Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade tem uma contribuição relevante para interconectar e inter-relacionar aspectos que se apresentam como separados e opositivos. Os efeitos dessas conexões podem ser fundamentais para a práxis política, à medida que, como destacam Collins e Bilge (2021, p. 266), "os estudos interseccionais põem em questão formas de pensamento relacional binário que opõem a teoria à prática ou os estudos ao ativismo".

É nosso propósito mostrar que essa visibilidade de corpos negros, pobres, jovens, de homens e mulheres contrasta com a suposta "neutralidade" com que os discursos médicos-científicos se dirigem a eles. A narrativa genérica sobre esses corpos "nos fala de um corpo neutro, sempre aberto e pronto a ser fecundado, sem vontade própria e sem limites. Um corpo que tem que ser controlado e regulamentado". Isso porque "com ele podem se reproduzir todos os defeitos físicos, psíquicos, morais e sociais da Nação" (De Zordo, 2004, p. 2).

Ainda nos regimes de (in)visibilizações, também o estudo de Almeida (2005, apresentação) denuncia que de forma "ainda mais acentuada que a sexualidade feminina heterossexual, a homossexualidade feminina tendeu à invisibilidade na sociedade brasileira e frente ao discurso médico-ginecológico". Oliveira (2019, introdução) dando segmento a esse debate, revela "o desconhecimento de demandas e pouca produção de dados sobre a população lésbica na área de saber de serviço social; [bem como] dificuldades de profissionais da saúde ao lidar com as sexualidades fora da norma". Rocha (2015, p.15) argumenta que "a sexualidade tende a ser psicologizada e compreendida

como um fenômeno do campo das ciências da natureza e da psique apenas, e não como um fenômeno produzido e regulado no âmbito das relações sociais", o que traz muitos prejuízos para a ampliação do escopo da análise e da intervenção profissional.

Perguntar pelo "que pode um corpo" significa não apenas reconhecer as interdições, impedimentos, mas também observar as potências. Nessa direção, são debatidas as possibilidades de produção de sujeitos coletivos e lutas por reconhecimento de direitos. Duarte (2008), discorrendo sobre Agamben, diz que: "só pode haver uma verdadeira comunidade política em se tratando de seres que não são em ato, que não são já de saída isto ou aquilo, que não possuem uma identidade que lhes tenha sido pré-designada" (Duarte, 2008, p. 86).

Políticas sexuais, moralização da vida e neoconservadorismo

Rubin (2017) afirma que o sexo sempre é político. O campo da sexualidade é atravessado por interesses diversos e manobras políticas que vão se refletir sobre as instituições e práticas concretas da sexualidade. "Mas há também períodos históricos em que as discussões sobre a sexualidade são mais claramente controvertidas e mais abertamente politizadas" (Rubin, 2017, p. 64). Esse parece ser o caso do Brasil, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef do poder em 2016, em seu segundo mandato para o qual foi democraticamente eleita. A condução do poder federal pelo vice-presidente Michel Temer e, na sequência, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República reuniram as condições de fortalecimento de grupos militares e paramilitares alinhados ao fascismo, tendo a "pauta de costumes" como agenda prioritária de governo.

O discurso de direita e extrema direita, no Brasil, se apropria das formulações no campo das questões de gênero e sexualidades e realiza a crítica conservadora com vistas à aquisição de hegemonia burguesa. Vale destacar que nesse campo são visíveis muitos avanços contra-hegemônicos nos últimos anos, embalados por lutas e resistências de grupos subalternizados que deram sustentação ao sonho de uma sociedade justa, equitativa e livre, impedindo a destruição ainda maior de conquistas nos direitos sexuais e reprodutivos. Não é de se admirar que sejam duramente atacados no projeto ultraliberal conservador do governo de Jair Bolsonaro e de seus seguidores.

Frente a esse quadro neofascista, pesquisadoras como Corrêa (2018) e Marafon (2018) designaram como políticas antigênero o conjunto de movimentações de cunho autoritário e conservador nesse campo, que evidencia um projeto elaborado de sustentação de uma sociedade classista, misógina, étnico-racista e lgbtfóbica, articulando profundas desigualdades sociais e econômicas.

As formulações da agenda antigênero desse período no Brasil são motivadas, de um lado, pela força política e econômica de grupos conservadores ancorados no fundamentalismo religioso, sobretudo, católico e neopentecostal (Miskolci, 2018; Saraiva, 2017; Corrêa, 2018; Miguel, 2016; Marafon, 2018), que manejam seus interesses político-econômicos e, vale frisar, articulam vontades e valores morais, pilares da sociedade capitalista burguesa. De outro lado, essa agenda antigênero é impulsionada pela conversão dos valores acerca das questões de gênero e de sexualidade em pautas de cunho moralista e conservador. Conforme já afirmamos em outra ocasião:

> O investimento na formulação e transformação do "desejo" e da "vontade" em ação política é tarefa central nos regimes neofascistas. Assim, cabe observar que gênero e sexualidades, interseccionados por raça e classe, compõem um

> campo. Para ele convergem: desejo, vontade, modos de fazer a vida andar, corpos que precisam ser regulados, normatizados para que movimentem toda uma economia do trabalho e da sociabilidade (Lole; Almeida, 2020, p. 129).

Segundo Corrêa (2017)[5], a mobilização conservadora sobre gênero e sexualidade vem se gestando há longo tempo e pode ser observada nas mobilizações em torno das Conferências Internacionais da década de 1990, como a ECO 92 (realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992), as Conferências de Viena (realizada em Viena, em 1993), Cairo (realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1994) e Beijing (realizada na cidade de Beijing, Pequim, capital da China, em setembro de 1995)[6].

Ao longo do período, contudo, ocorreram inúmeras articulações de movimentos diversos — LGBTQIA+, feministas, negros — que impulsionaram novos arranjos institucionais e políticos na defesa e ampliação de direitos a esses grupos. Os movimentos apresentaram muitas mudanças do ponto de vista de sua composição, das estratégias políticas e dos intensos debates que animaram a organização

5 Palestra intitulada "'Ideologia de Gênero': rastros perdidos e pontos cegos", proferida pela pesquisadora feminista Sonia Corrêa no Seminário Gênero Ameaça(N)do, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em outubro de 2017. Disponível em: **https://youtu.be/VWBj6GX2Umo**. Acesso em: 25 jun. 2020.

6 Para conferir as análises sobre o modo como "gênero" foi tensionado ao longo das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1990, consultar Corrêa (2018) e a série de publicações do Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), projeto sediado na Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), sob coordenação de Sonia Corrêa e Richard Parker. O termo "ideologia de gênero" se fundamenta nas formulações de Dale O'Leary, militante pró-vida, vinculada à Opus Dei, que participou das Conferências de Cairo e Beijing, e em 1997 publicou um livro chamado *The Gender Agenda* em que acusa a ONU de formular políticas públicas de gênero. Corrêa (2018) utiliza o termo "feminismo radical" e faz ataques e críticas ao feminismo e, particularmente, à teoria *Queer* de Judith Butler, alegando ferirem os princípios da família natural e da moral, com efeitos perniciosos sobre as crianças.

coletiva. Uma característica marcante identificada entre estudiosos (Pinto, 2003; Irineu, 2014; Álvarez, 2014) é o processo de onguização que atravessou a relação da sociedade civil com o poder estatal, especialmente ao longo dos anos de 1990 e início de 2000. Este fenômeno descreve a dependência mais ou menos intensa desses coletivos a financiamentos externos, nacionais e internacionais, e a prestação de serviços aos governos. Problemas de toda ordem podem ser localizados como exemplos: a autonomia desses grupos, o esmaecimento do sentido político e contra-hegemônico das suas ações e os questionamentos acerca da substituição das funções precípuas do Estado. Outra discussão levantada diz respeito a um hiperdimensionamento do papel que a política social pode efetivamente alcançar na defesa e garantia de direitos dos grupos historicamente mergulhados em profundas desigualdades sociais, as quais implicam mudanças de ordem estrutural.

Os dilemas presentes nessa aposta no arcabouço das políticas sociais estatais não tardam a se evidenciar. Irineu (2014) mostra que, apesar de conquistas quanto à inserção das demandas LGBTQIA+ no âmbito das políticas públicas, verifica-se a "ineficácia destas respostas governamentais frente aos altos índices de violência letal a essa população, após os dez anos de lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BSH)." (Irineu, 2014, p. 158). Lole e Almeida (2017, p.47) destacam, no que se refere às políticas para as mulheres, "a presença do conteúdo *familista* e a *feminilização* das políticas no campo da saúde, educação e assistência social, evidenciando sua contribuição para a reafirmação de tradicionalismos nas dinâmicas de gênero".

O jogo contraditório das políticas sociais, historicamente articuladas às estratégias de manejo da luta de classes e das forças reivindicatórias que daí emergem, gera uma dinâmica de avanços e retrocessos, concessões e conquistas que tensionará o desenho das lutas e os rumos dos movimentos. Essas contradições também se expressam

no trabalho do Serviço Social, que encontra resistências na efetivação de uma perspectiva ético-política que represente a emancipação dos sujeitos em suas diversas dimensões.

Agrega-se a essas tensões o enrijecimento conservador que atravessa o período dos governos Temer-Bolsonaro, mas que já se expressava nas resistências à agenda anti-homofobia (veto ao Kit "Escola sem Homofobia", em 2011); na exclusão do conteúdo de gênero e sexualidade dos Planos de Educação nas diversas instâncias de governo, em 2014; nas pressões pela votação do Estatuto do nascituro, em 2014; e do Projeto de Lei n. 6583/2013, conhecido como Estatuto da Família, preconizando o modelo nuclear da família burguesa. Em 2016, no marco da reforma administrativa do governo Temer, ocorre a extinção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR). Destacamos nesse conjunto de ações neoconservadoras o Projeto de Lei (PL) nº 246/2019, que institui o "Programa Escola sem Partido", no qual a principal questão filosófica é a neutralidade, demonstrada em seus argumentos de que devemos "educar de maneira neutra". Enquanto isso, esse projeto propaga de forma "sutil" a sua própria ideologia, a qual está atrelada ao conservadorismo e à extrema-direita.

A presença do conservadorismo religioso de diferentes crenças se observa disseminado nas instâncias políticas legislativas e institucionais, destacando-se a grande bancada evangélica no planalto, a nomeação de Damares Alves, uma pastora, para o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e o slogan adotado por ele na campanha presidencial de 2018: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Aliás, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro cruzou, como diz Corrêa (2018), a expansão do neoliberalismo com a "ideologia de gênero" como pedra angular da guinada à direita da política brasileira.

O movimento antigênero utiliza-se do termo "ideologia de gênero" para tentar mostrar uma suposta destruição da família com a inserção de pautas de gênero e sexualidade nas políticas públicas. Contudo, isso não impediu que muito das energias de combate tenham se voltado para a configuração de um sistema de proteção social estatal formado por um conjunto de políticas públicas que tomavam desigualdades de gênero, sexualidade e raça-etnia como problemas a serem enfrentados. Nesse sentido, questões de gênero, sexualidade, raça e classe estão a todo o tempo interconectadas aos programas sociais e institucionais que se tornam campos de disputas relevantes na defesa de direitos sociais.

Argumentamos que esse conjunto de movimentações aqui ligeiramente mapeado tem efeitos importantes sobre o trabalho de assistentes sociais e a formação profissional. Mesmo reconhecendo seus limites, as políticas sociais e os equipamentos socioassistenciais delas resultantes exigem de assistentes sociais posições críticas e analíticas que lhes permitam fortalecer lutas e resistências pela garantia de direitos.

O debate das políticas sociais torna-se fundamental na formação profissional de assistentes sociais, tendo sido, inclusive, definido como o objeto da intervenção profissional no currículo de alguns cursos de graduação que fizeram suas revisões a partir da reconceituação do Serviço Social nos anos de 1990. Ainda que nas décadas seguintes a discussão sobre a matéria da atuação profissional tenha caminhado para a "questão social" em suas múltiplas expressões, a política social não perde sua importância no enquadramento dos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Desse modo, inseridas/os em muitas dessas políticas e/ou partícipes dos diversos movimentos e ativismos sociais ao longo das últimas décadas, assistentes sociais engajam-se nas pautas feministas, antirracistas, anti-cisheteronormativas, para citar apenas aquelas que viemos trabalhando nesse texto.

Considerações finais

O debate histórico evidencia que corpos e sexualidades nunca são somente sobre novos achados científicos e discursos médicos. Estamos diante de duas questões — corpos e sexualidades — que espelham sem rodeios as marcas das nossas desigualdades estruturais e das saídas encontradas a cada momento histórico. Saídas que envolvem não somente o manejo de novas formas de exploração e dominação pelo capital, mas que também expressam arranjos e resistências.

Análises de políticas sociais nesses termos — ou seja, que coloquem no plano das observações as evidências sobre o modo como relações sociais de classe, gênero, raça e sexualidade são afetadas por essas políticas — são importante estratégia de fortalecimento do projeto profissional de assistentes sociais em direção à emancipação humana. Mas, cabe a advertência de Butler (2017, p.15) de que, na direção de reforçar a defesa de proteção e do direito de existir e prosperar, precisamos nos apoiar numa "nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social."

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ALMEIDA, Guilherme S. de. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ÁLVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.43, p.13-56, jan./jun. 2014.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n.2, v. 3, p.458-463, 1995.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? Tradução de Angela Freitas. *SPW — Sexuality Policy Watch*, 12 nov. 2018. Disponível em: **https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf**. Acesso em: 25 jun. 2020.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DE ZORDO, Silvia. A contracepção na Bahia vista da periferia: um olhar de gênero. O corpo da Nação: o planejamento familiar no Brasil, da Ditadura Militar aos dias de hoje. *Anais*... VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004, p. 1-17.

DUARTE, André. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, Ricardo T. de; OLIVEIRA, Nythamar F. de. (org.). *Fenomenologia hoje III*: bioética, biotecnologia e biopolítica. Porto Alegre/RS: EdiPUCRS, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, Maria Luisa (org.). *Sexualidade*: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 21-30.

GARCÍA, Esteban A. Aproximaciones a una fenomenología corporal de la experiencia técnica. In: SOUZA, Ricardo T. de; OLIVEIRA, Nythamar F. de. (org.). *Fenomenologia hoje III*: bioética, biotecnologia e biopolítica. Porto Alegre/RS: EdiPUCRS, 2008.

GOMES, Lia R. *Tendências da Pesquisa*: sexualidade, diversidade sexual, e diversidade de gênero no Serviço Social (2013-2014). Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.... Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. *Teoria feminista*: da margem ao centro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 155-178, 2º Sem. 2014.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2001.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*: antropologia e sociedade. 4 ed. Campinas/SP: Papirus, 2003.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas. In: REBUÁ, Eduardo et al. (org.). *(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 122-146.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo "ideologia de gênero". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 117-131, 2018.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo*: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" — Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, ago. 2016.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185302, 2018.

NOGUEIRA, Cláudia M.; PASSOS, Rachel G. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário da epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. *Caderno CRH*, Salvador, v.33, p.1-9, 2020.

OLIVEIRA, Thamiris. *A sexualidade lésbica*: prevenção e reconhecimento no campo da saúde sexual. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ORLANDI, Luiz B. L. Corporeidades em minidesfile. *Unimontes Científica*, Montes Claros/MG, v. 6, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTAL TERRA. Segundo dados, brasileiros lideram ranking de realização de cirurgias plásticas. Disponível em: **https://www.terra.com.br/noticias/segundo-dados-brasileiros-lideram-ranking-de-realizacao-de-cirurgias-plasticas,6569851c337fc38888230ab371c00558bp3sdhiz.html**. Acesso em: 30 jan. 2023.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo*: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SARAIVA, Marcio S. *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2017.

VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo*: figuras do pária. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

POLÍTICAS PARA MULHERES E LUTAS FEMINISTAS: OS PARADOXOS DA PROTEÇÃO SOCIAL[1]

Introdução

Nesse estudo buscamos refletir sobre os impactos do modelo de proteção social brasileiro nas relações de gênero, no sentido das lutas históricas pela superação das desigualdades sociais das mulheres. Gênero é entendido como um conceito que busca expressar as construções sociais e históricas em torno dos sexos, tidos até então como naturais e fixos. Os estudos de gênero permitem questionar a natureza binária atribuída aos sujeitos, que são descritos como femininos ou masculinos. Nesse sentido, estudos de gênero viriam problematizar a própria noção "mulheres" e "homens", bem como enfatizar o caráter relacional dessa categoria.

Para analisar efeitos das políticas sociais nas desigualdades de gênero, tomamos por referência temporal o conjunto de políticas formuladas a partir do entendimento de que é função primordial do

1 Publicado originalmente em *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017. Disponível em: **https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13712**. Acesso em: 13 mai. 2025.

Estado a garantia de direitos. Historicamente, localizamos as políticas sociais que emergiram em fins dos anos de 1980 e se desdobraram ao longo das décadas seguintes.

Destacamos a presença do conteúdo "familista" e a "feminilização" das políticas no campo da saúde, educação e assistência social, evidenciando sua contribuição para a reafirmação de tradicionalismos nas dinâmicas de gênero. Em seguida, percorremos os principais legados do movimento feminista na luta por direitos das mulheres, seus paradoxos e as contribuições críticas para o debate contemporâneo sobre os rumos das transformações da ordem social. Por último, apresentamos os dilemas na configuração de políticas para "mulheres" à luz dos paradoxos da diferença sinalizados por Scott (2002).

Esta reflexão baseia-se na compreensão da necessidade de incorporar aos debates clássicos nessa matéria os dilemas e contribuições dos estudos feministas e de gênero, apartados das análises voltadas para o que seria a esfera do "público". Assim, o artigo faz coro às tentativas de não reproduzir no campo do conhecimento a reiterada separação das esferas públicas e privadas que demarcam as relações sociais no sistema capitalista ao longo do tempo.

Proteção social no Brasil e afirmação dos tradicionalismos

No Brasil, a proteção social apresenta um desenho em que iniciativas públicas e privadas são implicadas como instâncias de oferta de serviços. Família, sociedade e Estado são os agentes de produção de proteção social e, em alguns casos, como ocorre com crianças e idosos, a ausência da família torna o Estado o principal provedor de atenção e cuidados.

Estudiosos apontam que essa lógica coloca a família "na berlinda" (Pereira, 2004); implica atribuição de falha ou incapacidade aos grupos familiares que necessitem de atenção do Estado (Mioto, 2004); além de agregar a ideia de fracasso e fragilidade àqueles que acessam serviços substitutivos à família, como instituições de acolhimento (Trindade, 2015).

Temos vivenciado um momento em que as políticas sociais colocam em cena a questão da família, pois a crise do Estado de Bem-Estar originou na:

> [...] adoção de uma 'solução familiar' para a proteção social, quando se caminhou para a redução de dependência em relação aos serviços públicos e para a 'redescoberta' da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades (Mioto, 2008, p. 139).

Com a Constituição Federal de 1988, temos uma redescoberta da família como fonte privada de bem-estar social. A família é reconhecida como provedora informal de bem-estar, juntamente com outros sujeitos independentes do Estado, como a vizinhança e as redes de amigos.

Na perspectiva de analisar dinâmicas de gênero e a montagem dos sistemas de proteção social no Brasil, Costa (2002) busca os nexos entre múltiplas práticas de proteção e cuidado de crianças e adultos sob o encargo de mulheres na esfera familiar, bem como a constituição política de um conjunto de instituições e serviços a partir do Estado. Com isso, a autora rejeita uma forma de lidar com o político que produz a dicotomia entre público e privado como esferas separadas, mostrando ao contrário que "o político — instância de regulação e de controle da sociedade — define e articula tudo aquilo que, historicamente, emana do público e do privado" (Costa, 2002, p. 303).

Assim, a saída das mulheres em direção à vida pública produziu um conjunto de arranjos nomeado de "maternidade transferida", que visava dar conta das responsabilidades domésticas e das tarefas vinculadas ao cuidado. A maternidade transferida, termo cunhado por Costa (2002), expressa a atribuição das mulheres umas às outras de inúmeras tarefas de cuidados originadas na família, cujas estratégias envolvem fundamentalmente redes femininas de autoajuda ou contratação de serviços como de empregadas domésticas, cuidadoras, entre outras. Para Costa (2002, p. 304), "essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas".

Contar com as famílias como instância de produção de cuidados tem sido uma estratégia que minimiza o papel do Estado na provisão de proteção aos sujeitos. É justamente tal tendência que tem levado estudiosos a pensar que o campo das políticas sociais tem operado através da "feminilização da pobreza" e da "familização".

Configura-se, assim, como uma questão transversal às diversas políticas sociais a manutenção de uma narrativa de família que tem a mulher como central no grupo familiar, reatualizando a clássica divisão sexual do trabalho. Isso pode ser observado, por exemplo, na assistência social (Carloto; Mariano, 2010); na educação (Carvalho, 2004; Santos; Almeida, 2014; Almeida, 2015), bem como na saúde (Scott, 2005; Salazar; Almeida, 2014).

No que diz respeito às políticas de saúde, em pesquisas anteriores (Salazar; Almeida, 2014; Santos; Almeida, 2014) tomamos a Estratégia de Saúde da Família — ESF (Brasil, 1997) como referência para a reflexão. Trata-se de uma política que tem a família como central, cuja ação articula profissionais de saúde e população usuária de serviços num território específico. A família é problematizada nos

documentos oficiais em sua capacidade protetiva, mas também como instância de reprodução de violências.

Scott (2005, p.22), ao analisar as ações da ESF, destaca que "a questão de gênero é inextricavelmente associada a qualquer política pública que se pronuncia como direcionada à família". Ocorre, assim, uma supervalorização da figura materna pelos profissionais de saúde. Segundo o autor, as mulheres mães de família são identificadas como cúmplices dos profissionais de saúde no que se refere ao cuidado dos seus dependentes e parceiros.

As mudanças nas configurações das famílias, de ordem demográfica, e as "saídas" das mulheres do espaço privado introduzem novas dinâmicas na organização delas. No contexto da saúde, essa situação traz crescentes tensões entre equipes profissionais e famílias, num cenário de escassos recursos destinados à proteção social.

Na política de educação, por sua vez, a importância da presença da família no âmbito escolar é reconhecida na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação. O envolvimento da família na educação dos filhos é visto como fundamental para um melhor desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Em alguns programas como Escola Aberta (Brasil, 2004a) não se identifica com clareza a concepção de família e sua função, de modo a configurar nitidamente qual a participação esperada deste grupo no contexto escolar. A família aparece como parte dos agentes educacionais e contexto de convivência íntima e comunitária, mas não é tratada em suas dinâmicas próprias, tampouco localizada em suas diversidades. A leitura do Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014) evidencia a identificação da família como "colaboradora" e "parceira" das ações a serem desenvolvidas pela escola ou outros setores do Estado. Assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), o documento expressa uma percepção da família como um dos agentes responsáveis pela qualidade da educação.

A ideia de convocar a família a participar das ações educacionais envolve desde acompanhamento *stricto sensu* das atividades escolares dos filhos até a sua visualização como um dos sujeitos do controle social da política de educação; contudo, sabemos que são as mulheres as principais protagonistas nesses cenários.

Como parte do desenho da gestão democrática nas escolas, o PNE (Brasil, 2014) estabelece como estratégia o incentivo à criação de grêmios estudantis e associações de pais, inclusive assegurando espaços para funcionamento e condições de articulação com o Conselho Escolar. A família, junto aos demais sujeitos do processo educacional, é estimulada a assumir uma participação nos aspectos "pedagógicos", inclusive no que tange à avaliação dos profissionais. Cumpre destacar que o documento aponta a necessidade de ações que visem à proteção social das famílias em articulação com outros setores da política social, sugerindo-nos relativizar a afirmação de que, em contexto neoliberal, as políticas reduzem o papel do Estado e sobrecarregam as famílias de funções. Entretanto, o histórico estímulo à participação da iniciativa privada na Política de Educação segue definindo os contornos dessa política (Cunha, 2013), além de que na prática essas propostas despertam poucos recursos para se efetivarem.

Observa-se a ausência de uma formulação sobre qual concepção de família fundamenta tais ações. Isso é importante porque na falta de um entendimento comum predominam as leituras individuais e pessoais sobre a questão o que, em geral, denota uma concepção de família normativa, reafirmando a divisão sexual do trabalho no interior das famílias.

Se na trajetória da educação a escola teria substituído progressivamente a família, Magaldi (2001), ao contrário, enfatiza que o papel das famílias na educação dos filhos nunca foi desprezado. Cunha (1997, p.48) chega a citar que: "a família perdeu sua função de educadora e, em seguida, foi chamada de volta ao terreno da educação para

auxiliar o Estado educador". Assim, mesmo com a crescente função educacional do Estado, a família não perde importância haja vista a preocupação em criar dispositivos educacionais dirigidos aos pais, especialmente às mães, como no exemplo dos "Círculos de Mães" (Magaldi, 2001, p.6).

No campo da política de assistência social, Carloto e Mariano (2008) tem mostrado que essa política se vale da mulher-mãe como figura central para as suas ações. Embora isso não esteja explícito nos documentos regulatórios da assistência social, ocorre uma preferência por ações dirigidas às mulheres, o que também explicaria a maior presença delas nos serviços e ações socioeducativas, como o que ocorre nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Na Política Nacional de Assistência Social - PNAS destaca-se que as famílias são definidas em sua pluralidade, configurando uma concepção ampliada e mais aberta, porém as expectativas de que venha a cumprir funções de cuidado e proteção não estão ausentes. Considerando que essas funções são tradicionalmente vinculadas às mulheres, a família termina por se constituir um espaço de reprodução da diferença sexual. Carloto e Mariano (2008, p.156-157) ressaltam inclusive que essa reprodução da diferença não se faz exclusivamente no espaço privado, mas "é reforçada e também construída no espaço público, como pode ser o caso das expectativas e objetivos de políticas públicas no âmbito da assistência social".

A "familização" e "feminilização" nas políticas articulam desse modo uma discussão mais ampla acerca dos sistemas de proteção social e do lugar que as desigualdades sociais, de classe, raça e gênero/sexualidade ocupam nele. "Familização" é apreendida como a perspectiva segundo a qual políticas públicas concebem que as famílias precisam assumir a responsabilidade primordial pela proteção social de seus membros (Esping-Andersen, 2000).

Além da "familização" reforçar uma visão tradicional e hierárquica dos gêneros, o conceito de "feminilização da pobreza" adotado como fundamento de programas de transferência de renda traz um discurso focalizado na situação das mulheres pobres. Este conceito é polêmico, pois agrupa duas problemáticas: pobreza e desigualdade de gênero, correndo-se o risco de reforçar estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, que associam negativamente chefia feminina a esse contexto, de modo a identificar tais famílias como símbolo de desorganização (Macedo, 2008).

A instalação da feminilização da pobreza e suas definições operacionais nas políticas sociais como um fato consumado não ocorre em um vácuo; pelo contrário, configura-se como reatualização de formas anteriores dos lugares de gênero socialmente construídos e de suas condições de vida. Aguilar (2011) considera uma ambiguidade o uso da categoria gênero como sinônimo da categoria mulher, sem considerar o caráter relacional da perspectiva de gênero. Neste sentido, ressalta a autora, a feminilização da pobreza não considera as condições de desigualdades sociais, ponderando somente sobre o quantitativo de mulheres entre a população pobre e as mulheres "chefe de família", sem levar em conta a existência de relações de poder na esfera doméstica que se articulam em torno de gênero, sexualidades, raça entre outras.

Observamos que a feminilização da pobreza no cenário contemporâneo surge como um fenômeno de destaque diante do crescimento da pobreza em escala mundial, sugerindo "uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente" (Lavinas, 1996, p.464). Aqui os demarcadores de gênero e classe são ressaltados.

Segundo Lavinas (1996), a mudança na composição familiar altera a dinâmica dos setores mais empobrecidos da população, de modo que a mulher passa a acumular, sozinha, funções de provedora e de

responsável exclusiva pela esfera da reprodução. Além disso, é crescente o número de mulheres chefes de família que se tornam mais vulneráveis na medida em que ocorre um alto grau de discriminação da mão de obra feminina, com rendimentos inferiores e o desempenho das tarefas mais desqualificadas. Essas alterações ocorridas na família têm "levado à formulação de alternativas de combate à pobreza com base em políticas sexuadas, que contemplam a dimensão de gênero e priorizam as mulheres nos programas voltados a este fim" (Lavinas, 1996, p.464).

Assim, os programas de transferência de renda criados a partir da década de 1990, por exemplo, passam a priorizar as mulheres como beneficiárias com as mais diversas justificativas. No caso brasileiro, temos o Programa Bolsa Família (PBF)[2], o qual deveria direcionar suas ações para a família — já que esta passou, a partir dos anos 2000, a ocupar um lugar de centralidade no campo das políticas sociais públicas. Entretanto, o mesmo reforça a focalização na figura feminina: "O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento" (Brasil, 2004b, art.23-A).

É por meio da tradicional associação entre gênero e cuidado que essas políticas irão se configurar. Como afirma Tronto (1997, p.188), "as estruturas privadas que envolvem 'cuidar de' localizam-se especialmente na família" e, na falta ou ausência dela, a grande maioria das sociedades vale-se do mercado, no qual se compram serviços diversos. Contudo, tanto no mercado quanto na vida privada "cuidar é uma atividade regida pelo gênero". Ao atentar para o conteúdo moral

2 O PBF foi criado no Governo Lula, em 2003, com o objetivo de unificar os programas implantados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

do que seja cuidar, a autora observa a existência no senso comum, de uma ideia de que as mulheres estariam melhor aparelhadas para essas atividades, pois desenvolvem naturalmente um "pensamento maternal", articulando razão e emoção. Essas premissas morais e naturalizadas da constituição feminina contribuem para a manutenção da divisão sexual do trabalho doméstico.

Mostramos nesse item que a proteção social no Brasil, ao se fundamentar no "familismo" e na "feminilização", termina por reafirmar muitos tradicionalismos em torno do lugar das mulheres na sociedade, naturalizando para elas a subordinação da vida pública à vida privada. Conforme corrobora o pensamento de Fonseca:

> Na verdade, aquilo que aparece como uma estratégia para empoderar as mulheres está embasado e reforça uma ideia de papel social feminino, bastante tradicional como mãe que sacrifica seus interesses em prol dos da família. [...] Vale dizer ainda que os programas se apoderam em parte do controle de suas vidas (ao estabelecer seus compromissos em relação às condicionalidades) e de suas agendas. Assim, a utilização do termo empoderamento, caro ao feminismo, para justificar a designação das mulheres como beneficiárias dos programas oculta a presença de pressupostos que podem ser conflitantes em termos de alterar as distribuições de poder na família, estimulando relações igualitárias entre homens e mulheres (Fonseca, 2010, p.9-10).

Lutas feministas na superação das desigualdades

Diante da perspectiva de reatualização de tradicionalismos no campo da proteção social, como pensar a superação das desigualdades de gênero em suas diversas interseções como classe, raça, sexualidade?

Essa questão remete à trajetória do feminismo enquanto sujeito político fundamental na luta pelos direitos das mulheres.

A história do feminismo tem sido pensada como oriunda de dilemas produzidos a partir da Revolução Francesa e da introdução no cenário mundial das ideias de igualdade e liberdade, assentadas numa concepção humana genérica, masculina e universal que excluía as mulheres. Assim, as lutas feministas nascem com o propósito de incluí-las no conjunto dos direitos humanos, trazendo à tona o debate entre igualdade e diferença (Lole, 2014) como essencial para a definição de direitos específicos. A questão da identidade feminina e até mesmo do sujeito "mulher" permanece problematizada no desenrolar das lutas sociais e políticas, exaustivamente até os dias de hoje. Como ressalta Almeida (2010) a respeito do campo da orientação sexual e de gênero, a identidade é um dos componentes que articulam cidadania e direitos humanos na sociedade moderna. O autor observa que:

> [...] os movimentos e comunidades LGBT aprenderam muito com outros movimentos sociais e identitários e vivem a mesma contradição entre a necessidade táctica de assumir algum "essencialismo" ou "etnicização", e a consciência de que a categoria de exclusão (a divisão hetero-/homossexual) necessita de ser superada (Almeida, 2010, p.41).

Costa (2010) considera que nos séculos XIX e XX o paradoxo da diferença se coloca na afirmação da ideologia das esferas separadas, o público e o privado, o político e o doméstico articulado a hierarquias de poder e de desigualdade de gênero. Esta ideologia formula "políticas diferencialistas" específicas às mulheres que, na reflexão da autora, provocam um apagamento das políticas igualitárias e universalistas. Nesse sentido, ocultam-se relações de poder que se

exercem, por exemplo, sobre masculinidades não-hegemônicas[3], sexualidades dissidentes que também requisitam intervenções públicas e proteção social.

A separação entre esferas públicas e privadas apaga o conteúdo político das relações do âmbito privado, além de desvinculá-las das análises do que acontece no espaço público. Costa chama a atenção para a produção da invisibilidade dos "feminismos informais", transgressões das mulheres como, por exemplo, a prática do aborto (Perrot *apud* Costa, 2010, p. 26), os quais são apagados não apenas dos estudos gerais da sociedade, mas também das próprias discussões feministas.

Outro elemento importante nesse inventário das questões feministas tem sido o "paradigma do patriarcalismo", que explicaria a dominação masculina ao opor masculino/feminino e apontar privilégios e sistemas de desigualdades baseados em sexo. Este debate é crucial para as lutas feministas, mas, como alerta Costa (2010, p.25), precisa ser visto com cautela sob pena de "oculta(r) muito da complexidade social, quando desconsidera sistemas de poder e subordinação, postos pelas relações de classes, etnias/raças e gerações em suas muitas interseções".

No caso brasileiro, a história do feminismo também não pode ser pensada sem problematizarmos a relação com o Estado e a necessidade de formulação de políticas públicas para as lutas por igualdade e direitos das mulheres na construção da cidadania (Pinto, 2003).

Assim, dentre as questões feministas centrais, é de se destacar as relações entre igualdade e diferença; identidade e direitos; esfera pública e privada; patriarcalismo e desigualdades de gênero; e a articulação entre feminismo e Estado. Muito dessas pautas expressa formulações do feminismo ocidental, europeu e norte-americano;

3 Para maior aprofundamento do debate crítico das múltiplas masculinidades e suas hierarquizações cf. Connell; Messerschmidt, 2013.

entretanto, os elementos locais operam na transferência de ideias entre as regiões.

Para os feminismos contemporâneos, o tema da globalização é fundamental para articular não só teorias feministas no mundo como também estratégias de lutas sociais. Tratando da questão de um novo tipo de organização globalizada e com características de estruturação diferentes da geração anterior de movimentos feministas, Nádia De Mond (2003, p.642) analisa os atrativos de ativismos como a Marcha Mundial das Mulheres. A aproximação de jovens para a luta feminista é identificada no processo de construção da Marcha na experiência do Fórum Social Europeu, quando De Mond (2003) localiza a atração de jovens migrantes da segunda geração[4] na França que até então consideravam o feminismo elitista e monocultural.

Na agenda contemporânea do feminismo e de sua construção política, indaga-se sobre os limites teóricos do conhecimento sobre as mulheres, particularmente a centralidade da categoria gênero. Evidencia-se a restrição desse conceito frente à pluralidade das experiências — de classe, raça, sexualidade e colonialismo — e considera-se que gênero produziu uma hierarquização entre mulheres dentro do próprio feminismo. Para Curiel (*apud* Mayorga *et al.*, 2013, p.478):

> [...] o sujeito feminista deve configurar-se na ação de combate à opressão sexista a partir de diferentes lugares, corpos e histórias, entendendo que o sexismo é um sistema de subordinação atravessado e articulado necessariamente com o racismo, o classismo e a heterossexualidade obrigatória. Nesse sentido, a proposta é um sujeito que não estaria baseado em uma identidade que predetermina uma união e

4 De Mond (2003, p.642) localiza que esse grupo se mobilizava contra a violência nas periferias parisienses sob a palavra de ordem "Nem putas, nem submissas".

> semelhança *a priori*, mas sim no fato de compartilhamento de uma experiência histórica e cotidiana de opressão e de um sonho comum da emancipação.

Assim, além da desconfiança de que o conceito de gênero tenha a capacidade de aglutinar essas complexidades e politizar as lutas em suas várias dimensões, Curiel (*apud* Mayorga *et al.*, 2013, p.479) é provocativa ao trazer o questionamento acerca da necessidade de uma luta das mulheres que dependa do Estado e de suas políticas institucionais. Nesse cenário são questionadas as iniciativas com foco na institucionalização, formulação de políticas públicas e participação no Estado/sociedade política, tendo em vista os limites na capacidade de transformar a lógica machista e patriarcal da sociedade (Álvarez, 2014).

Mayorga *et al.* (2013, p.480) defendem que "o sujeito do feminismo passa a ser uma construção marcada por tensões e (re)configurações constantes, já que não se delimitaria a partir de uma posição *a priori*, mas seria marcado pelas contingências da luta e dos antagonismos políticos". Esta é uma estratégia para escapar da ideia de que a luta feminista necessita construir uma identidade, "mulher", visto que vários sujeitos podem se identificar com as pautas políticas. Nessa direção, os diferentes coletivos feministas (mulheres negras, lésbicas, indígenas etc.) seriam expressão de "visões mais amplas do feminismo" e não de uma neutralização ou fragmentação da luta feminista[5].

5 As autoras levantam a crítica segundo a qual o gênero não teria sido capaz de aglutinar a diversidade de sujeitos e experiências em suas lutas, produzindo um efeito universalista.

Buscando interpretar o feminismo contemporâneo, Álvarez (2014) propõe olhar o feminismo como "campos discursivos de ação"[6], sugerindo uma releitura da sua história na América do Sul a partir de três momentos: (1) do seu centramento (feminismo no singular); (2) descentramento e pluralização dos feminismos (sentido vertical); (3) "sidestreaming" (fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para diversos setores paralelos na sociedade civil). Este último é considerado pela autora o momento que estamos vivenciando. Trata-se de uma situação em que os "outros" do feminismo passam a agregar, nas palavras da autora, "muitas atoras e atores da 'sociedade não cívica', que chamo do 'outro' da sociedade civil neoliberal" (Álvarez, 2014, p.33).

Assim, é diante dessa trajetória dos feminismos e de seus legados que buscaremos problematizar os dilemas da articulação de políticas para mulheres.

Políticas para as mulheres: "só paradoxos a oferecer"

O paradoxo central para o debate feminista tem sido, segundo Scott (2002), eliminar a diferença sexual da política, considerando que a própria definição "mulheres" é um produto da diferença sexual. Por um lado, a questão da diferença está presente em toda a trajetória do feminismo, como algo a ser ao mesmo tempo problematizado e afirmado; por outro, tendo em vista o problema de explicar por que

6 Alvarez (2014, p.45) defende que essa noção é mais adequada para analisar a cena feminista contemporânea, pois "Os campos discursivos de ação são elementos *permanentes* das formações políticas na modernidade tardia/descolonial" sendo, portanto, mais sensíveis para dar conta de processos sociais contínuos, como parece ser o caso dos feminismos contemporâneos.

tem sido tão difícil fazer alcançar às mulheres igualdade, liberdade e direitos políticos, Scott pontua que a política democrática moderna igualou individualidade e masculinidade, sendo o indivíduo um conceito fundamental para a atribuição de direitos.

Nesse sentido, a visibilidade do sujeito feminino, através da afirmação da identidade, tem sido fundamental para a articulação de um conjunto de direitos que de outra forma não se configurariam na agenda pública. Nesse caso, não apenas as mulheres, mas os homens, os gays, as lésbicas, travestis e transexuais, negros e negras, deficientes, entre outros grupos, articulam direitos e legitimidade na cena política.

No que tange às questões de gênero, observa-se todavia o caráter contraditório nas formulações das políticas sociais. Se, por um lado, não se pode negá-las como fruto das lutas sociais dos movimentos feministas e de protagonismos de diversas ordens, por outro a configuração destas demandas na qualidade de "políticas de mulheres" acarreta algumas tensões, que comprometem a ideia de universalidade.

A universalidade compreende a singularidade da realidade social, do tempo histórico e se constitui a partir da essência do fenômeno. Universalidade não é sinônimo de igualdade, mas se estende a todos. O princípio da universalidade dos direitos "só pode se realizar se corresponder à diversidade e à pluralidade de experiências de opressão e de injustiça" (Varikas, 2009, p.270).

Em primeiro lugar, a ideia de política para as "mulheres" não incorpora os avanços dos estudos de gênero quando este introduz no debate uma perspectiva relacional e de poder como algo histórico, cultural e não fixo, identitário (Scott, 1990). Esta inflexão no campo das políticas sociais implicaria recolocar os termos da ação, envolvendo de modo mais complexo o conjunto das desigualdades apreendidas na perspectiva das relações de gênero. Esse tem sido o caso de políticas que passam a considerar as experiências dos homens

nas suas formulações: algumas sofrem muitas resistências, como por exemplo, salas de espera mistas no âmbito da saúde (Lole, 2003); campanhas de saúde para o público masculino, particularmente na questão da sexualidade e prevenção de DST/HIV-AIDS; dispositivos de atenção aos homens agressores no campo da violência doméstica (Lei Maria da Penha), entre outras.

Além disso, cabe refletir sobre políticas de gênero como aquelas que visam problematizar a norma heterossexual, superando a lógica que pensa o sujeito de forma binária — masculino ou feminino –, de modo a articular direitos sexuais à livre expressão de gênero. Essa concepção de políticas de gênero reconhece que:

> As políticas sociais são marcadas pela história das tecnologias de normalização dos corpos e intervenção dos dispositivos biotecnológicos de produção da subjetividade, concernentes às questões de gênero e sexualidade. O domínio dos corpos direcionados ao trabalho, e não ao prazer, a produção de corpos masculinos e femininos em antagonismo, a subalternização dos sujeitos do feminino e as desigualdades baseadas na diferença anatômica do sexo que tornam invisíveis as "sexualidades disparatadas", assim nomeadas por Foucault (1989) (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p.169).

Em segundo lugar, como vimos, políticas com foco nas mulheres seguem reiterando lugares tradicionais de gênero, localizando e mantendo-as exclusivamente na condição de domesticidade e reprodução social.

Lena Lavinas (1996) defende a construção de políticas de gênero que, segundo ela e concordamos com a autora, interfiram na dinâmica da reprodução social, na divisão sexual do trabalho entre doméstico e público, pois:

> [...] é neste campo de antagonismos entre os sexos que se define o maior ou menor grau potencial de atividade remunerada das mulheres, e, em consequência disso, que se define igualmente o leque real de oportunidades que se colocam em termos de ocupação e emprego para elas. As mulheres, pobres e não pobres, apresentam rendas inferiores às masculinas, taxas de atividades menores, jornadas de trabalho reduzidas porque não são ainda uma força de trabalho verdadeiramente livre e móvel, evidenciando constrangimentos decorrentes do seu lugar na divisão sexual do trabalho doméstico e na maternagem. Políticas de gênero devem buscar atuar sobre essa contradição, contribuindo para ampliar e aprimorar a responsabilidade dos homens nas tarefas reprodutivas em todos os níveis sociais (Lavinas, 1996, p.479).

Assim, corroboramos a preocupação de Lavinas de que as políticas de gênero devem atuar na contradição público/privado:

> [...] políticas de gênero devem atravessar todo o tecido social combatendo toda forma de discriminação por sexo, que, como vimos, não se restringe a este ou aquele grupo social. São contradições que exigem tratamento universal. Políticas de combate à pobreza, em que o ponto crítico é a insuficiência de renda, não devem distinguir patamares de carência, hierarquizando níveis de penúria, de miséria, até porque podem estar reafirmando papéis sexuais ao tentar proteger mais este ou aquele grupo. Estas também devem abranger (e o desafio é este: garantir acesso a todos verdadeiramente necessitados) o universo integral daqueles e daquelas cuja cidadania está ameaçada pela degradação reiterada das suas condições de vida mediante a sua quase exclusão da riqueza das sociedades modernas (Lavinas, 1996, p.479).

Lavinas defende que há desigualdades que são tipicamente de gênero e outras que se dão entre pobres e não pobres. Desse modo, a autora nos apresenta o desafio de articular no plano da formulação de políticas os dois paradigmas: "o das desigualdades econômicas e o das desigualdades de gênero, combinando-os, mas entendendo que ambos não implicam forçosamente a opção por políticas focalizadas, que podem tornar-se até vetor de segregação" (Lavinas, 1996, p.479).

Considerações finais

O artigo buscou examinar duas tendências das políticas sociais brasileiras, que são o "familismo" e a "feminilização da pobreza", e seus impactos para as lutas por igualdades de gênero. No campo da proteção social que emerge no final dos anos de 1980, destacou os setores saúde, educação e assistência social como exemplares da reprodução de tradicionalismos na formulação e execução de políticas públicas no Brasil.

Além da manutenção da lógica da divisão sexual do trabalho que norteia as relações de gênero, identifica-se como problemática a manutenção de uma pauta de construção de políticas específicas, ou políticas para "mulheres", tendo em vista as críticas feministas à ideia de um sujeito universal, e o risco de ocultamento de formas de exercício de poder e violação de direitos que não se localizam exclusivamente no binômico homem-mulher.

Assim, os paradoxos da diferença, nos termos de Scott (2002) implicam uma contradição permanente nas lutas por direitos e pelo reconhecimento dos sujeitos nos mais diferentes campos. A situação das "mulheres" é exemplar sobre os dilemas de reivindicar uma identidade em torno de um suposto sujeito "mulher" e ao mesmo tempo a luta por superá-la. Mas, tais paradoxos se estendem a

diversos sujeitos que buscam reconhecimento, visibilidade e direitos na sociedade moderna (Almeida, 2010). Na esteira da experiência feminista, muitos grupos encontram lugar na agenda pública configurando-se um contexto de intensas batalhas pela formulação de políticas públicas específicas.

Entretanto, feminismos contemporâneos vêm pautando diversas possibilidades de alianças e convergências, inspirando alternativas a mobilizações que encontram na unidade identitária sua razão de ser, assim como ocorre nas mobilizações por direitos sexuais e à livre expressão de gênero. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, no entanto, tais experiências ainda não ganharam expressão em torno de políticas universalistas, aspecto que na conjuntura atual se torna mais delicado tendo em vista o desmonte das políticas públicas e de muitos dos avanços conquistados nas últimas décadas.

Análises dos sistemas de proteção social que desvendem suas implicações do ponto de vista de conteúdos que sempre foram tratados como alheios a esse campo — como é o caso da divisão do trabalho doméstico, das dinâmicas raciais e diversidade sexual — são fundamentais para superar muitos dos tradicionalismos que se reafirmam nos modelos políticos traçados. Daí a crítica feminista da insuficiência dessas políticas como instrumento de efetiva superação do sistema patriarcal, racista e heteronormativo da maioria das sociedades. Provocação que merece toda atenção da luta política e dos modelos de interpretação da realidade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Que venham as famílias à escola: notas sobre famílias constituídas por reprodução assistida. In: *Anais...* EDUCERE — XII Congresso Nacional de Educação; III Seminário Internacional de Representações Sociais — Educação; IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar; V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente, Paraná, PUC, 2015.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário*: homossexualidade, casamento, família. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2014.

BRASIL. *Programa Escola Aberta*. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo. Resolução/CD/FNDE/n. 052, de 25 de outubro de 2004. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2004a.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. *Saúde da Família*: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, n.14, v. 2, p. 153-168, jul./dez. 2008.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 18, v.2, p. 451-471, mai./ag. 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola–família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

COSTA, Suely Gomes. O paradoxo da diferença: "verdadeiro, falso e fictício". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 210-218, jan./jun. 2010.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

CUNHA, Lauren Almeida. *A relação família e escola na experiência do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (Proinape) no município do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A desqualificação da família para educar. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 102, p. 46-64, nov. 1997.

DE MOND, Nadia. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 11, v. 2, p. 637-643, jul./dez. 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. La economía familiar. In: ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000. p. 69-100.

FONSECA, Ana. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? In: *Anais...* Congresso da Rede Mundial de Renda Básica da Bien, 13, São Paulo: USP, 2010. Disponível em: **https://anafonseca.com.br/wp-content/uploads/2020/10/BIEN-Ana1.pdf**. Acesso em: 27 abr. 2024.

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, n. esp., p. 161-172, ago. 2010.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, ago./dez. 1996.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem?* Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LOLE, Ana. *O medo de engravidar também é masculino*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Combatendo a "arte de perverter" e ensinando a de "modelar espíritos": lições de psicanálise para educadores (anos 1920/30). *Teias*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, jul./dez. 2001.

MAYORGA, Cláudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 463-484, mai./ago. 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). *Política social no capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio socio-familiar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 43-59.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 25-42.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SALAZAR, Daiane; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. As famílias e o gênero como estratégia de proteção social: uma análise das políticas no campo da saúde. In: *Anais...* V Seminário Trabalho e Gênero & III Seminário Internacional do PPGCS, Uberlândia, 2014, v. I, p.1-325.

SANTOS, Vanessa Teixeira; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. A centralidade da família nas políticas públicas de educação. In: *Anais...* V Seminário Trabalho e Gênero & III Seminário Internacional do PPGCS, Uberlândia, 2014, v. I, p.1-325.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal*: as feministas francesas e o direito do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Parry. Gênero, família e comunidades: observações e aportes teóricos sobre o Programa Saúde da Família. In: VILELLA, Wilza; MONTEIRO, Simone (org.). *Gênero e saúde*: Programa Saúde da Família em questão. Rio de Janeiro: ABRASCO; Brasília: UNFPA, 2005.

TRINDADE, Andréia de Albuquerque. *Envelhecimento com dependência e o cuidado familiar*: a experiência de mulheres cuidadoras de idosos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p.266-271.

FAMILISMO, FEMINILIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL[1]

Introdução

Em artigo anterior (Lole; Almeida, 2017), buscamos refletir sobre os impactos do modelo de proteção social brasileiro nas relações de gênero, no sentido das lutas históricas pela superação das desigualdades sociais das mulheres. Para analisar efeitos das políticas sociais nas desigualdades de gênero, tomamos por referência temporal o conjunto de políticas formuladas, a partir do entendimento de que é função primordial do Estado a garantia de direitos. Historicamente, localizamos as políticas sociais que emergiram em fins dos anos de 1980 e se desdobraram ao longo das décadas seguintes. A conclusão do artigo citado anteriormente destaca a presença do conteúdo familista, mas também a feminilização[2] das políticas sociais no Brasil, tomando

1 Publicado originalmente em *Famílias, proteção social e política social no Brasil e em Portugal*, organização Rita de Cássia Santos Freitas e Verônica Gonçalves Azeredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2024, p. 92-115. Disponível em: **https://morula.com.br/produto/protecao-social/**. Acesso em: 13 mai. 2025.

2 Optamos por usar o termo "feminilização" e não "feminização", apesar de serem sinônimos, por ser um termo que remete à construção social da feminilidade. Para maior aprofundamento, ver: Molinier; Welzer-Lang (2009).

como exemplo os campos da saúde, da educação e da no contexto neoliberal reafirmam muitos tradicionalismos[3] nas dinâmicas de gênero.

No presente trabalho, partimos das reflexões levantadas para investigar de que modo dinâmicas de gênero, raça e classe afetam e são afetadas no arcabouço da proteção social brasileira historicamente, mas, sobretudo, no cenário contemporâneo. Para tanto, reconhecemos que, nos últimos tempos, o campo da proteção social vem se desfazendo face a ações de políticas neofascistas mobilizadas por um estado de exceção, considerado como um paradigma de governo frente à onda conservadora no Brasil hodierno. Essas políticas antidemocráticas radicalizam certas ações, principalmente o discurso ideológico de 'caça às bruxas' dirigido a estudos e práticas ligados às questões de gênero. Isto pode ser evidenciado na denominada pauta antigênero que marca as últimas duas décadas no país, a qual expressa retrocessos e desmonte de direitos (Lole; Almeida, 2020). O mesmo ataque neoconservador e virulento pode ser encontrado nas pautas que se referem a questões étnico-raciais, marcadas por políticas genocidas dirigidas a populações afrodescendentes e seus modos de vida e cultura, assim como aos povos indígenas[4].

Observamos, por outro lado, que a família é acionada como chave na construção da agenda conservadora, trabalhada em torno dos ideais burgueses cis-heteropatriarcais e do supremacismo branco.

---

3 Tradicionalismo "compreendido como uma ideologia conservadora que define a tradição como um conjunto de objetos petrificados, naturalizando aquilo que é histórico e cultural" (Coutinho, 2011, p. 16).

4 Cf. os dois dossiês da Revista Em Pauta do ano de 2020, intitulados Questões Étnico-raciais e Antirracismo, organizados por Magali da Silva Almeida e Ana Paula Procópio da Silva. Disponível em: **https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/issue/view/2364** e **https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/issue/view/2237**. Acesso em: 14 mar. 2024.

Tais elementos entram na disputa pelo desenho de políticas sociais, ainda que mínimas, no Brasil de ontem e de hoje.

É preciso desde já enunciar nossas posições acerca dos conceitos de gênero, família e raça, evidenciando seu caráter social e histórico. Raça e gênero se tornaram parte de empreendimentos coloniais que expressam processos violentos de desumanização de povos originários das regiões invadidas, assim como de populações trazidas à força do continente africano a esses territórios onde adquiriram a condição de escravizados. Desse modo, mulheres, negros e indígenas, assim denominados pelo colonizador, constituem grupos subalternizados, como também passam a compor uma identidade forjada a partir do seu oposto — o homem branco, europeu, heterossexual, civilizado.

O conceito de raça, portanto, só faz sentido como analítica da realidade social. De forma alguma representa uma realidade empírica, biologicamente engendrada a qual suporia uma hierarquização naturalmente dada das espécies humanas. Esse discurso alimentou o projeto colonial de captura de africanos e de imposição do poder de uma elite burguesa nos territórios expansionistas.

De outro lado, também na mesma direção, gênero é entendido como um conceito que busca expressar as construções sociais e históricas em torno dos sexos, tidos como naturais e fixos. Os estudos de gênero e feministas permitem questionar a natureza binária atribuída aos sujeitos, que são descritos forçosamente como 'femininos' ou 'masculinos'. Mais recentemente, teorias feministas, de gênero e interseccionais vêm demonstrando o caráter cambiante dessas classificações que contam com aparatos sociais e institucionais na produção de performances de gênero cujos efeitos reproduzem a ordem cis-heteronormativa que compõe a estrutura social capitalista moderno burguesa. Em muitos territórios e sistemas socioculturais distintos do modelo ocidental europeu dominante, categorias

como "mulher" e "gênero" se constroem e operam de modo adverso, a exemplo de culturas não ocidentais (Oyewùmí, 2021), dos melanésios (Strathern, 2019) e mesmo dos povos originários das Américas (Lugones, 2014).

Embora não seja objetivo desse texto, também o campo de estudos sobre Estado, políticas sociais e proteção social é marcado por narrativas coloniais que transpõem para realidades com formações socio-históricas muito distintas a mesma narrativa eurocêntrica acerca dos modelos, dinâmicas e estratégias de proteção social[5].

No que tange à família, partilhamos da tradição de estudos críticos do Serviço Social, que advogam em favor de narrativas plurais e diversas sobre família, contrapondo leituras moralistas, racistas, sexistas e cis-heteropatriarcais que visam controlar e regular as famílias brasileiras. Essa postura institucionalizada e gerenciada pelo Estado capitalista conduz ao apagamento de muitas experiências e tradições ancestrais que resistiram na diáspora.

Familismo, feminilização e racialização: perspectivas para análise das políticas sociais

No Brasil, a proteção social é organizada de forma que iniciativas públicas e privadas são implicadas como instâncias de oferta de serviços. Família, sociedade e Estado são os três agentes de produção de proteção social com largo protagonismo das famílias. Não é incomum, mesmo entre as famílias da classe trabalhadora, observarmos o mercado como importante provedor de recursos — creches, saúde, contratação de cuidadores etc. Porém, na ausência da família e com as limitações de acesso ao mercado do cuidado, o Estado se

5 Para um aprofundamento desse debate ver: Costa (2020a; 2020b).

apresenta como provedor de atenção e cuidados, não sem antes acusar a falência da família. Ao longo do tempo, as relações entre esses entes se alteram, indicando tensionamentos e disputas.

Estudiosos apontam que essa lógica coloca a "família na berlinda" (Pereira, 2004); implica atribuição de falha ou incapacidade aos grupos familiares que necessitem de atenção do Estado (Mioto, 2004); além de agregar a ideia de fracasso e fragilidade àqueles que acessam serviços substitutivos à família, como instituições de acolhimento. Mioto (2008) também destaca que há uma valorização, diríamos perversa, em torno da ideia de que a 'solução familiar' para a proteção social indicaria uma autonomia frente ao Estado, sendo preferível esta solução a uma dependência das famílias dos serviços sociais.

Com a Constituição Federal de 1988, temos uma redescoberta da família como fonte privada de bem-estar social. A família é reconhecida como provedora informal de bem-estar, juntamente com outros sujeitos independentes do Estado, como a vizinhança e as redes de amigos.

Na perspectiva de analisar dinâmicas de gênero e a montagem dos sistemas de proteção social no Brasil, Costa (2002) busca os nexos entre múltiplas práticas de proteção e cuidado de crianças e adultos sob o encargo de mulheres na esfera familiar, bem como a constituição política de um conjunto de instituições e serviços a partir do Estado. Com isso, a autora rejeita uma forma de lidar com o político que produz a dicotomia entre público e privado como esferas separadas, mostrando ao contrário que "o político — instância de regulação e de controle da sociedade — define e articula tudo aquilo que, historicamente, emana do público e do privado" (Costa, 2002, p. 303).

Assim, a saída das mulheres em direção à vida pública produziu um conjunto de arranjos nomeado de maternidade transferida, que visava dar conta das responsabilidades domésticas e das tarefas por Costa (2002), expressa a atribuição das mulheres umas às outras de inúmeras tarefas de cuidados originadas na família, cujas estratégias

envolvem fundamentalmente redes femininas de autoajuda ou contratação de serviços como de empregadas domésticas, cuidadoras, entre outras. Para Costa (2002, p. 304), "essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas".

Contar com as famílias como instância de produção de cuidados tem sido uma estratégia que minimiza o papel do Estado na provisão de proteção aos sujeitos. É justamente tal tendência que tem levado a pensar que o campo das políticas sociais tem operado por meio da feminilização e racialização da pobreza, além da familização.

Configura-se, assim, como uma questão transversal às diversas políticas sociais, a manutenção de uma narrativa de família que tem a mulher como central no grupo familiar, reatualizando a clássica divisão social, sexual e racial do trabalho.

A familização, a racialização e a feminilização nas políticas articulam, desse modo, uma discussão mais ampla acerca dos sistemas de proteção social e do lugar que as desigualdades sociais, de classe, raça e gênero/sexualidade ocupam nele. Familização é apreendida como a perspectiva segundo a qual políticas públicas concebem que as famílias precisam assumir a responsabilidade primordial pela proteção social de seus membros (Esping-Andersen, 2000).

Além da familização reforçar uma visão tradicional e hierárquica dos gêneros, o conceito de feminilização da pobreza adotado como fundamento de programas de transferência de renda traz um discurso focalizado na situação das mulheres pobres. Este conceito é polêmico, pois agrupa duas problemáticas: pobreza e desigualdade de gênero, correndo-se o risco de reforçar estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, que associam negativamente chefia feminina a esse contexto, de modo a identificar tais famílias como símbolo de desorganização (Macedo, 2008).

A instalação da feminilização da pobreza e suas definições operacionais nas políticas sociais como um fato consumado não ocorre em um vácuo; pelo contrário, configura-se como reatualização de formas anteriores dos lugares de gênero socialmente construídos e de suas condições de vida. Podemos aproximar esse debate do que Hobsbawm (1984) denomina de "invenção das tradições", que, segundo o autor, se refere a um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica com o objetivo de inculcar valores e normas de comportamento. Aguilar (2011) considera uma ambiguidade o uso da categoria gênero como sinônimo da categoria mulher, sem considerar o caráter relacional e diverso da perspectiva de gênero.

Neste sentido, ressalta a autora, a feminilização da pobreza não considera as condições de desigualdades sociais, ponderando somente sobre o quantitativo de mulheres entre a população pobre e as mulheres chefes de família, sem levar em conta a existência de relações de poder na esfera doméstica que se articulam em torno de gênero, sexualidades, raça, entre outras.

A feminilização da pobreza surge como um fenômeno de destaque diante do crescimento da pobreza em escala mundial, sugerindo "uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente" (Lavinas, 1996, p. 464). Aqui os demarcadores de gênero e classe são ressaltados. Contudo, sentimos ausência de uma articulação desse fenômeno em termos das relações raciais, que são fundamentais para compreender a pobreza no Brasil, especialmente a que atinge as mulheres.

Concepções de gênero assentadas exclusivamente na experiência de mulheres cis, brancas, terminam por invisibilizar os modos como corpos de mulheres negras, cis ou não, são subalternizados e levados à base da hierarquia de poder e de proventos na sociedade brasileira. Como bem descreve Lélia Gonzalez (2018), às mulheres negras são destinadas as posições de mucama, trabalhadora doméstica e

mulata, indicando que, na divisão social, sexual e racial do trabalho, as mulheres negras desempenham funções de cuidado de outros, e não dos seus, assim como estão destinadas aos prazeres do outro, notadamente homens brancos burgueses. Assim, não é suficiente apontar para desigualdades de gênero, sobretudo no campo dos cuidados familiares, sem levar em conta que estas assimetrias são informadas por relações racializadas e cis-heteronormativas entre as próprias mulheres.

O conceito de feminilização da pobreza ressente da racialização como seu complemento, explicitando que a pobreza no Brasil é negra. Conforme afirmação de Henriques, "a pobreza e a indigência no Brasil não agem democraticamente, pois não atingem igualmente os distintos grupos raciais pertencentes ao contingente de 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes" (Henriques *apud* Almeida, 2014, p. 133).

Também a situação de mulheres transexuais, travestis, lésbicas e outras do amplo universo das feminilidades e mulheridades (Nascimento, 2021) indica a necessidade de não as apagar de nossas análises. É de conhecimento as dificuldades dessas mulheres de acessar serviços sociais (Rocon *et al.*, 2020); a predominância delas em trabalhos mal-remunerados e precários, destacando-se a prostituição como principal ocupação entre mulheres transexuais e travestis (Benevides, 2022); e o fato de serem alvo de inúmeras violências, incluindo as que levam à morte. Assim, o fenômeno da pobreza atinge de maneira diversa as diferentes mulheres.

A abordagem sobre os cuidados familiares, pautada exclusivamente nos marcadores de (cis)gênero e classe, têm ressaltado o reforço das tradições em torno da posição das mulheres cis-heterossexuais. Nessa direção, Lavinas (1996) aponta que a mudança na composição familiar altera a dinâmica dos setores mais empobrecidos da população, de modo que a mulher passa a acumular, sozinha, funções de provedora e de responsável pela esfera da reprodução.

Além disso, mulheres chefes de família sofrem discriminação no trabalho, com rendimentos inferiores e ocupações mais desqualificadas. Essas constatações têm "levado à formulação de alternativas de combate à pobreza com base em políticas sexuadas, que contemplam a dimensão de gênero e priorizam as mulheres nos programas voltados a este fim" (Lavinas, 1996, p. 464).

Nessa lógica, os programas de transferência de renda criados a partir da década de 1990, por exemplo, passam a priorizar as mulheres como beneficiárias, como no caso do Programa Bolsa Família (PBF)[6], cujo texto explicita: "O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento" (Brasil, 2004, art. 23-A).

Como dito antes, esses estudos reforçam que é por meio da tradicional associação entre gênero e cuidado que essas políticas irão se configurar. Como afirma Tronto (1997, p. 188), "as estruturas privadas que envolvem 'cuidar de' localizam-se especialmente na família" e, na falta ou ausência dela, a grande maioria das sociedades vale-se do mercado, no qual se compram serviços diversos. Contudo, tanto no mercado quanto na vida privada "cuidar é uma atividade regida pelo gênero" (Tronto, 1997, p. 189). Ao atentar para o conteúdo moral do que seja cuidar, a autora observa a existência no senso comum, de uma ideia de que as mulheres estariam mais bem aparelhadas para essas atividades, pois desenvolvem naturalmente um pensamento

6 O PBF foi criado no governo Lula, em 2003, com o objetivo de unificar os programas implantados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O PBF foi extinto pelo Governo Federal, em 2021, pela Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, que cria o Auxílio Brasil. Neste ano de 2023, no terceiro mandato do governo Lula, por meio da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, estabeleceu-se o retorno do Programa Bolsa Família (PBF), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

maternal, articulando razão e emoção. Essas premissas morais e naturalizadas da performance feminina contribuem para a manutenção da divisão sexual do trabalho doméstico.

Ao denunciar o problema da feminilização das políticas, Fonseca reafirma:

> Na verdade, aquilo que aparece como uma estratégia para empoderar as mulheres está embasado e reforça uma ideia de papel social feminino, bastante tradicional como mãe que sacrifica seus interesses em prol dos da família. [...] Vale dizer ainda que os programas se apoderam em parte do controle de suas vidas (ao estabelecer seus compromissos em relação às condicionalidades) e de suas agendas. Assim, a utilização do termo empoderamento, caro ao feminismo, para justificar a designação das mulheres como beneficiárias dos programas oculta a presença de pressupostos que podem ser conflitantes em termos de alterar as distribuições de poder na família, estimulando relações igualitárias entre homens e mulheres (Fonseca, 2010, p. 9-10).

Entretanto, essa discussão precisa ser revisitada à luz das determinações de raça que atravessam as experiências das famílias negras e pobres no Brasil e das mulheres em seu amplo espectro. Ademais, o debate carece de explicitar a forma como o Estado tem se dirigido historicamente às populações afrodescendentes. Além da feminilização da pobreza ser racializada, pensamos que a histórica violência do Estado dirigida à população negra no Brasil precisa ser considerada quando se coloca na mesa a formulação de políticas sociais destinadas aos mais pobres nesse país.

Almeida (2014) afirma que a negação da ideologia racial, dos preconceitos e das práticas discriminatórias contra a população negra no Brasil gera uma dificuldade na formulação de políticas sociais antirracistas.

É possível afirmar, apoiadas na literatura sobre as condições de vida e trabalho da população negra, que não houve qualquer tentativa de cuidado e proteção dessa população, a qual minimamente engendrasse políticas protetivas para a população pobre e trabalhadora, mesmo sob as contradições estruturais que organizam as relações sociais no sistema capitalista. A autora articula essa ideia ao dizer que:

> A República de modo algum trouxe melhoria para a população negra. O modus operandi, através do qual o Estado atuou e atua no atendimento às necessidades dos negros e negras, tem demonstrado que seus problemas na Diáspora Negra, na grande maioria, estão sem respostas concretas às principais necessidades. O Estado tem entregado os negros à sua própria sorte (Almeida, 2014, p. 143).

Tais constatações levam a autora a refletir que o genocídio é uma característica fundante do Estado-nação. Nesse sentido é que pensamos que, além de a política social reafirmar muitos tradicionalismos em relação ao gênero, ela reatualiza muitas violências e violações sofridas pelo povo negro no que diz respeito à proteção social.

Particularmente no que tange às famílias negras, são inúmeros os relatos de violência do Estado sob a ação de seus especialistas no sentido de inviabilizar a existência de grupos familiares negros ontem e hoje com a pressuposição de seu fracasso e incapacidade para organizar e educar suas crianças e jovens. Aliás, no passado defendeu-se a tese da inexistência de famílias negras no contexto da escravidão, invisibilizando as estratégias de cuidado e proteção orquestradas pelos sujeitos no contexto da diáspora. Somente nos anos 1980, historiadores da família passaram a revisitar essas teses demonstrando o enviesamento dos "olhares brancos"[7] europeus sobre essas famílias.

7 Cf. Slenes (1988); Samara (1988); Florentino; Góes (2017).

E, nesse sentido, precisamos lembrar que este pensamento se dirige às mulheres negras, estranhamente hábeis para cuidar dos filhos das famílias brancas e não das suas próprias, mas também se volta aos homens negros, vistos como irresponsáveis e ausentes nas famílias.

Notadamente, as políticas sociais se fundam articulando concepções burguesas e elitistas sobre dinâmicas de gênero e raciais, amparadas na lógica da desumanização e inferioridade dos povos originários e afrodescendentes. Não é à toa que o estabelecimento do Estado português no Brasil, ou seja, a construção da sua legitimidade na sociedade brasileira contou com articulação de médicos e mulheres-mães burguesas, consideradas as famílias capazes de educar e formar os filhos e cidadãos da "nação brasileira" (Costa, 1979).

Contexto neofascista e políticas sociais: ataques ao gênero, raça e classe

A ascensão da extrema direita como grupo dirigente em muitos Estados tem sido relatada como um processo mundial com efeitos agudos sobre as lutas e conquistas de direitos. A condição de um país capitalista periférico e que viveu o processo de colonização sem enfrentar suas profundas desigualdades sociais e raciais, leva o Brasil a um patamar radical dos dramas produzidos pelas forças reacionárias e fascistas em voga. O fascismo, de acordo com Konder (2009, p. 53), "é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais; pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas".

Se a história do Brasil é marcada por 'transições pelo alto', pelo autoritarismo e pelo elitismo, também é verdade que ao longo dessa história tivemos muitos processos de resistência e lutas contra essas

arbitrariedades. Sobretudo nos anos que se seguiram à Ditadura Civil-Militar instaurada no país entre 1964 e 1985, o país foi palco de muitos ativismos e da articulação de interesses mais sintonizados com as agendas dos grupos subalternizados. Uma hipótese é que a onda conservadora e neofascista, embalada pelo aprofundamento do neoliberalismo no Brasil dos anos 1990, se forja com o intuito de neutralizar as forças dos subalternizados, solucionando os entraves à hegemonia burguesa e aniquilando as lutas sociais e resistências desses grupos (Lole; Almeida, 2020).

O que se verifica nos últimos tempos é um desmantelamento do campo da proteção social, articulado em torno de leis, diretrizes, programas sociais, equipamentos, recursos públicos, ampliação formal de direitos, reconhecimento de sujeitos, entre outros dispositivos.

As lutas feministas, por exemplo, ampliam agências e reconhecimento de direitos por meio da mobilização de ideias e práticas políticas sobre igualdade e diferença; identidade e direitos; esfera pública e privada; patriarcalismo e desigualdades de gênero; considerando a articulação entre feminismo e Estado. A história dessas lutas não pode ser pensada sem problematizarmos a relação com o Estado e a necessidade de formulação de políticas públicas por igualdade e direitos das mulheres na construção da cidadania (Pinto, 2003). Muitas feministas têm, contudo, apontado críticas importantes acerca dessa relação, tendo em vista os limites dessas iniciativas na capacidade de transformar a lógica machista e patriarcal da sociedade (Alvarez, 2014).

Além desse aspecto, a perspectiva de gênero, raça e classe nas lutas sociais tem levado a um debate sobre quem são os sujeitos dessas resistências, identificando que elas ocorrem em "diferentes lugares, corpos e histórias, entendendo que o sexismo é um sistema de subordinação atravessado e articulado necessariamente com o racismo, o classismo e a heterossexualidade obrigatória" (Curiel *apud* Mayorga *et al*., 2013, p. 478).

As lutas antirracistas atravessam a trajetória brasileira, por meio de reivindicações de direitos e denúncias do racismo sistemático entranhado na sociedade e nas suas expressões de desigualdade. Assim, Barbosa e Santos (*apud* Gomes, 2011, p. 136) consideram que o movimento negro é resultado de uma "negatividade histórica", ou seja, de uma necessidade de rejeitar a história oficial que encobre as profundas marcas do racismo. As lutas antirracistas, de acordo com o pensamento da autora, são marcadas por um projeto educativo que pauta a educação como estratégica na mudança social, e ao mesmo tempo apresenta outros entendimentos da realidade histórica.

Gomes (2011) reconhece que, nos últimos tempos, especialmente a partir dos anos 2000, o movimento negro brasileiro se destacou como sujeito político influente junto ao governo do país, conquistando reconhecimento político e promovendo mudanças importantes em diversos setores. Exemplos são as políticas de ações afirmativas e a implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, do Parecer CNE/CP/03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004, aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destaca-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Porém, as resistências da população negra atravessam a trajetória do país, e são compiladas por Gomes (2011), desde o processo da escravidão com os quilombos e revoltas dos escravizados — por exemplo, a dos Malês, em Salvador —; passando pelas lutas no pós-abolição; pela Frente Negra Brasileira; pelo Teatro Experimental do Negro (TEN); pelo Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, até as lutas antirracistas da atualidade.

A direção neofascista no governo brasileiro, que foi se gestando com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, promove um desmantelamento de muitas dessas conquistas. A SEPPIR, assim como a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), é extinta em 2015, criando-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)[8].

Em 2020 e 2021, no período da pandemia da Covid-19 no mundo, expõe-se as estruturais conexões entre raça, mortalidade, epidemias e projetos de nação (Paixão; Gomes, 2020). Além de a população negra ter pior acesso a transportes, saneamento, condições de trabalho e renda, as poucas estatísticas com recorte racial na pandemia evidenciavam que as parcas estratégias de enfrentamento da pandemia não atingiam a população negra e pobre, entregue à sua própria sorte. Nas palavras de Paixão e Gomes:

> Clamar por higiene para a população pobre, que sequer dispõe de recurso básico como a oferta de água e esgoto, é quase uma ironia. O ideal seria um álcool gel social, com políticas de governo, articulando sistema de saúde e de proteção da renda dos trabalhadores e dos setores informais da economia (Paixão; Gomes, 2020, p. 185).

No contexto da pandemia da Covid-19 observa-se que as famílias das classes trabalhadoras têm maiores dificuldades para garantir seu sustento, face a um aumento exponencial do desemprego, e também estão mais desprovidas das condições de atender às novas

8 Em janeiro de 2023, com a posse do novo presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, foi restabelecido um caminho democrático na agenda dos direitos humanos, destacando-se as mulheres e as questões étnico-raciais por meio da criação do Ministério da Igualdade Racial (MIR); do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); do Ministério das Mulheres (MM) e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

necessidades de cuidados frente ao contágio. Serão, portanto, os grupos mais expostos aos riscos de adoecimento e morte, além de mais distantes do acesso aos recursos sociais. O papel das políticas sociais e do Estado torna-se central nesse cenário, entretanto, face à inexistência de medidas de caráter social e sanitário, reafirma-se o familismo como estratégia de proteção social (Pereira; Almeida, 2021).

Muitos serviços foram reduzidos não apenas no setor saúde, mas na educação, na assistência social, na previdência social, atingindo não somente os que foram afetados pela doença. Isto repercutiu em demandas para o grupo familiar e suas redes de sociabilidade e trouxe para as famílias negras da classe trabalhadora, majoritariamente mulheres, dificuldades adicionais.

Podemos dizer que esse tipo de não proteção junto a segmentos pobres, negros, indígenas e mulheres não é algo novo, mas reatualiza um projeto de nação marcado pelo darwinismo social, pelo racismo científico e pela eugenia, conforme analisam Paixão e Gomes (2020, p. 182): "Negros, indígenas e seus descendentes de peles escuras são considerados quase-cidadãos, ou seja, uma gentalha de segunda ordem, indesejáveis, dispensáveis".

Situamos essa realidade nos marcos do debate sobre os neofascismos contemporâneos. Nesse sentido, não se pode dizer que políticas de extermínio implementadas pelo Estado sejam uma fatalidade, posto que o fascismo é instrumento de repressão e de força.

Nesse quadro neofascista, os ataques às pautas que envolvem gênero e sexualidade, chamadas políticas antigênero, expressam, entre outras questões, a "escalada da homofobia e do machismo expressas no crescimento da violência de gênero, sexualidade e étnico-racial, interseccionadas também por condições de idade e territorialidade" (Lole; Almeida, 2020, p. 131).

Na medida em que crescem as investidas que visam deslegitimar o reconhecimento das mulheres como sujeitas autônomas; que

empreendem políticas de morte à população negra, indígena e pobre; que atacam pessoas por sua condição de gênero e orientação sexual, verifica-se a ascensão da família como chave da agenda neoconservadora e reacionária.

> A retomada da família natural será central para angariar apoio popular na "caça" ao gênero e sexualidades, sendo emblemática a proposição do Estatuto da Família — o Projeto de Lei nº 6.583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), evangélico da Assembleia de Deus — nos termos da reafirmação de uma norma familiar burguesa como referência de família legítima e estruturada (Lole; Almeida, 2020, p. 134).

Aprendemos que políticas sociais sob a égide do capitalismo envolvem cenários contraditórios e de disputas de interesses de grupos antagônicos. Via de regra, acionam "tecnologias de normalização de corpos [...] direcionados ao trabalho, e não ao prazer, a produção de corpos masculinos e femininos em antagonismo, [...] tornam invisíveis as 'sexualidades disparatadas', assim nomeadas por Foucault (1989)" (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p. 169).

Considerações finais

O artigo examinou três traços das políticas sociais brasileiras, que são o familismo, a feminilização e racialização da pobreza, e seus impactos para as lutas por igualdades de gênero, sexualidade, raça e classe. Evidencia-se a reafirmação de tradicionalismos e subalternização de sujeitos historicamente considerados "quase-cidadãos" (Paixão; Gomes, 2020).

Observa-se nas políticas sociais a manutenção da lógica da divisão social, sexual e racial do trabalho que norteia as relações de gênero, raça e classe. Assim, é problemática a manutenção da construção de políticas que oculta formas de exercício de poder e violação de direitos que envolvem muitas interseções, e não se localizam exclusivamente no binômio homem-mulher.

Na esteira das experiências feministas e das lutas antirracistas, muitos grupos encontram lugar na agenda pública configurando-se um contexto de intensas batalhas pela formulação de políticas públicas.

Possibilidades de alianças e convergências inspiram alternativas de mobilizações e coalizões. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, no entanto, tais experiências ainda não ganharam expressão em torno de políticas universalistas, aspecto que na conjuntura de neoconservadorismo e neofascismo se torna mais delicado tendo em vista o desmonte das políticas públicas e de muitos dos avanços conquistados nas últimas décadas.

Análises dos sistemas de proteção social que desvendem suas implicações do ponto de vista de conteúdos que sempre foram tratados como alheios a esse campo — como é o caso da divisão do trabalho doméstico, das dinâmicas raciais e de diversidade sexual — são fundamentais para superar muitos dos tradicionalismos e violações que se reafirmam nos modelos políticos traçados. Daí a crítica feminista da insuficiência dessas políticas como instrumento de efetiva superação do sistema patriarcal, racista e heteronormativo da maioria das sociedades. Provocação que merece toda atenção da luta política e dos modelos de interpretação da realidade.

Evidenciamos nesse trabalho a necessidade de analisar a proteção social em articulação com os processos de familização e feminilização, mas também com as dinâmicas de racialização historicamente e estruturalmente centrais para a compreensão da sociedade brasileira, do fenômeno da pobreza e de suas formas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2º sem. 2014.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. *Atrás do muro da noite*. Brasília: Minc. Fundação Cultural Palmares, 1994.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BRASIL. *Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

COSTA, Gracyelle. *Raça e nação na origem da política social brasileira*: união e resistência de trabalhadores negros. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020a.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 68-84, 2º sem. 2020b.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Velhas histórias, memórias futuras*: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. La economía familiar. In: ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000. p. 69-100.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790-c.1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FONSECA, Ana. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? In: *Anais*... Congresso da Rede Mundial de Renda Básica da Bien, 13, São Paulo: USP, 2010. Disponível em: **https://anafonseca.com.br/wp-content/uploads/2020/10/BIEN-Ana1.pdf**. Acesso em: 27 abr. 2024.

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, n. esp., p. 161-172, ago. 2010.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p.133-154, abr. 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil:* evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, ago./dez. 1996.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas. In: REBUÁ, Eduardo et al. (org.). *(Neo)Fascismos e educação*: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2020, p. 122-146.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MAYORGA, Cláudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 463-484, mai./ago. 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). *Política social no capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio socio-familiar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 43-59.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 101-106.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flavio. COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro (org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 25-42.

PEREIRA, Yanka Martins; ALMEIDA, Carla Cristina de. Famílias, pandemia da Covid-19 e assistência em saúde. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-18, e2118087, 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, e0023469, 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil. *Revista História*, São Paulo, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1988.

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, v. 8, p. 189-203, mar./ago. 1988.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2019.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

GÊNERO, SAÚDE E PANDEMIA: UM DEBATE FEMINISTA[1]

Introdução

No contexto atual, o feminismo é cada vez mais pensado como uma experiência plural. Coloca-se em discussão quem são os sujeitos feministas, sobretudo, o sujeito "mulher". Além disso, é adensada a crítica à história feminista centrada em autoras europeias e norte-americanas, produzindo a necessidade de um "feminismo descolonizado", apoiado na capacidade intelectual e numa genealogia do feminismo latino-americano (Curiel, 2020; Gonzalez, 2018; Mayorga *et al.*, 2013).

A história do feminismo tem sido pensada como oriunda de dilemas produzidos a partir da Revolução Francesa e da introdução no cenário mundial das ideias de igualdade e liberdade, assentadas numa concepção humana genérica, masculina e universal que excluía as mulheres. Assim, as lutas feministas nasceriam com o propósito de incluir as mulheres no conjunto dos direitos humanos, trazendo

1 Publicado originalmente em *Trabalho e saúde*: diálogos críticos sobre crises, organização Tatiane Valeria Cardoso dos Santos, Letícia Batista Silva e Thiago de Oliveira Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 177-191. Disponível em: **https://morula.com.br/produto/dialogos-criticos/**. Acesso em: 13 mai. 2025.

à tona o debate entre igualdade e diferença como essencial para a definição de direitos específicos às mulheres.

Suely Gomes Costa (2010) argumenta que nos séculos XIX e XX o paradoxo da diferença se coloca na afirmação da ideologia das esferas separadas, o público e o privado, o político e o doméstico articulado a hierarquias de poder e de desigualdade entre homens e mulheres. Esta ideologia formula "políticas diferencialistas" específicas às mulheres que, na reflexão da autora, provocam um apagamento das políticas igualitárias e universalistas.

É de se imaginar que a partir dessa separação muitas das tradições em torno do feminino se reafirmem, conforme sinaliza Costa (2010), consolidando-se e reatualizando-se, por exemplo, estratégias femininas de sobrevivência e cuidados mútuos, as quais envolvem dilemas de gênero, classe e raça. Este é o "caso da usual transferência de encargos da maternidade por parte de mulheres das camadas médias e altas para outras, da família e de grupos de convívio e de mesma posição social, ou para mulheres pobres, criadas e/ou empregadas, um legado do escravismo" (Costa, 2010, p. 215).

Luiza Bairros (2020) considera que a ideia segundo a qual a experiência de ser mulher é social e historicamente determinada foi fundamental para pensar os diferentes feminismos, e também os movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Esses movimentos entrelaçam experiências de ser negro e de ser mulher com o racismo e o sexismo, reconhecendo-se posições subalternas que precisam ser exploradas na reflexão e ação políticas.

Assim, segundo Claudia Mayorga *et al*. (2013, p. 480) "o sujeito do feminismo passa a ser uma construção marcada por tensões e (re) configurações constantes, já que não se delimitaria a partir de uma posição a priori, mas seria marcado pelas contingências da luta e dos antagonismos políticos". Nessa perspectiva a pluralidade dos feminismos é pensada como "visões mais amplas do feminismo" e não

como neutralização e fragmentação da luta feminista, o que seria um contraponto ao "efeito universalista do gênero".

No caso brasileiro, a história do feminismo também não pode ser pensada sem problematizarmos a relação com o Estado e a necessidade de formulação de políticas públicas para as lutas por igualdade e direitos das mulheres na construção da cidadania. E essa história é também marcada por invisibilizações que ainda estão por ser narradas.

Que significados são apreendidos das lutas feministas no campo da saúde? Como as lutas pelos direitos das diversas mulheres se expressam no campo da saúde? Quais são as particularidades e desafios que o contexto da pandemia da Covid-19[2] apresenta para as lutas pelos direitos das mulheres na saúde? Essas indagações nortearam a discussão desse texto que busca contribuir para o exercício de direitos no âmbito da saúde das mulheres em sua diversidade.

Saúde da Mulher: um percurso histórico

Fabíola Rohden (2001) aponta que a saúde é um campo da ciência da diferença, ou seja, lugar onde a medicina produz discursos e conhecimentos sobre o corpo feminino apreendido como diferente, o outro e, ao mesmo tempo, instável, pois está marcado por eventos como puberdade, gravidez e menopausa, corpo este que é preciso controlar.

2 A pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. A mudança de classificação não se deu pela gravidade da doença, e sim pela disseminação geográfica rápida que a Covid-19 apresentou. A mudança na classificação pela OMS foi para obrigar os países a tomarem medidas preventivas à contaminação. Cabe destacar que, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19 foi anunciado pela OMS em 05 de maio de 2023, decisão fundamentada na recomendação emitida pelo Comitê de Emergência, instância responsável pela análise periódica do cenário epidemiológico mundial. Disponível em: **https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19**. Acesso em: 13 mai. 2025.

Entretanto, as diferenças sexuais entre homens e mulheres não estão dadas na natureza, como se quer supor, mas são fruto de modos de apreensão histórica e social sobre esses corpos. Assim, qualquer explicação de comportamentos e/ou características que parta de uma pré-disposição encontrada nas diferenças corporais é considerada como essencialista, pois se baseia na crença de que haveria uma essência prévia dos sujeitos sexuados. E isso funcionaria como uma explicação a priori de um conjunto de situações, inclusive desigualdades e impedimentos de toda ordem. Na perspectiva essencialista o corpo funciona como uma verdade independente do sujeito e do contexto histórico, cultural e social (Almeida, 2011).

Como podemos observar no campo da saúde a batalha por direitos passa necessariamente por uma fala do e sobre o corpo. O corpo não apenas parece fornecer bases para a definição de identidades e comportamentos diferencialistas, mas, sobretudo, constitui lugar de disputas políticas pelo seu controle. De um lado, médicos e tecnologias, de outro, feministas e experiências milenares de mulheres, como as parteiras e "bruxas" evocadas reiteradamente nos encontros feministas, mas também reatualizadas nas práticas cotidianas das mulheres.

Na atualidade, assim como na trajetória das mobilizações feministas, as pautas da saúde revelam-se importantes para a articulação das lutas sociais partindo de uma pluralidade de sujeitos, a exemplo das denúncias de situações de violência como feminicídios e estupros corretivos; da defesa da autonomia e integridade dos corpos efeminados das travestis, mulheres trans e cis; do direito das mulheres negras de criarem seus filhos e ao bem-viver; ou ainda da defesa das condições dignas de realização de aborto.

Cumpre destacar que nesse processo é evidente a importância que a noção de "experiência" terá no desenrolar das lutas feministas, especialmente no campo da saúde. Trata-se de reivindicar direitos que nascem da valorização da experiência de muitas mulheres sobre

seus corpos e suas necessidades, embricando lutas feministas, antirracistas, anti lgbtfóbicas e anticapitalistas.

Pensar o feminismo na saúde envolve desenrolar uma trajetória que ao longo do tempo produziu lutas, batalhas e algumas conquistas em torno de determinados temas, vinculadas a diversos contextos socioeconômicos, políticos e culturais.

A construção do campo da política de saúde da mulher no Brasil ocorre no período ditatorial e se constitui importante arena para o desenvolvimento de dois grupos de movimentos sociais diversos, os feministas/mulheres e o da reforma sanitária brasileira (Abers; Tatagiba, 2014). Pensando a articulação desses movimentos, observamos em Ana Maria Costa (2009) a referência de que o movimento sanitário produziu resistências à perspectiva do controle demográfico, leitura que comandava as políticas brasileiras, articuladas à agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) no campo da saúde da mulher nos anos 1970.

As estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento social envolveram no período a promoção da ideologia malthusiana, que ao comparar crescimento populacional e produção de riquezas inspirou perspectivas de controle dos nascimentos para garantir um equilíbrio no desenvolvimento econômico e social dos países. Essa leitura provocou um conjunto de ações de pesquisa e intervenção em saúde visando à diminuição do número de filhos. Assim, nos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, junto ao discurso oficial de melhoria do nascimento e dos cuidados maternos com os bebês, são evidentes os interesses internacionais com a conivência do Estado Brasileiro na realização de esterilizações femininas, especialmente entre mulheres negras e pobres.

Se nos anos 1970 ações desordenadas do Estado brasileiro se resumiam ao Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, nos anos seguintes há margem para o crescimento de agências internacionais

atuantes no campo do planejamento familiar, leia-se controle de natalidade. Essa é a situação de entidades como a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (BEMFAM) e o Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Saúde da Mulher e da Criança (CPAIMC). A BEMFAM foi criada em 1965, com sede no Rio de Janeiro e filiada à Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF). Caracterizou-se pela organização de clínicas de atendimento em planejamento familiar e por distribuição de métodos anticoncepcionais em vários estados especialmente na região nordeste. Já o CPAIMC recebia financiamento da *Agency for International Development* (AID), vinculado à *Family Planning International Assistance* (FPIA), *Pathfinder Foundation* e outras entidades internacionais ligadas ao sistema ONU. Suas ações envolviam treinamento de profissionais, articulação de uma rede de médicos que realizavam ações de esterilização cirúrgica com fornecimento de equipamentos e subsídios. Além disso, distribuía materiais e insumos contraceptivos para muitas instituições.

A conivência do Estado brasileiro com essa política se expressa na isenção de impostos para importação entre outras ações. As entidades funcionaram também como campos de pesquisa para insumos e tecnologias anticonceptivas dos países do primeiro mundo, sofrendo muitas resistências dos movimentos de defesa das mulheres que as acusava de transformar as mulheres brasileiras em cobaias.

Damasco, Maio e Monteiro (2012) identificam que esse processo foi a "mola propulsora" para a formação do feminismo negro no Brasil, isto porque, em geral, as mulheres negras não se reconheciam nas lutas feministas hegemônicas das mulheres brancas. Segundo esse estudo, o viés racista das pautas de controle demográfico fica evidente num acontecimento do ano de 1982 quando documento apresentado pelo economista Benedito Pio da Silva, assessor do governo Paulo Maluf em São Paulo, demonstra o crescimento da população preta e parda no país. Na ocasião, tomando por referência

o modelo americano eleitoral, chegou-se a apresentar a possibilidade de extinção das eleições brasileiras, considerando-se o risco de superioridade numérica da população negra nos votos. O controle populacional dirigido a esses grupos ganhou também a argumentação de que a população branca estaria mais consciente da necessidade de planejamento familiar (Damasco *et al.,* 2012, p. 138). Esse caso ficou conhecido como GAP-BANESPA.

O estudo traz também uma importante memória que foi o caso de campanhas publicitárias na Bahia/Salvador denunciadas pelo movimento feminista negro. Em particular, uma promovida pelo médico Elsimar Coutinho em torno da inauguração do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH), criado em 1986 na cidade de Salvador, que utilizou como material de divulgação outdoors que expunham fotos de crianças e mulheres negras com a frase "Defeito de fabricação", sugerindo a assistência no controle de natalidade como resposta a esse quadro (Damasco *et al.,* 2012, p.139).

De acordo com a linha do tempo produzida por Lopes e Werneck (2010), no início da década de 1990, o movimento de mulheres negras desenvolve duas campanhas nacionais importantes: "Não matem nossas crianças", denunciando o extermínio de crianças e jovens negros por grupos paramilitares ou forças de Estado que influenciou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de junho de 1990; e a Campanha Nacional contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras, cujo slogan era "Esterilização de Mulheres Negras: Do Controle da Natalidade ao Genocídio do Povo Negro", coordenada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do Rio de Janeiro.

Nesse contexto complexo e de articulação da sociedade democrática brasileira, foi estratégico o fortalecimento das pautas feministas em relação aos processos de construção do Estado de direitos. A ideia de que cabe ao Estado a condução de políticas econômicas e

sociais de desenvolvimento e garantia de direitos se torna a via para as lutas feministas.

Além das mobilizações em torno da construção da democracia, cumpre registrar importantes marcos como a criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) em 1984, que introduz a perspectiva de integralidade das ações em saúde da mulher, num espectro amplo que não envolve exclusivamente a reprodução. No entanto, o Programa ficou conhecido como "o programa do planejamento familiar" pela mídia, Igreja, instituições médicas, entre outras, reduzindo-se seu potencial de introdução de novas práticas em saúde da mulher (Xavier *et al*., 1989, p.217). Ao longo dos anos 1990 ocorrem encontros de mulheres de diversos países, conhecidos como as Conferências Internacionais de Mulheres, a saber: Convenção Mundial sobre Direitos Humanos, Viena (1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo (1994); VI Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing (1995).

Nesse contexto, o movimento de mulheres negras articula-se promovendo o primeiro evento nacional para discussões de questões voltadas à saúde reprodutiva (Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras) em Itapecerica da Serra. Articulou organizações como Movimento Negro Unificado de Salvador, Criola, Cebrap, Nepo, Sempreviva Organização Feminista (SOF), Geledés, entre outras (Damasco *et al*., 2012).

Destaca-se também, em 1991, o protagonismo de grupos religiosos de matrizes africanas na perspectiva de articulação das visões de mundo da cultura e religiões afro-brasileiras com respostas à saúde da população negra. Nesse ano é criado o projeto Odô Yá, no Rio de Janeiro, voltado para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids (Lopes; Werneck, 2010).

Além de esses eventos produzirem articulação dos feminismos em âmbito internacional e evidenciarem pressões políticas, também

propiciaram uma espécie de alinhamento semântico em torno das lutas feministas na saúde. A experiência do Projeto Odô Yá expressa a ampliação do conceito de saúde, com a legitimação de saberes e práticas não hegemônicos. Em Viena, é fundamental a perspectiva de incluir as pautas feministas, em especial a da violência, no campo dos direitos humanos. Cairo, pela primeira vez, desdobra essa perspectiva na formulação do conceito de "direitos reprodutivos", vinculando-o à noção de "saúde reprodutiva". Cabe destacar nesse momento, a menção à ideia de paternidade responsável trazendo o olhar para uma perspectiva de gênero, envolvendo os homens nas lutas feministas pela igualdade. Questões que serão reforçadas em Beijing, ampliando-se o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Sônia Correa e Rosalind Petchesky (1996) consideram que na perspectiva feminista os direitos sexuais e reprodutivos precisam se articular a quatro princípios éticos: integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade; de modo que a capacidade de decisão e autonomia sejam condições concretas de exercício para todas as mulheres.

Além desse conceito, a noção de gênero incidirá com força nos debates e proposições do feminismo na saúde, não sem representar algumas tensões. É acusado por algumas feministas de excessivamente neutro frente à "mulher", que na visão delas deixaria mais evidente as hierarquias de poder e desigualdades vividas pelas mulheres.

Contudo, o desmonte dos serviços públicos causou não apenas restrições para o avanço das práticas de cuidados em saúde das mulheres, como também descrenças em sua capacidade de proteção social dos sujeitos. Tudo isso num cenário de desmantelamento do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), dificultando a capacidade de absorção das necessidades de saúde das mulheres, que nos anos 2000 passou a ser rearticulada pela rede básica através da Estratégia Saúde da Família, também sobrecarregada e subfinanciada.

Esse processo não se fez sem muitas lutas e resistências, com algumas conquistas. Ao longo dos anos de 1990 e início dos anos 2000 temos a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que dentre outras demandas provocará a introdução do quesito raça-cor nos sistemas nacionais de informação sobre mortalidade (SIM) e nascidos vivos (SINASC). Além da Marcha, em 2001, ocorre a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, na África do Sul, com ampla mobilização dos movimentos de mulheres negras e feministas do Brasil. Uma decorrência dessas movimentações, em 2006, foi a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), além do Programa de Combate ao Racismo Institucional. Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) tem-se um acontecimento importante nas lutas antirracistas e feministas. A 12ª Conferência Nacional de Saúde participa desse processo ao contemplar "a perspectiva racial, de gênero e geração e que se apresentam permeadas pelos princípios da não discriminação em relação à orientação sexual, filiação religiosa, estado ou condição de saúde, porte de alguma deficiência" (Lopes; Werneck, 2010).

Verifica-se nesse processo a ampliação do PAISM com a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), elaborada em 2004, a qual incorpora novas temáticas e sujeitos, destacando-se, a questão das mulheres soropositivas, mulheres indígenas, lésbicas, trabalhadoras rurais, negras etc. Nesse período é criada também a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), importante agente nas lutas pelos direitos das mulheres. Em 2006, são promulgados os Princípios de Yogyakarta, a partir de uma reunião, ocorrida na Indonésia, de grupos de defesa dos direitos em torno da liberdade de expressão de gênero e orientação sexual. Em 2013, é promulgada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como importante estratégia para a visibilidade e luta por direito à saúde.

Em meio a muitos retrocessos ao longo do tempo, evidenciam-se as forças de resistência por uma perspectiva de direito à saúde em torno das questões de gênero, raça, classe e sexualidade. Nos últimos anos com a ascensão de um governo de extrema direita para o mandato presidencial no período 2018-2022, junto aos desmontes das estruturas conquistadas pelos diversos movimentos de mulheres e feminismos associa-se uma batalha feroz pela desmoralização e retomada de políticas conservadoras e antigênero no Brasil e no mundo (Corrêa, 2018; Lole e Almeida, 2020).

Desafios da pandemia

E em tempos de obscurantismo conservador as políticas antigênero e contrárias à livre expressão da sexualidade tornam-se centrais para impulsionar os ataques às conquistas de outrora. Esse quadro de recrudescimento de uma sociedade misógina, lgbtfóbica e racista se agravou ainda mais no período da pandemia da Covid-19, no Brasil e no mundo.

O contexto da pandemia trouxe à baila questões estruturais que nos levam a reconhecer que a sociedade capitalista moderna foi fundada numa profunda desigualdade de classe, étnico-racial e de gênero. Organizou-se e se reinventa fundamentando-se na violência colonial, patriarcal, racista, heterossexista. Essas desigualdades se evidenciaram neste contexto provocado pelo novo coronavírus, que atinge em cheio a classe trabalhadora, em particular em particular os corpos femininos, negros, LGBT+.

Contudo, o pensamento feminista contemporâneo não cessa de explicitar de que modo o aprofundamento da exploração-dominação capitalista incide e, ao mesmo tempo, é alimentado pelo cisheterossexismo, racismo e extermínio dos povos originários no Brasil.

Na pandemia essas desigualdades se tornam mais preocupantes se pensarmos nas dificuldades de acesso aos serviços de proteção às mulheres em situação de violência. A ONU Mulheres (2020, p. 2) já havia alertado sobre as dificuldades de acesso à rede de proteção social e de serviços essenciais durante a pandemia, principalmente no período de isolamento social, como também sobre de que modo "o impacto econômico da pandemia pode criar barreiras adicionais para deixar um parceiro violento, além de mais risco à exploração sexual com fins comerciais".

Dados, como do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelam que houve um aumento de 44,9% dos atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência no estado de São Paulo no período de março a junho de 2020. A quantidade de feminicídios também subiu no estado, de 13 para 19 casos (46,2%)[3]. Segundo publicação no Portal Geledés[4], dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, apontam aumento de 18% das denúncias recebidas entre os dias 17 e 25 de março de 2020 — período em que políticas de isolamento foram intensificadas no país —, comparado ao período de 1º a 16 do mesmo mês.

Esses dados mostram que a situação provocada pela pandemia, desde março de 2020 com a instalação do isolamento social, nos tomou de súbito diante de novas necessidades e muitas mudanças. Com isso, o espaço familiar da casa e do cuidado ganharam holofotes, todavia isso impactou muito a vida das mulheres. De um lado,

3 "SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia". *Agência Brasil*, 20 abr. 2020. Disponível em: **https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia**. Acesso em: 25 jun. 2020.

4 "Deputadas pressionam por ampliação do ligue 180 na Pandemia do Novo Coronavírus". *Portal Geledés*, 07 abr. 2020. Disponível em: **https://www.geledes.org.br/deputadas-pressionam-por-ampliacao-do-ligue-180-na-pandemia-do-novo-coronavirus/**. Acesso em: 25 jun. 2020.

significou para as mulheres a sobrecarga do cuidado, pois "por questões históricas as mulheres sempre estiveram à frente dos cuidados e isso não seria diferente em tempos de Covid-19. [...]. Cuidar cansa, requer atenção, não se trata apenas de uma atividade objetiva, mas envolve um conjunto de afetos e necessidades a serem atendidas" (Freitas; Almeida; Lole, 2020, p. 215).

Por outro lado, a violência contra as mulheres no espaço da casa teve um aumento neste período da pandemia. O Portal Geledés, no dia 10/04/2020 traz uma reportagem segundo a qual as mulheres correm mais risco de serem mortas em casa do que na rua. De acordo com o Atlas da Violência de 2019 (IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública) entre 2007 e 2017, 39,2% dos homicídios de mulheres ocorreram dentro de casa, enquanto entre os homens foram 15,9%. As mulheres não estão seguras em nenhum lugar, mas a trajetória da violência é ainda pior dentro de casa. O dado marcante é que o homicídio entre mulheres negras cresceu 9,9%.

O Atlas aponta dados importantes sobre a desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

Porém, existe ainda um conjunto diverso de mulheres expostas à violência que não estão em nossos mapas, como as mulheres em situação de rua, mulheres trans, travestis, bissexuais, lésbicas, mulheres no campo... Mulheres que além de sofrerem violência doméstica também enfrentam muitas violências institucionais ao solicitarem

apoio e proteção. Estão mais precarizadas do ponto de vista do acesso ao trabalho e a redes comunitárias de apoio e proteção.

Marco José Duarte (2020), em seu artigo, menciona um aumento, nos últimos meses, nas demandas sociais por parte das organizações LGBT+, o que certamente expressa as restrições sociais, econômicas e que envolve violências a que estão sujeitos esses grupos sociais.

> Pesquisas e análises de dados organizada pela OutRight Action International, que recentemente divulgou um relatório pioneiro, denominado, Vulnerabilidade Amplificada: o impacto da pandemia COVID-19 nas pessoas LGBTIQ (2020), apresenta dados graves sobre os efeitos da pandemia nas pessoas LGBTQI+. [...] O referido relatório apresenta também um aumento, nos últimos meses, nas demandas sociais por parte das organizações LGBTQI+, na medida em que LGBTQI+ experimentam, no quadro das precariedades, segurança alimentar, barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos tipos de violência, típicas do Sul Global, com os requintes de crueldade em seus corpos assassinados (Duarte, 2020, p. 5).

O recrudescimento da violência durante a pandemia demonstra o quanto ela é intrínseca às sociedades patriarcais, ou seja, a violência contra as mulheres é de longa duração histórica. Nesse sentido, mitigar a violência é uma tarefa de toda a sociedade, não somente daqueles setores e organizações coletivas diretamente vinculadas a esse debate. Então, a família, as escolas e as universidades, o ambiente de trabalho precisam se reconhecer como reprodutores dessas violências e se comprometer com a transformação dessas relações de dominação e exploração que se estruturam no sexismo,

no racismo, na lgbtfobia. Estamos falando de uma transformação profunda, de uma superação dessa sociedade.

No que tange ao setor saúde, incluindo os equipamentos sociais, mas também a gestão dos serviços e da política de saúde, é fundamental o reconhecimento desses grupos sociais marcados por gênero, sexualidade, raça, etnia e classe os quais em tempos de pandemia se encontram em condições de maior exposição a adoecimentos e mortes. Um dos elementos que permitem essa visualização é a produção de informação. Para tanto, concordamos com Duarte (2020), se não lutamos para uma notificação da pandemia que leve em conta todas essas interseccionalidades, raça/cor, sexualidade/identidades de gênero, territorialidade não tornamos visíveis os problemas que a pandemia acarreta e as particularidades violentas que acometem esses sujeitos.

Considerações finais

Pensar gênero e saúde em perspectiva feminista implicou para nós recuperar historicamente o conjunto de movimentações que colocavam em ação novas pautas, disputas pelas agendas e interesses sociais, econômicos e políticos diversos que marcam o campo da saúde da mulher. Observamos que nessa trajetória operaram modos de reorganização de práticas de dominação e exploração que revestem a saúde como mercadoria no contexto do sistema capitalista. Mas também elencamos de que modo, em meio a cenários de retrocessos e desmontes, como verificado pós-constituinte de 1988 com o recrudescimento da ideologia neoliberal, se fizeram presentes as organizações da sociedade civil que demarcaram conquistas importantes para as lutas libertárias.

Evidenciamos que tratar a questão de gênero na saúde envolve complexificar a abordagem na perspectiva de articular um conjunto diversificado de categorias que demarcam posições sociais, hierarquias e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, é fundamental problematizarmos de que modo agravos de saúde, políticas e programas sociais destinados à população são atravessados por essas classificações dos sujeitos com efeitos práticos, materiais e que impactam sua condição de existência.

Ainda é possível verificar muitas invisibilizações em torno dessas questões, silenciamentos que tem o efeito de (re)produzirem a ordem social capitalista, misógina, lgbtfóbica, racista e colonial. Portanto, organizar uma leitura que dê conta dessas particularidades implica aprofundar a luta anticapitalista, pois apresenta elementos que fortalecem a compreensão dos seus efeitos.

A pandemia da Covid-19 é um acontecimento emblemático para explicitar os processos corrosivos da existência humana e social em curso no bojo do capitalismo. Por esse motivo, é tão importante lançar luz sobre os corpos marcados por gênero, sexualidades, raça, etnia e classe na medida que esses sujeitos estão na base da precarização e do processo de destruição da vida. Se o campo da saúde é estratégico no enfrentamento da pandemia, ele não pode se eximir de interrogar quem são os corpos que morrem e adoecem e por que razão. De que modo as práticas na saúde reforçam ou contribuem para romper com as estratégias de aniquilamento desses corpos? Tarefa urgente analisar nas práticas cotidianas da saúde e em tempos pandêmicos, seus efeitos sobre as vidas marcadas por classe, gênero, raça, etnia e sexualidades.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy. *Anais...* 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 27 a 31 de outubro de 2014.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e Gênero: articulando um debate. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n.28, p. 17-27, 2º sem. 2011.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch — SPW*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis — Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1/2, p. 147-177, 1996.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n. 4, p. 1073-1083, 2009.

COSTA, Suely Gomes. O paradoxo da diferença: "verdadeiro, falso e fictício". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 210-218, jan./jun. 2010.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

DAMASCO, Mariana S.; MAIO, Marcos C.; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2012.

DUARTE, Marco José. Vidas precárias e LGBTfobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. *Site da ASPJF* — Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora, Série Pandemia e Política, 2020, p. 1-13. Disponível em: **https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf**. Acesso em: 25 jun. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas. In: REBUÁ, Eduardo et al. (org.). *(Neo)fascismos e educação*: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org.). *Mulheres negras*: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2010.

MAYORGA, Cláudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 463-484, mai./ago. 2013.

ONU Mulheres. *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe*: dimensões de gênero na resposta. BRIEF março 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

RHODEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença*: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

XAVIER, Dulcinéia; ÁVILA, Maria Bethânia; CORREA, Sonia. Questões feministas para a ordem médica: o feminismo e o conceito de saúde integral. In: LABRA, Maria Eliana (org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

NEOFASCISMO, HEGEMONIA BURGUESA E AGENDA ANTIGÊNERO: PERSPECTIVAS PARA LUTAS ANTIFASCISTAS[1]

Introdução

Em tempos austeros compreender os processos de constituição da hegemonia burguesa no Brasil e das formas de modernização conservadora torna-se imperioso para perceber o quanto o conservadorismo se coloca como um dos desafios para construção de uma nova hegemonia pelos subalternizados.

Problematizamos, neste texto, as políticas neofascistas e o estado de exceção como um paradigma de governo frente à onda conservadora no Brasil hodierno e como essas políticas antidemocráticas radicalizam certas ações, principalmente o discurso ideológico de "caça às bruxas" no campo dos estudos de gênero. Isto pode ser evidenciado na denominada pauta antigênero que marca as últimas duas décadas no país, a qual expressa retrocessos e desmonte de direitos.

1 Publicado originalmente em *(Neo)Fascismos e Educação*: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil, organização Eduardo Rebuá, Reginaldo Costa, Rodrigo Lima R. Gomes e Diego Chabalgoity. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 122-146. Disponível em: **https://morula.com.br/produto/neofascismos/**. Acesso em: 13 mai. 2025.

Analisamos a marcha da construção dessa agenda conservadora como importante articulação da direita no Brasil, evidenciando de que modo a educação se constitui relevante campo de batalha de resistências das lutas antifascistas na construção de uma nova hegemonia. Esperamos demonstrar que o debate de gênero, sexualidades e raça-etnia, longe estão de se limitarem a pautas "culturais" e ideológicas, antes mobilizam relações de poder viscerais para o processo de exploração e dominação capitalista.

Neofascismo e hegemonia burguesa

O que evidenciamos hoje, no Brasil, é a emergência de um "estado de exceção" materializado mediante aprofundamento da ofensiva contra os subalternizados e que "tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea" (Agamben, 2014, p. 13). Estado de exceção, aqui compreendido segundo Giorgio Agamben (2014), representa:

> [...] a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a consequente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real (Agamben, 2014, p. 63).

Diante deste quadro atual, observamos que no percurso da história o país viveu e vive uma ditadura da burguesia, já que para manter-se hegemônica chega a se aproximar do autoritarismo fazendo com que o estado de exceção se apresente "como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo" (Agamben, 2014, p. 13). O medo desta elite burguesa de perder o poder (político, econômico e social) faz com que ela se utilize de armas cruéis, como a violência, para permanecer com *status quo* inalterado. Utiliza-se, também, do conservadorismo, pois ele é, e continuará sendo, "alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um elemento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor" (Boschetti, 2015, p. 639).

O conservadorismo constitui a essência da direita, ou seja: "a ideologia da direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são benéficas" (Konder, 2009, p. 27-28).

Para a manutenção dos privilégios a direita precisará do uso da repressão para persuadir a população, para isso irá se valer do recurso fascista. Leandro Konder em seu livro *Introdução ao fascismo*, escrito em 1970, no período de exílio, considerou o fascismo "um dos fenômenos políticos mais significativos do século XX" (2009, p. 23), e acrescentaríamos que continua presente ainda nos dias atuais. Lógico que, com outras configurações.

Para conceituar o fascismo usaremos um trecho de Konder, da mesma obra citada acima:

> [...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista do Estado,

> exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora", guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais; pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (Konder, 2009, p. 53).

Diante desta definição, observamos que o fenômeno fascista faz parte do conjunto de estratégias políticas da extrema direita brasileira, a qual está alinhada à política econômica dos Estados Unidos (EUA) e desconsidera toda luta por direitos democráticos nos últimos 40 anos. A burguesia brasileira para manter-se hegemônica é capaz de aproximar-se do autoritarismo, o que hoje se traduz pelo neofascismo, pelo bolsonarismo e pelo "medo do fantasma do comunismo".

O fascismo é instrumento de repressão e de força, ou seja, não foi e não é uma fatalidade as políticas de extermínio implementadas pelo Estado.

> E assim se justifica a tese comunista de que o fascismo enquanto fenômeno geral, enquanto flagelo que supera a vontade e os meios disciplinares dos seus líderes, com sua violência, com seus monstruosos arbítrios, com suas

> destruições tão sistemáticas quanto irracionais, só pode ser extirpado por um novo poder de Estado, por um Estado "restaurado" tal como o entendem os comunistas, ou seja, por um Estado cujo poder esteja nas mãos do proletariado, a única classe capaz de reorganizar a produção e, em consequência, todas as relações sociais que dependem das relações de produção (Gramsci, 2004, p. 58).

Antonio Gramsci levanta algumas características do fascismo na Itália, nas quais identificamos semelhanças com a realidade brasileira atual.

> O fascismo apresentou-se como o antipartido, abriu as portas a todos os candidatos; e, prometendo a impunidade, permitiu que uma multidão impopular cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos. O fascismo tornou-se, assim, uma expressão de nossos costumes, identificando-se com a psicologia bárbara e antissocial de alguns estratos do povo italiano, ainda não modificados por uma nova tradição, pela escola ou pela convivência em um Estado bem organizado e bem administrado (Gramsci, 2004, p. 57).

As questões sobre costumes, preconceito e autoritarismo nos remetem a nossa realidade, uma vez que diversas manifestações, de cunho moral e conservador, são realizadas no intuito de retroceder conquistas históricas, como as pautas de gênero, saúde sexual e reprodutiva, entre outras.

O filósofo sardo contribui para entendermos a realidade brasileira, pois a atualidade do seu pensamento é reconhecida pela necessidade de estabelecer um processo de construção de uma nova sociedade que tenha como parâmetro a socialização da política e a consolidação de

um novo bloco histórico[2]. Para contribuir com nossa análise destacamos a categoria de revolução passiva como fundamental para a compreensão do nosso tempo histórico[3].

Nossa intenção é de fazer alguns apontamentos sobre a formação social do Brasil no intuito de mostrar que o processo de "modernização conservadora", "revolução dentro da ordem" ou "revolução pelo alto" sempre fizeram parte de nossa história. A elite política brasileira para a manutenção do poder se utiliza do transformismo[4] demonstrando o quanto a hegemonia burguesa é violenta e, por isso, se aproxima do autoritarismo. A democracia e o autoritarismo sempre estiveram lado a lado na formação social brasileira.

Gramsci deixa claro que "pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz" (Gramsci, 2001, p. 63). Gramsci descreve o transformismo como uma das formas históricas do binômio "revolução-restauração" ou "revolução passiva", a propósito do processo de formação do Estado moderno italiano. O transformismo constituía um "'documento

2 Bloco histórico, na concepção gramsciana, "compreende a estrutura e os vários níveis e facetas das superestruturas, [...] uma 'necessária reciprocidade entre a estrutura e a superestrutura, reciprocidade que não é nada senão o processo dialético real'" (Boothman, 2018, p. 26).

3 O tempo histórico "não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas [...] uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa" (Koselleck, 2006, p. 309).

4 Gramsci (2001, p. 63) caracterizou toda vida política italiana, a partir de 1948, como "transformismo", ou seja: "pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados [...] com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva a decapitação destes e sua aniquilação". Assim, o transformismo foi "a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política".

histórico real' da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação)" (Gramsci, 2001, p. 286).

A categoria revolução passiva se articula com as particularidades da formação social brasileira, uma vez que a trajetória histórica do país passou por diversos momentos de "transição pelo alto". Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 198) deixa claro que o processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir "de baixo", jacobina, implica sempre em dois momentos: "o da 'restauração' (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical 'de baixo para cima') e o da 'renovação' (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)". O que demonstra atualidade da categoria gramsciana na presente conjuntura de conservadorismo no Brasil.

O golpe militar de 1964, segundo Florestan Fernandes, representou a consolidação da revolução burguesa no Brasil como uma contrarrevolução permanente. Para o autor a burguesia brasileira é "antinacional, antissocial e antidemocrática" e cabe à classe subalterna as funções de: "conquistar o poder, construir sua versão de democracia e dedicar-se à constituição de uma sociedade igualitária e socialista" (Fernandes, 2007, p. 62).

Neste período de intervenção militar a classe dominante conseguiu conquistar "um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias; se fez protagonista dessa obra de modernização; assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964" (Coutinho, 2007, p. 202). Pois a mesma contava com:

> [...] as forças produtivas da indústria, através de uma forte intervenção do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista (Coutinho, 2007, p. 201).

Com essas resoluções políticas "pelo alto" temos o fortalecimento do Estado e a prática do transformismo, a qual é a: "assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas" (Coutinho, 2007, p. 205).

Gramsci (2001, p. 286) apresenta dois tipos de transformismo em sua análise da sociedade italiana: "1) de 1860 até 1900, transformismo 'molecular', isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora e moderada"; e "2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado". Porém "entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário — 1890-1900 —, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos".

No Brasil, o transformismo molecular está representado entre os intelectuais, a "assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas", e o transformismo ampliado pelo período populista: nos governos Juscelino Kubitschek (JK) e Getúlio Vargas esse transformismo teve relativo sucesso graças ao "amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista posta em prática naquele período, uma política caracterizada por processos de industrialização acelerada com base na substituição de importações" (Coutinho, 2007, p. 206-207). Contudo, cabe ressaltar que

os trabalhadores não foram cooptados sem reação. Embora o êxito acima seja inegável.

Hodiernamente o que vivenciamos não é exatamente novidade, trata-se, portanto, de atualizações do passado, já que o país é marcado por "transições pelo alto". É sabido que a burguesia brasileira busca solucionar os entraves a sua hegemonia aniquilando as lutas sociais dos subalternizados, bem como as formas de reação desses grupos. A onda conservadora traz consigo expressões neofascistas, as quais buscam mascarar o real no intuito de desfigurá-lo para tentar neutralizar as forças dos subalternizados. Com o intuito de realizar a crítica da ideologia neofascista, a qual para elaborar suas concepções busca ideias no campo do "inimigo", passamos a analisar no próximo item de que modo o discurso de direita no Brasil se apropria das formulações no campo das questões de gênero e sexualidades, e realiza a crítica conservadora com vistas à aquisição de hegemonia burguesa. Vale destacar que nesse campo são visíveis muitos avanços contra-hegemônicos nos últimos anos, embalados por lutas e resistências de grupos subalternizados que deram sustentação ao sonho de uma sociedade justa, equitativa e livre. Não é de se admirar que sejam duramente atacados no projeto ultraliberal conservador do atual Estado brasileiro.

Gênero e sexualidades na agenda fascista

Nesse quadro neofascista dos Estados contemporâneos, sobretudo no Brasil, indagamos as razões pelas quais gênero e sexualidade são pautas importantes de articulação do discurso e das práticas fascistas atuais. Muitas pesquisadoras, como Corrêa (2018) e Marafon (2018) têm designado como políticas antigênero o conjunto de movimentações de cunho autoritário e conservador nesse campo, que evidencia

um projeto elaborado de sustentação de uma sociedade classista, misógina, étnico-racista, lgbtfóbica, articulando profundas desigualdades sociais e econômicas.

Recuando ainda, antes de examinarmos as formulações da agenda antigênero no regime neofascista em curso no Brasil, destacamos dois elementos essenciais para nossa indagação inicial. De um lado, o interesse por essa agenda é motivado pela força política e econômica de grupos conservadores ancorados no fundamentalismo religioso — sobretudo, católico e neopentecostal (Miskolci, 2018; Saraiva, 2017; Corrêa, 2018; Miguel, 2016; Marafon, 2018) —, que manejam seus interesses político-econômicos, vale frisar, e articulam vontades e valores morais, pilares da sociedade capitalista burguesa. Família burguesa, heterossexismo, missões civilizatórias de ontem e hoje incumbidas de estabelecer a supremacia branca europeia são parte desse projeto, tornando questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais tão importantes.

A conversão desses valores constitui um segundo elemento acerca da relevância das questões de gênero e de sexualidade, articulados à raça e à classe, pois, como aponta Michel Foucault (1977), o fascismo histórico soube muito bem manusear e utilizar o desejo das massas. O investimento na formulação e transformação do "desejo" e da "vontade" em ação política é tarefa central nos regimes neofascistas. Assim, cabe observar que gênero e sexualidades, interseccionados por raça e classe, compõem um campo. Para ele convergem: desejo, vontade, modos de fazer a vida andar, corpos que precisam ser regulados, normatizados para que movimentem toda uma economia do trabalho e da sociabilidade.

Sonia Corrêa (2017)[5] sustenta que a agenda antigênero vem se gestando a longo tempo. Seus rastros podem ser observados desde as mobilizações em torno das Conferências Internacionais da década de 1990, como a ECO 92 (1992)[6], as Conferências de Viena (1993)[7],

5 Palestra intitulada "'Ideologia de Gênero': rastros perdidos e pontos cegos", proferida pela pesquisadora feminista Sonia Corrêa no Seminário Gênero Ameaça(N)do, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em outubro de 2017. Disponível em: **https://youtu.be/VWBj6GX2Umo**. Acesso em: 25 jun. 2020.

6 A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como ECO 92, Rio 92 e também como "Cúpula da Terra", na qual 179 países participantes acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado "desenvolvimento sustentável". A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A pauta das mulheres, mobilizada pelos movimentos feministas, foi intensamente discutida nesta agenda. Disponível em: **https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global**. Acesso em: 25 jun. 2020.

7 Ocorrida em Viena, em 1993, esta foi a segunda conferência do ciclo realizada pela ONU na década de 1990. De acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tanto a Declaração como o Programa de Ação aprovados em Viena enfatizam as responsabilidades dos Estados de proteger e promover os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. A conferência fez história ao aprovar a resolução de que os direitos das mulheres e das meninas são parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais e explicitar que a violência contra as mulheres constitui violação dos direitos humanos. Disponível em: **https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1993.php?iframe=conferencia_dir_humanos**. Acesso em: 25 jun. 2020.

Cairo (1994)[8] e Beijing (1995)[9]. Nesses espaços foram travadas intensas batalhas pelos feminismos em torno do termo gênero e dos direitos sexuais que indicaram ampliações importantes em defesa da diversidade de gênero e de sexualidade. As conferências implicaram tensões com grupos conservadores católicos que viam o crescimento de uma autonomia da esfera dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina, especialmente Brasil e México. Para Corrêa, essa mudança geopolítica soou como um alarme na mobilização desses grupos em torno da hegemonia no continente. A eleição de um papa latino-americano somada à ascensão de lideranças religiosas nos governos de ultradireita, bem como diversas elaborações teológicas em torno da chamada "ideologia de gênero" são importantes movimentações nessa direção.

8 A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1994, foi a maior conferência intergovernamental relacionada às populações e também um marco na história dos direitos das mulheres. Importantes acordos foram firmados nesta conferência, como: promoção da igualdade de gênero; eliminação da violência contra a mulher; garantia dos direitos reprodutivos; redução da mortalidade materna e infantil. Também foi aprovado um Programa de Ação para os vinte anos seguintes, especificando objetivos que todos os países presentes se comprometeram a cumprir, na área da saúde, para a melhoria da qualidade de vida da mulher e para o desenvolvimento social. Disponível em: **http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/acordos-de-cairo-e-beijing**. Acesso em: 25 jun. 2020.

9 A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, também conhecida como Conferência de Beijing, foi realizada em setembro de 1995, na cidade de Beijing (Pequim), capital da China. Estiveram presentes mais de 180 delegações governamentais, entre elas o Brasil, além da representação de mais de 2.500 Organizações Não Governamentais (ONGs), que se reuniram para discutir uma série de questões relacionadas às mulheres. Foi um momento importante na história de luta pelos direitos à igualdade e à justiça social. Esta conferência colocou as mulheres, independente de sua classe social, idade, etnia, filiação política, religião e orientação sexual, como força principal no desenvolvimento de uma nova agenda de atuação e no centro dos esforços para o alcance da igualdade plena da mulher na sociedade, removendo os entraves à participação das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada e os obstáculos que impedem seu avanço, como a pobreza, a violência e a falta de acesso à educação, saúde, economia e tomada de decisão. Disponível em: **http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/acordos-de-cairo-e-beijing**. Acesso em: 25 jun. 2020.

É no início dos anos 2000 que essas ações irão se intensificar resultando no Brasil num conjunto de medidas dirigidas ao campo de gênero e sexualidades, de caráter profundamente restritivo, violento, conservador e autoritário.

Observa-se a presença do conservadorismo religioso de diferentes crenças disseminado nas instâncias políticas legislativas e institucionais, destacando-se a grande bancada evangélica no planalto, a nomeação de Damares Alves, uma pastora, para o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e o slogan adotado por ele na campanha presidencial de 2018: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Aliás, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro cruzou, como diz Corrêa (2018), a expansão do neoliberalismo com a "ideologia de gênero" como pedra angular da guinada à direita da política brasileira.

Resultados concretos dessa "conquista" política neoconservadora são a escalada da homofobia e do machismo expressas no crescimento da violência de gênero, sexualidade e étnico-racial, interseccionadas também por condições de idade e territorialidade. Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), no mês de março de 2019, revelam que apenas nos dois primeiros meses do ano (janeiro e fevereiro) no Rio de Janeiro, com casos registrados, oito mulheres foram mortas vítimas de feminicídio (sendo cinco delas assassinadas por conhecidos e três por atuais companheiros) e 63 sofreram tentativa de feminicídio. O infográfico do ISP apontou ainda os números de 2018, com 71 feminicídios e 288 tentativas de feminicídio[10]. Ressaltamos como ponto sensível as diferenças gritantes entre o aumento da violência contra mulheres brancas e negras, pois

10 "Uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 dias no RJ, aponta ISP". *Portal G1 Rio*, 27 mar. 2019. Disponível em: **https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/27/uma-mulher-e-vitima-de-feminicidio-a-cada-7-dias-aponta-isp.ghtml**. Acesso em: 30 mar. 2019.

a mulher negra é a maior vítima de feminicídio no país, perfazendo 61% das vítimas, segundo o Anuário de Segurança Pública de 2019[11]. O aumento do encarceramento[12] e da violência policial, especialmente contra a juventude negra, reforçam as faces da ascensão do neofascismo no Brasil.

Esse quadro de recrudescimento de uma sociedade misógina, lgbtfóbica e racista se agravou ainda mais no período da pandemia da Covid-19, no Brasil e no mundo, revelando-se dados, como do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de que houve um aumento de 44,9% dos atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência no estado de São Paulo nesse período. A quantidade de feminicídios também subiu no estado, de 13 para 19 casos (46,2%)[13].

11 "Aonde mora a violência contra a mulher?". *Portal Geledés*, 10 abr. 2020. Disponível em: **https://www.geledes.org.br/aonde-mora-a-violencia-contra-a-mulher/**. Acesso em: 25 jun. 2020.

12 O aumento do encarceramento muito tem a ver com a cultura política do país. "Enquanto as opções políticas estiverem lastreadas no tripé repressão/punição/exclusão, cujas supostas soluções 'simples e imediatas' encontram apoio popular e favorecem os discursos populistas de indivíduos que não têm qualquer compromisso com a redução da violência da sociedade; enquanto não conseguirmos recuperar nossa memória histórica e delinear o quanto a violência de estado contra os pobres e negros marcou a nossa trajetória como 'Nação'; enquanto não formos capazes de perceber que os apelos por mais repressão e punição só beneficiam aqueles que angariam dividendos políticos-eleitorais com bravatas desconectadas de quaisquer evidências em experiências, dados ou políticas públicas; enfim, enquanto não conseguirmos transformar o nosso modelo de política de segurança cujos pilares são a guerra às drogas, a polícia militar e a prisão, permaneceremos presos neste labirinto esquizofrênico em que a ânsia da população por uma sociedade pacificada tem como respostas ações que aumentam a violência letal e aprofundam o nosso histórico fosso socioeconômico, a exclusão e a vulnerabilidade da democracia brasileira. A construção de um modelo de política pública deve estar assentado nos pilares legais, na prevenção e na inteligência. Do contrário, continuaremos fadados ao retrocesso civilizatório e à fragilização da política e das instituições" (Dias; Manso, 2018, p. 6).

13 "SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia". *Agência Brasil*, 20 abr. 2020. Disponível em: **https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia**. Acesso em: 25 jun. 2020.

Segundo publicação no Portal Geledés[14], dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, apontam aumento de 18% das denúncias recebidas entre os dias 17 e 25 de março de 2020 — período em que políticas de isolamento foram intensificadas no país —, comparado ao período de 1º a 16 do mesmo mês.

Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o sociólogo Boaventura Sousa Santos (2016) chamou-nos a atenção para o fato de que o fascismo não tem somente uma face violenta, traz ainda a face da benevolência, da filantropia. Para o autor, há um fascismo social que é aquele que envolve os atos cotidianos de violações e violências dirigidos a grupos marginalizados, a exemplo da insegurança das mulheres nas ruas e casas sujeitas a assédio e violências sexuais; da submissão de trabalhadores a ocupações insalubres e precárias, incapazes de lhes sanar as necessidades de sobrevivência; e da expulsão de povos indígenas de suas terras por interesses de agronegociantes e latifundiários. Situações em que todos são formalmente cidadãos, mas não conseguem reivindicar direitos de cidadania a seu favor. Santos (2016) afirma: "Quanto mais vasto é o número dos que vivem em fascismo social, menor é a intensidade da democracia".

Nessa direção, vale destacar a contrarreforma da previdência social (Emenda Constitucional nº 103/2019)[15] e a redução/congelamento do orçamento para com políticas sociais (Emenda Constitucional nº

14 "Deputadas pressionam por ampliação do ligue 180 na Pandemia do Novo Coronavírus". *Portal Geledés*, 07 abr. 2020. Disponível em: **https://www.geledes.org.br/deputadas-pressionam-por-ampliacao-do-ligue-180-na-pandemia-do-novo-coronavirus/**. Acesso em: 25 jun. 2020.

15 Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

95/2016)[16], conhecida como a "PEC da Morte". Além dessas mudanças que atingem diretamente a classe trabalhadora pobre e negra, a aprovação da "lei da terceirização" (Lei nº 13.429/2017)[17] torna ainda mais precária a situação desses sujeitos. Nesse sentido, Stampa e Lole (2018) avaliam que:

> Pode-se afirmar que a radicalidade da questão social passa, agora, por nova configuração histórica, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil. É possível, também, observar que as mudanças significativas que se verificam no mundo do trabalho, no Brasil recente, estão moldando um novo contorno à questão social. As contradições estão mais visíveis em consequência das novas formas de organizar a produção e a gestão do trabalho (Stampa; Lole, 2018, p. 279).

Todas essas mudanças que evidenciam um processo de intensificação do neoliberalismo conjugado a governos de ultradireita com fortes vínculos religiosos, tomam as questões de gênero e sexualidades, em suas interseccionalidades, como uma verdadeira "cruzada", como alguns autores (Miskolci, 2018; Marafon, 2018) preferem chamar em referência às guerras religiosas do passado. Luís Felipe Miguel (2016) analisa que se trata de uma conjugação da ideologia ultraliberal libertariana, fundamentalismo religioso e anticomunismo associado na América Latina ao bolivarianismo. Esta união produziu o que Corrêa (2018) identificou como díade "ideologia de gênero-comunismo",

16 Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

17 Altera dispositivos da Lei nº 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

uma espécie de reação conservadora contrária a transformações nas ordens de gênero e sexualidade alcançadas no período de reconstrução democrática.

O termo "ideologia de gênero" não tem lugar na teoria e prática feminista, mas é formulado por fundamentalistas religiosos, sobretudo católicos conservadores, para desqualificar comportamentos e práticas que advogam direitos e igualdade no campo da diversidade de gênero e sexualidade. Defendem ideais familistas e uma concepção naturalista dos comportamentos, que repõem hierarquias desiguais baseadas em gênero, sexualidade, geração, raça, entre outras. Como mencionado anteriormente, refere-se a uma atitude dos grupos católicos conservadores no sentido de reaver espaços perdidos no final do século XX e início de XXI em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Aprovação de uniões de casais do mesmo sexo, aprovação de políticas e de leis em torno da diversidade de gênero e sexual, e redes de cuidados a mulheres que abortam constituem emblemas de uma sociedade que foge às rédeas doutrinárias religiosas.

A retomada da família natural será central para angariar apoio popular na "caça" ao gênero e sexualidades, sendo emblemática a proposição do Estatuto da Família — o Projeto de Lei nº 6.583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), evangélico da Assembleia de Deus — nos termos da reafirmação de uma norma familiar burguesa como referência de família legítima e estruturada. Contraposição nítida aos avanços nas aprovações de Leis que reconhecem uniões e parcerias do mesmo sexo.

A "ideologia de gênero" se fundamenta nas formulações de Dale O'Leary, militante pró-vida, vinculada à Opus Dei, que participou das Conferências de Cairo e Beijing, e em 1997 publicou um livro chamado *The Gender Agenda* em que acusa a Organização das Nações Unidas (ONU) de formular políticas públicas de gênero. A autora utiliza o termo "feminismo radical" e faz ataques e críticas ao feminismo e,

particularmente, à teoria *Queer* de Judith Butler alegando ferirem os princípios da família natural e da moral, com efeitos perniciosos sobre as crianças.

> Em 1997, o então Cardeal Joseph Ratzinger — atual Papa Emérito Bento XVI — alertava que o uso do conceito de gênero contradizia o catolicismo e introduzia o que define como uma nova antropologia, ou seja, uma nova definição do humano (Miskolci; Campana, 2017, p.726). Foi em 1998 que o fantasma começou a se disseminar na Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru, cujo tema já verbalizava a noção que se disseminaria: "A ideologia de gênero: seus perigos e alcances" (cf. Furlani, 2016) (Miskolci, 2018).

Miguel (2016) destaca que é curioso como nos pressupostos da "ideologia de gênero" ocorre uma digressão que parte dos estudos de Butler e chega ao marxismo das obras *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, e *A origem da família, da propriedade e do Estado*, de Engels. Ressalta-se a referência ao pensamento de Gramsci, no chamado marxismo cultural, em que ganha centralidade uma reforma moral e intelectual na tomada de consciência da classe trabalhadora e no papel da educação nessa tarefa revolucionária. São indícios da necessidade de proteger as crianças de uma educação "ideológica". Nesse ponto, "ideologia de gênero" e "movimento escola sem partido" (MESP)[18] se confluem, visto que para Miguel (2016) o MESP tem uma agenda inicial distinta voltada para o combate à chamada "doutrinação

18 "O mito de origem, que o próprio movimento divulga, diz que ele é fruto da indignação de seu chefe, um advogado paulista, quando sua filha contou que o professor de História havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (Bedinelli, 2016). Quando surgiu em 2004, seu foco era a pretensa 'doutrinação marxista' nas escolas, um tema que reaparece ciclicamente desde o final da ditadura militar" (Miguel, 2016, p. 599-600).

marxista", que teria ganhado espaço no ambiente escolar do ensino inicial até a universidade.

Nessa direção muitas iniciativas são produzidas tendo a educação como foco. A Lei nº 13.415/2017, de reforma do ensino médio, por exemplo, atinge as matérias das ciências sociais e humanas como elo da "doutrinação marxista". A Lei prevê que as disciplinas de filosofia e de sociologia passem a não ser oferecidas como obrigatórias no ensino médio, e sim de forma transversal como "estudos e práticas", conforme apontado no artigo 35A, § 2º, da referida Lei: "A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia".

Destacamos aqui o Projeto de Lei nº 246/2019 que institui o "Programa Escola sem Partido". A principal questão filosófica do "Programa Escola sem Partido" é a neutralidade, demonstrada em seus argumentos que direcionam que devemos "educar de maneira neutra". Enquanto isso, esse projeto, propaga de forma "sutil" a sua própria ideologia, a qual está atrelada ao conservadorismo e à extrema direita. Nos dizeres de Miguel (2016):

> O *slogan* da educação "neutra" esconde a compreensão de que a escola precisa ser *neutralizada*, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta. O espantalho da doutrinação dos alunos por professores "esquerdistas", pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e na transformação do mundo social (Miguel, 2016, p.617).

O MESP, como dito anteriormente, tem de início uma agenda anticomunista mobilizada em torno da crítica à suposta "doutrinação marxista" da educação e a sua expressão por meio do "marxismo cultural". Posteriormente, encontra nas críticas à chamada "ideologia de gênero", termo cunhado pela teologia católica, um reforço em suas teses reacionárias aglutinadas pelo fundamentalismo religioso. Para Miguel (2016, p. 596), "ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente 'moral' (em contraposição a 'político') e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças".

Não é demais retomar que os avanços das últimas décadas no campo dos direitos de mulheres e políticas de igualdade de gênero, sexualidade, e também raça[19], são alvo de franco ataque. Nas escolas, o debate sobre diversidade sexual e de gênero sempre foi marcado por muitas resistências, no máximo ganhando legitimidade quando está associado à eliminação da gravidez na adolescência e à prevenção de doenças, ou seja, quando tem o efeito de propagar medo e recusa ao sexo entre jovens.

Entretanto, pesquisas nas áreas de ciências sociais, saúde pública e educação discutem que direitos sexuais a adolescentes e jovens em vez de compreendidos como incentivo ao desgoverno da sexualidade são parte do complexo processo de aquisição de autonomia e cidadania desses grupos. Heilborn (2012) relata que em pesquisa realizada com 4.634 jovens de ambos os sexos entre 18 e 24 anos a exposição a informações qualificadas sobre a vida sexual fez diferença

19 A questão étnico-racial exige uma discussão mais aprofundada com respeito ao modo como a agenda ultradireitista conservadora se mobiliza em torno dela. Suspeitamos que a Política de Segurança Pública é uma estratégia importante que somada ao desmantelamento do trabalho atingem em cheio a população negra no Brasil.

nas suas trajetórias e capacidade de fazer escolhas de forma consciente. A condição de classe foi de suma importância na aquisição das primeiras informações sobre sexualidade, concluindo-se que na escola "a socialização no que toca à sexualidade está presente em seu universo e cabe a ela, como a outras agências, promover a educação em sexualidade" (Heilborn, 2012, p. 64).

Ao falarmos de direitos sexuais e reprodutivos estamos explicitamente refletindo sobre a construção do Estado laico e democrático no Brasil que teve início na década de 1980. Essa marcha passou a ser diretamente atacada, e ganha força um conjunto de mobilizações e medidas que visam à privatização dos direitos, à moralização e a autoritarismos de todo tipo. Rita Segato (2016) chama atenção que, nesse contexto de "retorno conservador ao discurso moral" no mundo, gênero se constitui como categoria de acusação. Suas reflexões nos ajudam à compreensão de como gênero e sexualidades desempenham papel crucial na tomada ultradireitista no continente.

> En efecto, la presión desatada en todo el continente por demonizar y tornar punible lo que acuerdan en representar como "la ideologia de género" y el énfasis en la defensa del ideal de la familia como sujeto de derechos a cualquier costo transforma a los voceros del proyecto histórico del capital en fuentes de prueba de lo que he venido afirmando: que, lejos de ser residual, minoritaria y marginal, la cuestión de género es la piedra angular y eje de gravedad del edificio de todos los poderes (Segato, 2016, p. 15-16).

Rumo a perspectivas antifascistas

Pensar a escola como espaço libertário, nos termos de bell hooks[20] e de Paulo Freire, é contrapor-se ao fascismo nas suas diferentes formas. Defendê-la é uma prática antifascista.

Com a metáfora da plantação, bell hooks (2019) pensa a educação como algo que se faz junto e que implica o ato em que todos tomam posse do conhecimento. Desse ponto de vista a educação envolve uma práxis tal como no sentido gramsciano e freiriano, um agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo.

Tanto Paulo Freire (1994, 1998) quanto bell hooks (2019) problematizam o que acontece nas salas de aula e o papel da teoria a partir da perspectiva da práxis libertadora. Ligar a consciência à prática, estimular conhecimento sobre como viver no mundo e engajamento crítico são elementos que estimulam a experiência de uma educação como prática de liberdade.

Tanto na prática política quanto nas instituições educacionais, a educação libertadora requer um firme compromisso com o repensar crítico acerca das estruturas, dos modos de conhecimento e das antigas epistemologias. É interessante observar na reflexão de bell hooks que não basta a crítica à racionalidade moderna, burguesa e elitista se não acrescentarmos que essa razão é marcada por uma autoridade de quem fala, branca e masculina. Esses elementos conjugados é que fazem emergir a complexa estrutura de dominação e exploração que enreda os sujeitos e impede a realização de uma teoria e prática libertadoras. Assim, quando raça, classe e gênero são impedidos de entrar na sala de aula ou nos espaços em que se promove a fundação de valores societários, essa não presença produz muitas violações e

20 O nome da autora bell hooks será mantido em minúsculo pois a mesma, como posicionamento político e em homenagem a sua avó, assina e requer suas referências como tal.

violências, pois desenraiza os sujeitos não apenas do que são como da sua capacidade de engajamento no mundo (Almeida; Lole, 2020).

Nessa esteira, podemos pensar as lutas libertárias e antifascistas em várias dimensões. Marafon (2017) analisa nesse cenário de investidas neoconservadoras na educação que os sujeitos desse espaço não estiveram passivos. As resistências de jovens nas ocupações em escolas no Rio de Janeiro é um dos exemplos que desvelam elementos de apropriação do espaço escolar e dos territórios subjetivos. Demonstram a proclamação do pertencimento social desses sujeitos, resistindo aos autoritarismos que visam impor a "educação bancária", nos termos de Paulo Freire (1998).

Com base nos referenciais de Guattari e Rolnik (1986), a autora Marafon (2017, p. 13) observa que essas ocupações, além de se fundarem em contraposição à educação fascista, expressam revoluções moleculares "no campo da produção de desejo [...] 'contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc.'".

> Estudantes insistem em nos dizer que sabem experimentar as escolas de outros jeitos, restando, portanto, poder ouvi-los. O que elas e eles nos dizem acerca das experiências? Como pistas que sugerem passagens e entradas movediças, meios para começar, as ocupações nas escolas deixam rastros para serem acompanhados (Marafon, 2017, p. 18).

Outras táticas são os currículos ocultos. Cabe lembrarmos que a experiência do currículo não se resume na grade curricular, mas se operacionaliza em atos, rotinas, processos cotidianos que envolvem sujeitos variados que vão construindo sentidos inesperados.

Jurjo Torres Santomé é um pesquisador espanhol que tem discutido, no âmbito da educação, as teorias reprodutivistas que não

conseguem apreender os espaços e momentos das resistências criadoras e libertadoras nas instituições. A esse processo o autor deu o nome de "currículo oculto", publicado pelo mesmo nome "El curriculum oculto" (Torres Santomé, 2005), o qual consiste num interessante trabalho sobre o que acontece nos processos educacionais em todos os níveis. Para além dos currículos oficiais, o ambiente acadêmico vivencia processos e condições que denotam um currículo oculto, fonte de incalculáveis aprendizagens para a estudante e o estudante. Torres Santomé (2005, p. 63) diz que o currículo oculto nos permitirá "capturar el significado de unas prácticas y rutinas que hasta el momento venían pasando desapercebidas". Segundo o autor, o currículo oculto funciona "de una manera implícita através de los contenidos culturales, las rutinas, interacciones y tareas escolares" (2005, p. 76).

Em entrevista concedida a Silva e Delboni (2012), Jurjo Torres Santomé aborda as ocorrências em sala de aula na construção da experiência formativa, que estão para além dos manuais prescritos, articulando-se com as experiências mais amplas dos sujeitos envolvidos: "todos podemos lembrar, como professoras e professores, com forte compromisso político e social, que nos ajudavam a ver aquelas realidades que os manuais escolares e os meios de comunicação tratavam de ocultar ou de deformar" (Silva; Delboni, 2012, p. 283).

É importante ressaltar que a discussão de teorias de gênero, sexualidade e interseccionalidades podem estar presentes em outras disciplinas e não apenas naquelas cujos nomes explicitam a matéria. Por isso, é imprescindível não perder de vista a questão de que há um currículo oculto, operado na experiência docente em que se efetiva a formação profissional, o qual nem sempre é representativo dos acordos textuais. Como qualifica Torres Santomé em entrevista ao Portal Aprendiz: "a escola ensina muito mais [...]. É uma temática que reaparece em todas minhas investigações e publicações.

Fundamentalmente são aprendizagens não intencionais, ou seja, que não estão no programa do professor de uma maneira expressa" (Nogueira, 2013).

Os currículos são pensados como elementos estratégicos para os sentidos profissionais que se desejam engendrar. De modo que eles não são apenas reflexos ou representações de uma condição objetiva dada, mas também participam da construção dessa condição.

Nesses termos, para Silva, a representação não é "simplesmente o efeito de estruturas que lhe são exteriores: o capitalismo, o sexismo, o racismo... Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais". Prossegue o autor: "Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder" (Silva, 1998).

É essa dinâmica de construção crítica e democrática dos sentidos que movem o mundo e o desvelam que o neofascismo pretende colonizar uma vez mais. Tornar a escola um terreno estéril, mais do que propriamente neutro como querem nos fazer crer, é o objetivo das práticas e poderes de ultradireita implantados no Brasil e no resto do mundo, que conjugam narrativas de gênero, sexualidade e étnico-raciais temperadas ao gosto familista burguês.

A definição de conteúdo programático envolve o "direito à representação", à participação nesse jogo de definições em que entram em disputa determinados discursos; mais do que representar uma realidade trata-se de participar da construção desta. De modo que, "como terreno onde se joga o jogo da significação e da representação, o currículo é, assim, objeto de uma disputa vital" (Silva, 1998).

Há muitas maneiras de produzir resistências e lutas antifascistas. Uma vez reconhecido que o poder se dissemina em muitas direções é necessária uma análise que abarque desde as estruturas

macrossocietárias aos micropoderes cotidianos. Nesse sentido, o potencial da educação em gênero, sexualidade e raça é estratégico na investida neofascista, mas é também, paradoxalmente, essencial na conquista de novos valores contra-hegemônicos.

Considerações finais

O cenário político hodierno marca um retorno conservador em um contexto de muitos retrocessos que nos (re)colocam antigos desafios, principalmente no campo da garantia de direitos. Retrocessos que se tornam mais contundentes num contexto de crescimento do desemprego e ao mesmo tempo de intensificação da exploração da força de trabalho. Questões essas que nos desafiam a desvelar os interesses e disputas em jogo e a fortalecer os valores democráticos, como liberdade e justiça social.

Almejar um projeto de sociedade mais justo, igualitário, democrático e, por que não, socialista requer uma visão crítica da realidade hodierna. Buscamos com esse texto analisar a apreensão dos processos de reatualização do conservadorismo, bem como de construção de formas e lutas contra-hegemônicas na direção do enfrentamento às regressões políticas impostas pelo atual governo. Para tanto, dispensamos um olhar atento para a investida neoconservadora nas questões de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades que, embora tenham sido gestadas há mais tempo, ganham centralidade na agenda do projeto neofascista do governo Bolsonaro. A importância de reconhecer os elementos que compõem essa agenda — fundamentalismo religioso, profunda aversão à diferença e diversidade, misoginia, lgbtfobia e racismo — é crucial para a reorganização das lutas antifascistas do momento.

Com isso, não é demais recuperar a perspectiva de que dinâmicas de gênero, sexualidades, classe e étnico-raciais são estruturantes na organização do poder hegemônico burguês, aprofundando novos modos de exploração e dominação dos grupos subalternos. E são também essenciais nas estratégias e táticas das lutas libertárias para a construção de uma nova hegemonia.

Vivemos um momento obscuro da história brasileira em que a exceção se transformou, de fato, em paradigma de governo. Contudo, sabemos que mesmo diante do pessimismo da análise há de prevalecer o otimismo da vontade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Educação popular nas lutas libertárias contemporâneas. *Movimento — Revista de Educação*, Niterói, v. 7, n. 12, p. 183-204, 2020.

BOOTHMAN, Derek. O bloco histórico de Gramsci: estrutura, hegemonia e interações dialéticas. In: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percival Tavares da (org.). *Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 23-40.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm**. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm**. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 246/2019*. Institui o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: **https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752**. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 6.583/2013*. Instituí o "Estatuto da Família". Disponível em: **https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005**. Acesso em: 10 abr. 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? Tradução de Angela Freitas. *SPW — Sexuality Policy Watch*, 12 nov. 2018. Disponível em: **https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf**. Acesso em: 25 jun. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. Tecendo redes criminais: as políticas de encarceramento e a nacionalização das facções prisionais. In: *Anuário brasileiro de segurança pública*: 2014-2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. p. 5-6.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 55-148.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista (Prefácio). In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus*: capitalism and schizophrenia. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. New York: Viking Press, 1977. p. XI-XIV.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não*: cartas a quem ousa ensinar. 5. ed. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5: o Risorgimento e notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Por uma agenda positiva dos Direitos Sexuais da Adolescência. *Revista Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 57-68, 2012.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo "ideologia de gênero". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 117-131, 2018.

MARAFON, Giovanna. Recusa à judicialização e ao projeto de lei "escola sem partido": análises a partir das ocupações estudantis. *Sisyphus Journal of Education*, v. 5, n. 01, p. 9-30, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" — Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, ago. 2016.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185302, 2018.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Professor espanhol aponta "sentidos ocultos" na educação: entrevista com Jurjo Torres Santomé. *Portal Aprendiz*: a cidade é uma escola. Seção: Aprender na Cidade, 5 set. 2013. Disponível em: **http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/09/05/jurjo-torres-educar-e-gerar-sonhos/**. Acesso em: 7 ago. 2014.

O'LEARY, Dale. *The gender agenda*: redefining equality. Lafayette: Vital Issue Press, 1997.

SANTOS, Boaventura Sousa. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. *Instituto Humanitas Unisinos*, 8 dez. 2016. Disponível em: **http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos**. Acesso em: 7 jun. 2020.

SARAIVA, Marcio S. *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2017.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera. O Currículo Integrado como campo possível de invenção de mundos plurais e emancipatórios: Uma conversa com Jurjo Torres Santomé. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 279-286, jan./abr. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A poética e a política do currículo com representação. *Anais...* 21ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 20 a 24 de set. 1998.

STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís/MA, n. esp., p. 277-303, set. 2018.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *El curriculum oculto*. 8. ed. Madrid: Morata, 2005.

EDUCAÇÃO POPULAR NAS LUTAS LIBERTÁRIAS CONTEMPORÂNEAS[1]

Introdução

O artigo busca examinar a potência da educação de base popular, contra-hegemônica, antissexista e antirracista na produção de uma revolução de valores em vistas à emancipação humana. Revisitar a educação popular, tema tão caro às experiências do Brasil dos anos de 1970-1980, pareceu-nos extremamente pertinente face ao desmantelamento social, político, institucional e moral, nos termos gramscianos, a que nos vemos enredadas nos últimos tempos.

Para tanto, reunimos uma grande pensadora — bell hooks[2] — e dois grandes pensadores — Antonio Gramsci e Paulo Freire. A sua maneira, todos eles apresentam um conjunto de ideias articuladas e sólidas que nos permitem ver o momento presente e enxergar utopias. Lembrando que, nos termos gramscianos, pensar a sociedade livre de dominação só é possível em termos utópicos.

1 Publicado originalmente em *Movimento — Revista de Educação*, Niterói, v. 7, n. 12, p. 183-204, jan./abr. 2020. Disponível em: **https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/41423**. Acesso em: 13 mai. 2025.

2 O nome da autora bell hooks será mantido em minúsculo pois a mesma, como posicionamento político e em homenagem a sua avó, assina e requer suas referências como tal.

Cabe destacar que, neste artigo, pretendemos retomar o debate da educação popular na perspectiva freiriana, sem desconsiderar que, ao longo do tempo, esse modelo de educação adquiriu novos rumos e debates que nesse momento não serão incorporados aqui.

Na primeira parte, são exploradas as categorias gramscianas de "hegemonia", "filosofia da práxis" e "intelectual", articuladas ao fio condutor da educação. Reconhecemos os pontos de contato com as ideias de Paulo Freire, especialmente em torno da "conscientização" e da "práxis libertadora".

Na segunda parte, o artigo examina as reflexões de bell hooks, afinada com a perspectiva da educação como prática de liberdade de Paulo Freire, mas acrescida dos aportes feministas, antirracistas e decoloniais. A pensadora negra estadunidense, declaradamente influenciada pelos estudos de Freire, não se furtará ao trabalho da crítica e da construção de novos alcances, como estará expresso nas suas ideias em torno da teoria como prática libertadora. Como a autora discorre em sua obra "Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade" (hooks, 2019), a teoria é o local de cura das suas feridas provocadas por discriminações e violências que experimentou no seu entorno, sobretudo no contato com a educação institucional hegemônica.

A confluência de Antonio Gramsci, Paulo Freire e bell hooks nos permite fortalecer o argumento de que as lutas sociais libertárias passam por uma educação popular que reconheça as diferenças e a diversidade como fermento da práxis política emancipatória.

A educação popular e a práxis gramsciana

O diferencial encontrado pelos marxistas no pensamento gramsciano foi o caráter nacional de seus escritos, ou seja, as questões pautadas por Gramsci estavam assentadas nas condições de vida e

na formação social italiana. Sobre a recepção do marxismo gramsciano na América Latina, José Aricó coloca que:

> Ele [Gramsci] é, sobretudo, o pensador de uma época nova do capitalismo, caracterizada pela profundidade das mudanças morfológicas nas relações entre o Estado e a sociedade, que a crise da década de trinta desencadeia, mas que já estavam molecularmente em curso desde o final do século. Por isso suas notas sobre o americanismo, como a imanente necessidade do capitalismo moderno de alcançar a organização de uma economia *programática,* formam o *pendant* necessário da análise das diversas formas de resistência que este movimento de desenvolvimento gera, e que Gramsci define como processos de "revolução passiva" ou de "modernização conservadora" (Aricó, 1988, p. 7).

O nosso interesse em pontuar o marxismo de Gramsci é mostrar que ele é fermento para as lutas populares, principalmente no campo da educação. Nesse sentido, alguns conceitos são fundamentais para compreender o papel ativo da sua teoria, tais como hegemonia, filosofia da práxis e intelectual.

Para Gramsci (2011a, p. 399), a construção da hegemonia é um ato pedagógico e "não pode ser limitada às relações especificamente 'escolares'". Com isso, toda relação de hegemonia é fundamentalmente "uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais" (Gramsci, 2011a, p. 399).

Dessa forma, a classe subalterna precisa modificar a realidade social do Estado para conquistar a sua hegemonia e, para isso, necessariamente tem de passar por uma relação pedagógica.

Gramsci mostra que a questão da escola está intrinsecamente ligada à dos intelectuais, pois ela é fundamental na criação de um "novo intelectual". O grande desafio é preparar cidadãos capazes de transformar a realidade, de dirigir, de governar etc., e não apenas de reproduzir a lógica perversa que está posta. Para o filósofo italiano, a escola pode transformar o mundo e, nessas trilhas, temos, enquanto professores e professoras, que contribuir para que os e as discentes se organizem politicamente para enfrentar as contradições como as de classe, as de raça/etnia e as de gênero.

Gramsci (2011b, p. 18) considera que "todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais". Assim, a formação dos intelectuais está intrinsecamente ligada ao grupo dominante que, no exercício de sua dominação, busca assimilar os intelectuais de outros grupos sociais. Ele destaca, ainda, como papel dos intelectuais, as funções diretivas da hegemonia social e do governo político, ou seja:

> Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 2011b, p. 18-19).

Cabe-nos ressaltar o papel dos intelectuais no processo de transformação social, o que torna essa categoria fundamental no pensamento gramsciano: "se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais. [...] Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*" (Gramsci, 2011b, p. 52-53).

Para Gramsci, são os intelectuais os responsáveis pela organização e pela difusão de uma nova concepção de mundo, pois cabe a eles articular, organicamente, os componentes necessários dentro do bloco histórico[3]. Com isso, eles desempenham um papel fundamental na organização da hegemonia. Nesse sentido, o intelectual tanto pode agir para a transformação quanto para a conservação da sociedade, posto que ele privilegia a função organizativa, ou seja, função estratégica de conduzir o povo à transformação. Dessa forma, a classe que tem os intelectuais tem o domínio, afinal, eles não são um grupo autônomo e independente e, por isso mesmo, podem exercer uma função de conexão com o poder ou de organização das massas.

Na teoria gramsciana, a ação política se destina, precipuamente, a fazer com que as massas populares saiam da passividade. Assim, a articulação entre massa, partido e grupo dirigente permite uma ação como um "homem coletivo". Nesse processo, a filosofia da práxis torna-se elemento fundamental para a construção de vontades coletivas. Gramsci atribui a essa filosofia a capacidade de criar sujeitos novos, conscientes e coletivos. Ela é a única capaz de:

> [...] elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto e, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus "espartilhos" (Gramsci, 2011a, p. 110).

3 Bloco histórico por ser compreendido como "as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais" (Gramsci, 2011a, p. 238).

Entretanto, se a filosofia da práxis expressa as contradições presentes na história de forma consciente, significa dizer que ela está também ligada à "necessidade" e não à "liberdade". Na atualidade, podemos almejar uma sociedade mais justa e igualitária, porém o filósofo da práxis "não pode se evadir do atual terreno das contradições, não pode afirmar, a não ser genericamente, um mundo sem contradições, sem com isso criar imediatamente uma utopia" (Gramsci, 2011a, p. 205). Desse modo:

> [...] não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas (Gramsci, 2011a, p. 388).

A filosofia da práxis "não tem necessidade de sustentáculos heterogêneos; ela mesma é tão robusta e fecunda de novas verdades que o velho mundo a ela recorre para alimentar o seu arsenal com armas mais modernas e mais eficazes" (Gramsci, 2011a, p. 152). Assim, frente à cultura tradicional, "refinada e astuta", ela se apresenta com a sua originalidade e produz sua própria hegemonia.

Em tempos de mundialização do capital, a filosofia da práxis serve de instrumento para a compreensão das contradições existentes e para a luta política. Sua concepção demonstra que não existe realidade imutável e que essa realidade é o conjunto das relações sociais determinadas historicamente. Por isso, a necessidade de ir além dos discursos pré-estabelecidos, pois formas e ideias, como expressa Coutinho (2011, p. 9), "são também expressão condensada

de constelações sociais, meios privilegiados de reproduzir espiritualmente as contradições reais e, ao mesmo tempo, de propor um modo novo de enfrentá-las e superá-las".

Assim, as superestruturas são uma realidade objetiva e atuam politicamente de um modo central, pois é por meio delas que os "homens tomam consciência de sua posição social", o que é fundamental para toda luta política. Dessa forma, podemos dizer que a própria filosofia da práxis é "uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir" (Gramsci, 2011a, p. 388).

Na mesma direção, Semeraro (2006) entende a filosofia da práxis como atividade teórico-política e histórico-social dos grupos "subalternos", os quais buscam elaborar uma visão de mundo integral e um programa conciso de ação dentro da realidade em que vivem, com os meios que têm à disposição, almejando estabelecer um projeto hegemônico alternativo de sociedade.

A educação tem um lugar importante no constructo gramsciano, mas as relações pedagógicas para Gramsci estão além das práticas escolares, afinal, estas existem em "toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército" (Gramsci, 2011a, p. 399).

Percebe-se que a questão da formação está estritamente ligada às demais esferas da vida como a cultural. Não se deve esquecer que essas relações pedagógicas acontecem na práxis de modo dialético e orgânico.

A sociedade capitalista se utiliza de agentes e de instituições pedagógicas, como a escola e os intelectuais, para tentar dissimular as contradições e solidificar a hegemonia da classe dominante. Vale ressaltar que "tanto a hegemonia como a contra-hegemonia exigem um desempenho pedagógico mantenedor-reformador da relação

total do poder, de acordo com a situação histórica" (Jesus, 1989, p. 60). Nesse sentido, as relações hegemônicas sempre mostraram o aspecto pedagógico no seu fazer histórico. O filósofo italiano utilizou as análises sobre o papel dos intelectuais e do partido para demonstrar essa relação. De acordo com Antônio Tavares de Jesus, para Gramsci:

> A função da educação não é apenas a de informar o educando sobre o passado histórico da pátria, ou a de transmitir um conhecimento morto, separado da vida, retórico e sem sentido. A verdadeira educação deve situar o indivíduo em sua história, possibilitando-lhe desenvolver as habilidades que lhe permitem o desempenho de atividades capazes de garantir sua sobrevivência na sociedade, não como indivíduo, mas como grupo (Jesus, 1989, p. 90-91).

Essa passagem evidencia o papel intelectual e filosófico dos professores e das professoras, apresenta a importância da construção de uma nova concepção de educação. Para a qual será necessária fazer surgir valores e pressupostos que irão ultrapassar a organização vigente, buscando uma nova direção intelectual e moral.

> Por isso, a passagem dum tipo de civilização para outro, superior e mais socializado, não é decorrência mecânica de modificações estruturais, mas o resultado de toda a ação intencional e consciente dos homens, da difusão duma eticidade coletiva, ou seja, da ação política enquanto atividade capaz de pensar a formação de sujeitos, a criação duma nova cultura e a concepção dum novo Estado (Semeraro, 1999, p. 172).

Gramsci aponta a cultura como um dos elementos essenciais na organização das classes subalternas. Na sua perspectiva, segundo entendimento de Ivete Simionatto, ela é "instrumento de emancipação

política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra-hegemonia" (Simionatto, 2009, p. 45).

Dessa forma, o filósofo italiano diz que só alcançaremos uma nova visão de mundo mediante a concepção de uma nova cultura, a qual, em uma visão crítica, seja capaz de questionar os valores e as práticas impostas às classes subalternas, principalmente as estabelecidas pela "alta cultura". Para Gramsci, toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, o que se traduz na capacidade de elaboração da "própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e [...] participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade" (Gramsci, 2011a, p. 94).

Assim, instituir uma nova cultura, criar uma concepção de mundo crítica e coerente é o que há de mais importante e original em termos filosóficos, comparando-se às descobertas teóricas que se limitam a pequenos grupos intelectuais.

> Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio" filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 2011a, p. 95-96).

A práxis marxista pode ser definida, de acordo com Konder (1992, p. 115), como: "atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que [...] precisa da reflexão, da teoria; e é a teoria que remete à ação".

Tal processo de reflexão, caro à filosofia da práxis, aproxima-se à ideia de conscientização de Paulo Freire que a define como:

> [...] um *ato de conhecimento*. Implica um *desvelamento da realidade* com o qual vou me aprofundando [...] para desvelar a sua razão de ser [...]. O processo de conscientização implica [...] um ato lógico de conhecimento e não transferência de conhecimento. [...] não se pode basear na crença de que é dentro da consciência que se opera a transformação do mundo, a criação do mundo. É dentro do próprio mundo que, na história, através da *práxis* que se dá o processo de transformação (Freire, 1979, p. 114-115).

Ao longo de sua obra e mais especificamente em "*Pedagogia da Autonomia*", Freire (1998) destacará a conscientização como um dos saberes necessários à prática educativa, afinal, o pensador brasileiro defendia a educação como uma intervenção no mundo. É por meio dessa prática que o autor vislumbra, por exemplo, a aquisição por parte dos educandos dos conhecimentos dominantes para que "diminuam as desvantagens da luta pela vida; ganhem um instrumento fundamental para a briga necessária contra as injustiças e as discriminações de que são alvo" (Freire, 1994, p.100).

O educador brasileiro reconhece na educação popular os ingredientes necessários para a luta pelo poder no sentido de desmantelar a ordem política opressora. Sua definição comporta todos esses elementos:

> Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso *poder,* ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. [...]. Há estreita relação entre escola e vida política (Freire; Nogueira, 1993, p. 19).

Paulo Freire convoca a escola a se repensar em seu papel político, por meio da educação popular como espinha dorsal de toda tarefa educativa destinada a essa instituição. Em seu espetacular projeto de alfabetização de adultos, ele põe em prática tais conceitos.

> Cabe ressaltar que, para nós, o trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação social (Freire, 2000, p. 68).

Paulo Freire e Gramsci, cada um a seu modo, reconhecem a educação como o coração da vida política e da transformação social libertadora. Na próxima seção, buscaremos nos deter um pouco mais sobre os sujeitos envolvidos nessas práticas educativas libertárias.

A educação nas lutas libertárias

"Em vários lugares ocorre de andarem juntos o conhecimento e a transformação para melhor viver. Juntos eles constituem a Escola que é o Movimento Popular".

[FREIRE; NOGUEIRA, 1993, POSFÁCIO, P. 67]

Com a metáfora da plantação, bell hooks (2019) pensa a educação como algo que se faz junto e que implica o ato em que todos tomam posse do conhecimento. Desse ponto de vista, a educação envolve uma práxis tal como no sentido gramsciano e freiriano, um agir e um refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo.

Sendo esse o modo de fazer e de agir da educação, fica evidente que se trata de muito mais do que uma simples transmissão de informações, aquilo que Paulo Freire nomeou de educação bancária, na qual "tudo o que os alunos precisam fazer é consumir a informação dada por um professor e ser capazes de memorizá-la e armazená-la" (hooks, 2019, p. 26).

Para fazer frente à educação bancária, Freire oporá o cultivo no educando da "curiosidade epistemológica", que mantém acesa a vontade de aprender, "o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o "imuniza" contra o poder apassivador do 'bancarismo'" (Freire, 1998, p.28).

Tanto Paulo Freire quanto bell hooks problematizam o que acontece nas salas de aula e o papel da teoria a partir da perspectiva da práxis libertadora. Ligar a consciência à prática, estimular conhecimento sobre como viver no mundo e instigar o engajamento crítico são elementos que estimulam a experiência de uma educação como prática de liberdade.

Nessa direção, hooks (2019), declaradamente inspirada em Paulo Freire, traça sua própria trajetória com a instituição educativa distinguindo muitas experiências ruins que teve de outras em que reconhece a sala de aula como lugar possível de educação libertadora. A autora destaca as salas de aula feministas como espaços de invenção de novas estratégias pedagógicas, nas quais as experiências dos sujeitos e os seus testemunhos são parte ativa da produção de conhecimento.

Nesse sentido, não basta ter uma perspectiva libertadora da educação se não houver o reconhecimento dos sujeitos da prática educativa nas suas particularidades e na sua diversidade. A sua condição de mulher negra estadunidense será uma referência importante para identificar nas experiências escolares por que passou processos violentos ou libertadores.

No caso brasileiro, as lutas emancipatórias com base no enfrentamento das desigualdades de classe, do sexismo e do racismo encontraram guarida em organizações de grupos feministas e de mulheres, nos quais se desvelavam processos de dominação social, mas também muitas contradições internas como veremos na problematização de bell hooks adiante.

Podemos destacar as práticas de grupos de conscientização presentes no modo feminista branco de fazer política nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Lima (1988) se refere a esse processo, destacando sua experiência no Rio de Janeiro:

> Na origem da organização do Movimento feminista do Rio de Janeiro, em 1975, integrei um grupo de mulheres que tomou a decisão de iniciar uma reflexão sobre a condição social, econômica e política da mulher. Partindo do nada, tratamos de examinar nosso próprio comportamento em relação à condição atual das mulheres. Ao mesmo tempo,

> tentávamos descobrir a verdade de nossas vidas nesse contexto, como premissa ao radicalismo das reformas pela liberação de outras mulheres (Lima, 1988, p.35).

A metodologia que animava esses grupos de autogestão, conhecida por "linha da vida" (Lima, 1988), envolvia uma dinâmica em que um enorme papel era desenrolado no meio do grupo de mulheres e uma linha desenhada de ponta a ponta era demarcada por períodos ou fases da vida comuns como nascimento, juventude, vida adulta e velhice. As participantes tomavam essa estrutura como roteiro para compartilharem suas vidas e seus eventos marcantes, integrando-se testemunhos de vida a processos sociais mais amplos envolvendo a condição feminina na sociedade.

Essas atividades presentes em muitos encontros feministas do período serviram posteriormente de modelo de trabalho para diversos grupos reflexivos institucionais no contexto da reformulação das práticas de saúde voltadas para as mulheres usuárias dos serviços, em geral, oriundas das periferias da cidade e negras. A agenda feminista da saúde foi bastante importante na formulação das bases que fundamentaram o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1984 (Xavier; Ávila; Corrêa, 1989). O que movia essas reuniões era o ideal de uma consciência crítica sobre o papel das mulheres na sociedade e a perspectiva libertadora dessa consciência.

Entretanto, tal processo de consciência e de organização também expressou (in)visibilidades no que diz respeito à diversidade das posições das mulheres na sociedade brasileira. Nesse sentido, Werneck chamará atenção que: "ações de posicionamento cultural desenvolvidas pelas mulheres negras tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher negra o poder de liderança e de agenciamentos" (Werneck, 2010, p.15).

As mulheres negras na diáspora realizaram, ao longo do tempo, um conjunto de organizações e de lutas em torno dos seus interesses e disputaram as narrativas de si, em um movimento que envolveu a descoberta dos processos violentos e dolorosos por que passaram. Alguns exemplos são as irmandades femininas negras, as associações em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas desde a década de 1930, as organizações de mulheres negras com as pautas de saúde, educação, direito ao trabalho entre outras da década de 1970.

Entretanto, as lutas emancipatórias e de resistências das mulheres negras não foram uma novidade criada pela invasão europeia e pela hegemonia cristã (Werneck, 2010). Recuperando um conjunto de tradições africanas e de mitos sagrados, é possível observar "ideias – força organizativa das diferentes facções do movimento anti-racista e, principalmente, o anti-racismo feminista das mulheres negras e suas organizações" (Werneck, 2010, p. 12).

> Assim, as articulações desenvolvidas recolocaram na esfera das disputas políticas sujeitos definidos pelas lentes do racismo patriarcal, dentro e fora do feminismo, como um pólo passivo, incapaz e irresponsável, atributos que consideramos inaceitáveis (Werneck, 2010, p. 11).

Sueli Carneiro (2003) designa o termo "enegrecendo o feminismo" para dar conta da trajetória das mulheres negras no movimento feminista brasileiro, visando à superação da perspectiva eurocêntrica e branca no discurso e nas práticas feministas. Ela irá destacar as contribuições que os movimentos de mulheres negras trarão para as diversas lutas sociais no contexto brasileiro, notadamente em pautas como o trabalho, a violência, a saúde e os meios de comunicação.

> São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (Carneiro, 2003, p. 118).

No entanto, essa trajetória do feminismo brasileiro, cujas pautas explicitamente incidem sobre as mulheres pobres e negras, ficou durante muito tempo apartada das vozes dessas mulheres. Daí a importância das diversas organizações de mulheres negras e de sua participação em encontros feministas nacionais e internacionais na defesa de que não bastava a discussão das desigualdades de gênero se ela não envolvesse como debate fundamental a luta contra o racismo.

Nesse sentido, esse movimento resultou em um conjunto de políticas públicas que passaram a problematizar as necessidades das mulheres negras em diversos âmbitos, além de legislações e da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003.

Em perspectiva feminista e antirracista como nos escritos de bell hooks, podemos afirmar que a superação da dicotomia teoria e prática, a afirmação das narrativas pessoais dos sujeitos envolvidos, bem como o culto à ancestralidade e às origens são fundamentais na educação para a emancipação humana. Note-se que tudo isso foi possível por meio dessa experiência dos grupos de (auto)conscientização do feminismo branco brasileiro da década de 1970-1980 e da resistência e da organização das mulheres negras brasileiras na diáspora africana.

Assim, podemos até mesmo argumentar que esses são ingredientes essenciais no processo de contra-hegemonia em termos gramscianos, por meio de uma práxis que, como dito antes, torna-se "a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas" (Gramsci, 2011a, p. 38).

Trata-se de ligar a vontade de saber à de vir-a-ser, dirá bell hooks. Tudo isso está envolvido em um projeto de revolução de valores, como na perspectiva de Gramsci, mas em um sentido que recupera muitas camadas de dominação e de violência sexista, racista, além da luta de classes.

Como se vê, a educação libertadora se faz em muitos lugares, desde as salas de aula até grupos com propósitos variados como os institucionais, os ativistas e os partidários. Faz-se ali onde a voz do outro encontra um lugar, uma referência, uma possibilidade de expressão sem hierarquias de dominação ou de colonização. Nesse sentido, a prática dialogada (Freire, 1998) acolhe o conflito e não necessariamente produz uma síntese visando a uma "resolução", pois não tem medo das diferenças.

Vale mencionar que hooks é bastante crítica com muitos desses grupos acima citados quando eles expressam limites no reconhecimento da diversidade e pretendem excluir aqueles que consideram como divergências que fragmentam as lutas.

Esse também é o caso dos grupos feministas estadunidenses verificados na história de hooks, em sua maioria formados por mulheres brancas da elite, os quais ofereciam resistências às questões apresentadas por mulheres negras que quase sempre não se identificavam com as narrativas desses movimentos. Podemos encontrar críticas semelhantes as que já mencionamos antes nos escritos de Lélia González acerca da participação de mulheres negras no feminismo

tradicional brasileiro da década de 1980. Lélia González reconhece que há na prática e no pensamento feminista brasileiro "uma espécie de esquecimento da questão racial".

> A nosso ver as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (González, 2018, p. 47-48).

Tanto na prática política quanto nas instituições educacionais, a educação libertadora requer um firme compromisso com o repensar crítico acerca das estruturas, dos modos de conhecimento e das antigas epistemologias. bell hooks (2019, p. 29) chama a atenção que "a objetificação do professor dentro das estruturas educacionais burguesas parecia depreciar a noção de integridade e sustentar a ideia de uma cisão entre mente e corpo, uma ideia que promove e apoia a compartimentalização".

Essa cisão justificará a impressão da teoria como algo separado da prática. Para bell hooks, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática libertadora. A autora trará à tona a reflexão sobre a negação da teoria como prática libertadora. O enfrentamento dessa dicotomia faz emergir "intelectuais/teóricas negras insurgentes" (hooks, 2019, p.94), que, além de romperem com a separação teoria-prática, também se afastam do estereótipo de que a mulher negra, em essência, é aquela que não teoriza.

Nesse caminho, bell hooks identifica as muitas resistências que irá encontrar em diversos lugares. Entre os brancos, as intelectuais negras são acusadas de falta de racionalidade e de intelectualidade,

considerando-se que suas salas de aula são marcadas pelos relatos da vida cotidiana e das trajetórias biográficas dos sujeitos, além da narrativa em primeira pessoa. Entre os negros, elas são acusadas de excesso de intelectualismo, "prejudicando assim a luta pela libertação coletiva de negros" (hooks, 2019, p.95).

> Reforçando a ideia de uma cisão entre a teoria e a prática ou criando essa cisão, ambos os grupos negam o poder da educação libertadora para a consciência crítica, perpetuando assim condições que reforçam nossa exploração e repressão coletivas (hooks, 2019, p. 95).

Na reflexão de bell hooks, é interessante observar que não basta a crítica à racionalidade moderna, burguesa e elitista se não acrescentarmos que essa razão é marcada por uma autoridade de quem fala, ou seja, uma voz branca e masculina. Esses elementos conjugados fazem emergir a complexa estrutura de dominação e de exploração que enreda os sujeitos e impede a realização de uma teoria e uma prática libertadoras. Em Paulo Freire, tal percepção não está colocada, mas é ele quem pavimenta o surgimento de uma maior radicalidade do caráter libertário da teoria e da prática.

Não à toa, é Paulo Freire quem rejeita a dicotomia entre "contexto concreto" e "contexto teórico", e toda a sua obra mostrará como a prática pedagógica e educativa libertária é necessariamente atravessada por essa imbricação.

> Não haveria prática, mas puro *mexer* no mundo se quem, *mexendo* no mundo, não se tivesse tornado capaz de *ir sabendo* o que *fazia* ao *mexer* no mundo e para que *mexia*. Foi a consciência do *mexer* que promoveu o *mexer* à categoria de *prática* e fez com que a *prática* gerasse

> necessariamente o *saber dela*. Neste sentido, a *consciência da prática* implica a *ciência* da prática embutida, anunciada nela (Freire, 1994, p. 102).

Nesse ponto, dialogando com Freire e hooks, gostaríamos de pensar a educação popular como libertadora de um conjunto diverso de dominações que estruturam e envolvem os sujeitos em suas relações. A obra de Paulo Freire chamará atenção para importância do contexto como lugar onde nasce a linguagem e se produz o entendimento dos sentidos que circundam a experiência dos sujeitos. Por meio do desvelamento das relações sociais que atravessam os trabalhadores oprimidos pelas desigualdades sociais, produzem-se as possibilidades da consciência crítica e do engajamento, ou seja, a própria práxis libertadora.

Foi com Paulo Freire que bell hooks (2019, p. 66) declarou poder pensar sobre a construção de uma identidade na resistência na medida em que ele lhe deu uma linguagem. hooks está se referindo às muitas feridas que adquiriu nos espaços educativos por onde passou, sobretudo na escola, na militância feminista e na universidade, locais onde vivenciou o sentimento de inadequação, de desvalorização e de não pertencimento pelo fato de ser mulher e negra.

Assim, quando raça, classe e gênero são impedidos de entrar na sala de aula ou nos espaços em que se promove a fundação de valores societários, esse obstáculo produz muitas violações e violências, pois desenraiza os sujeitos, não apenas do que são, como também da sua capacidade de engajamento no mundo.

É nesse momento que a teoria pode cumprir o seu papel libertador, ao permitir uma linguagem da experiência. Contudo, não é qualquer teoria. Nos dizeres de bell hooks, tem de ser aquela que:

> Em sua produção jaz a esperança de nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda a nossa dor — de fazer toda a nossa dor ir embora. Se criarmos teorias feministas e movimentos feministas que falem com essa dor, não teremos dificuldade para construir uma luta feminista de resistência com base nas massas. Não haverá brecha entre a teoria feminista e a prática feminista (2019, p. 104).

Considerações finais

Em momentos históricos e lugares diferentes, Antonio Gramsci, Paulo Freire e bell hooks atribuem papel central à educação na construção da práxis libertadora capaz de subverter o poder opressivo e burguês e de instaurar uma contra-hegemonia de base popular e alinhada com as classes subalternas.

Gramsci (2011a) situa as ações contra-hegemônicas como "instrumentos para criar uma nova forma ético-política", cuja função é denunciar e tentar reverter as condições de subalternidade e de exclusão impostas aos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, mas um resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Assim, ela pode ser reelaborada, revertida e modificada em um longo processo de lutas, de contestações e de vitórias cumulativas.

Portanto, os três intelectuais reivindicam a articulação da educação com a vida política, pois é por meio dela que os sujeitos encontram sua voz e adquirem capacidade de engajamento no mundo. Afinal, como dizia Paulo Freire (1998): "toda educação é ideológica".

Como dito, a educação não se restringe à relação pedagógica de sala de aula, mas se espraia na vida social por um tipo de sociabilidade livre, partilhada e baseada em um profundo respeito e em uma promessa da revolução de valores capazes de subverter a cultura de dominação.

Contudo, esse movimento requer o reconhecimento do seu lugar, uma prática situada, autocrítica, permanentemente ligada ao desvelamento. bell hooks não esconde as críticas que faz a seu mestre Paulo Freire, cujas ideias libertárias foram submetidas às relações que ela viveu devido a sua condição de mulher negra estadunidense. Questão para a qual, o pensador brasileiro não se recusou a olhar, reconhecendo seu lugar de homem branco. Essa visão crítica aproximou o pensamento feminista e antirracista à pedagogia freiriana, abrindo-se um campo de reconhecimento das diferenças de classe social, de raça, de prática sexual, de nacionalidade, entre outras. Todas elas longe de produzir fragmentações.

As lutas libertárias exigem o engajamento crítico e consciente do sujeito em suas condições objetivas e subjetivas de vida nas quais se dá a possibilidade de "participar ativamente na produção da história do mundo" (Gramsci, 2011a, p. 94). É preciso, portanto, reconhecer a diversidade dos sistemas de dominação que reforçam e lançam luz uns sobre os outros e atravessam as utopias de emancipação humana.

Neste artigo, buscamos mostrar que é possível a constituição de um novo momento ético-político. Esse momento opera — mas não de forma mecânica — na superação dos interesses particulares e na constituição de sujeitos conscientes. Esse processo, Gramsci nomeia de "catarse", o qual se vincula ao pleno exercício da liberdade. Para o filósofo italiano, a transformação do senso comum em uma concepção de mundo autônoma e independente só ocorrerá mediante a formação de uma nova cultura pautada na transformação da realidade, já que é através da "conquista de consciência superior [...] que consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres" (Gramsci, 2004, p. 58).

REFERÊNCIAS

ARICÓ, José. O itinerário de Gramsci na América Latina. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, n. 5, p. 3-34, 1998.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo. Desmistificação da conscientização. In: TORRES, Carlos Alberto. *Consciência e história*: a práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979. p.105-118.

FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não*: cartas a quem ousa ensinar. 5. ed. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1994.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer*: teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

JESUS, Antônio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*: o pensamento de Marx no século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

LIMA, Maria José. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, Mara *et al*. (org.). *Como trabalhar com mulheres*. Coletivo FemPress-Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 08-17, mar./jun. de 2010.

XAVIER, Dulcinéa; ÁVILA, Maria Betânia; CORRÊA, Sonia. Questões feministas para a ordem médica: o feminismo e o conceito de saúde integral. In: LABRA, Maria Eliana (org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989. p.203-22

SOBRE AS AUTORAS

ANA LOLE

Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Doutora e pós-doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Vice-líder do Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio) e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF), ambos registrados no DGP/CNPq. Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LATTES: http://lattes.cnpq.br/1954445820445997

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU/Unicamp). Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenou o Núcleo de Estudos Família e Gênero, onde desenvolveu projetos de pesquisa e extensão; publicou estudos acadêmicos e científicos e orientou diversos trabalhos.

LATTES: http://lattes.cnpq.br/6754476597747103

mórula
EDITORIAL